



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO

**A COMUNIDADE RIBEIRINHA SANTO ANTÔNIO DO RIO  
MORAIS/AMAZÔNIA: HISTÓRIA E TERRITÓRIO**

Messias Barbosa Ramos

Lajeado/RS, fevereiro 2022

Messias Barbosa Ramos

**A COMUNIDADE RIBEIRINHA SANTO ANTÔNIO DO RIO  
MORAIS/AMAZÔNIA: HISTÓRIA E TERRITÓRIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, exigência para a obtenção do título de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento, na área de concentração Espaço e Problemas Socioambientais.

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando da Silva Laroque

Lajeado/RS, fevereiro de 2022

UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado:

**A COMUNIDADE RIBEIRINHA SANTO ANTÔNIO DO RIO  
MORAIS/AMAZÔNIA: HISTÓRIA E TERRITÓRIO**

Elaborada por

Messias Barbosa Ramos

Como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Mestre em Ambiente e Desenvolvimento**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

.....  
**Prof. Dr. Luís Fernando da Silva Laroque (Orientador)**  
PPGAD/Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES

.....  
**Profª Drª Fernanda Storck Pinheiro**  
PPGAD/Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES

.....  
**Profª Drª Leonice de Fátima Alves Pereira Mourad**  
PPG Profissionalizante em História/Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

.....  
**Profª Drª Janaíne Trombini**  
Colaboradora de Grupo de Pesquisa da Universidade do Vale do Taquari -  
UNIVATES

Lajeado/RS, 28 de março de 2022

Vai um canoeiro, nos braços do rio  
Velho canoeiro, vai, já vai canoeiro  
Vai um canoeiro, no murmúrio do rio  
No silêncio da mata, vai, já vai canoeiro  
Já vai canoeiro, nas curvas que o remo dá, já vai canoeiro  
Já vai canoeiro, no remanso da travessia, já vai canoeiro  
Enfrenta o banzeiro nas ondas dos rios  
E das correntezas vai o desafio, já vai canoeiro  
Da tua canoa, o teu pensamento  
Apenas chegar, apenas partir, já vai canoeiro  
Teu corpo cansado de grandes viagens  
Já vai canoeiro  
Tuas mãos calejadas do remo a remar  
Já vai canoeiro  
De tua viagem de tantas remadas  
Já vai canoeiro  
O porto distante  
O teu descansar  
Eu sou, eu sou  
Sou, sou, sou, sou canoeiro  
Canoeiro, vai!

(Saga de um canoeiro / Ronaldo Barbosa)

## DEDICATÓRIA

A mãe Altina Barbosa  
Ao pai Teotônio Ramos (*in memoriam*)  
Aos tios Isaias e Francisca (*in memoriam*)  
À família pela paciência e incentivo  
Aos irmãos de sangue  
Aos ribeirinhos de Santo Antônio do Rio Morais

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer a importância do outrem na própria vida. Agradecer a quem ensina o caminhar, o aprender, o questionar, o fazer. A sensatez é comportamento da pessoa que é discreta, ponderada, segura. Aprender é adquirir conhecimentos, sair da zona de conforto, buscar o novo, o inédito. Estas três qualidades indicaram o caminho a seguir e o objetivo a conquistar, observando, estudando, refletindo e aprendendo. Agradecer aos que me proporcionaram tudo isso desde as primeiras letras até este momento sou muito grato.

Os primeiros agradecimentos são aos meus pais cujo esforço, carinho, dedicação e responsabilização me oportunizaram estudar, entender, aprender e ser melhor; suas cobranças amorosas e objetivas e incentivos sempre orientaram para a justiça, bem, a honestidade.

Aos filhos e companheira cuja colaboração em tempos de pandemia me premiaram em conversas, histórias, novos conteúdos, curiosidades e entretenimento de qualidade e bem-humorado. Reafirmo que o objetivo de continuar estudando é permitir que continuem suas caminhadas em busca do conhecimento, da realização e dos bons momentos que os sacrifícios, dedicação, vitórias e realizações permitem a quem segue firme em busca de sonhos.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas *campus* Maués – IFAM/CMA, pela possibilidade de avançar mais este degrau humano e profissional.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento que com generosidade, sapiência e lucidez me conduziram nesta jornada, em especial à figura fraternal do Professor Dr. Luís Fernando da Silva Laroque, meu orientador, cuja paciência é imensa. Suas contribuições e intervenções sempre cuidadosas me inspiraram e me permitiram o crescimento profissional e pessoal.

Às Professoras Dr<sup>a</sup> Fernanda Storck Pinheiro, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Leonice de Fátima Alves Pereira Mourad, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Janaíne Trombini, por aceitarem fazer parte da Banca Examinadora desta pesquisa que se aduz acadêmica e cuja significância permeia a história e o território estudados.

Aos companheiros de turma, pelos momentos que dividimos: os alegres e os mais difíceis, mostrando que tudo é possível aos que lutam. Conhece-los, não me resta dúvida, ampliou conhecimentos, percepções e capacidades.

À Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, por abrir as portas e disponibilizar os mais gabaritados profissionais do seu quadro para o ensino. Estudar com afinco temas sociais, ambientais, antropológicos, arqueológicos permitem compreender com lucidez questões base do mestrado em Ambiente e Desenvolvimento.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa concedida. Ao mesmo tempo fica meu protesto para com o governo federal (2019-2022) que tem reduzido, alucinadamente em plena pandemia do COVID-19, investimentos em bolsas de pós-graduação.

## RESUMO

O presente estudo com o título A Comunidade ribeirinha Santo Antônio do Rio Morais/Amazônia: história e território, ocorre a partir das relações ribeirinhas com o ambiente e a produção do seu território desde a sua fundação, em 1978, até o tempo presente, 2021, perfazendo pouco mais de 40 anos. Localizada na zona rural do município de Maués/Am, latitude 3°24'05"S e longitude 57°40'11"W, a 5,5 km distante do centro da cidade, o objeto da pesquisa é constituído por 56 famílias totalizando 380 moradores. Os problemas norteadores da pesquisa são: a) Como a comunidade Santo Antônio do Rio Morais foi criada? b) Que motivações levaram a isto? c) Como era a paisagem do local antes e como mudou ao longo dos quarenta e dois anos de existência do lugar? d) Quais são as festividades, o que teve continuidade e o que foi transformado? e) Qual é a relação do ribeirinho com a natureza, suas percepções sobre o ambiente onde vive? O objetivo geral da investigação consiste em entender a formação da Comunidade Santo Antônio do Rio Morais e suas mudanças ao longo da história, desde sua fundação pela igreja católica em 1978 até 2021, considerando suas origens e a relação de seus moradores com o ambiente. Como metodologia trata-se de um estudo de caso alinhado a pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e natureza descritiva. Dentre os procedimentos metodológicos, destaca-se a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e pesquisa de campo com a aplicação de entrevistas semiestruturadas, história oral e diário de campo. Como resultado aponta-se a descrição da história e da formação do território da comunidade, as transformações ocorridas ao longo do tempo, assim como as mudanças na paisagem, a cultura e as reatualizações culturais como dinâmicas sociais importantes para a permanência do ribeirinho em seu ambiente. Ao final se discute possibilidades de enfrentamento de desafios futuros com soluções voltadas ao desenvolvimento de tecnologias sociais, a exploração sustentável dos recursos naturais através do ecoturismo e da organização social para beneficiar os comunitários.

**Palavras-chaves:** População tradicional; Comunidade ribeirinha; Santo Antônio do Rio Morais; Território; Cultura.

## ABSTRACT

The present study with the title The Community riparian Santo Antonio do Rio Morais/Amazon: history and territory, occurs from the riparian relations with the environment and the production of its territory since its founding in 1978, until the present time, 2021, making a little over 40 years. Located in the rural area of Maués/Am, latitude 3°24'05 "S and longitude 57°40'11 "W, 5.5 km from the city center, the object of the research consists of 56 families totaling 380 residents. The guiding problems of the research are: a) How was the Santo Antônio do Rio Morais community created? b) What motivations led to this? c) What was the landscape of the place like before and how did it change over the forty-two years of existence of the place? d) What are the festivities, what has continued and what has been transformed? e) What is the relationship of the riverside dweller with nature, his perceptions of the environment where he lives? The general objective of the investigation is to understand the formation of the Santo Antônio do Rio Morais Community and its changes throughout history, since its foundation by the Catholic Church in 1978 until 2021, considering its origins and the relationship of its residents with the environment. As methodology, this is a case study aligned with qualitative research, of exploratory character and descriptive nature. Among the methodological procedures, we highlight the bibliographic review, the documentary research and field research with the application of semi-structured interviews, oral history and field diary. As a result, the description of the history and formation of the territory of the community, the transformations that have occurred over time, as well as changes in the landscape, culture, and cultural re-updating are important social dynamics for the permanence of the riverside dweller in his environment. At the end, we discuss possibilities of facing future challenges with solutions focused on the development of social technologies, the sustainable exploitation of natural resources through ecotourism and social organization to benefit the community.

**Key words:** Traditional population; Riverside community; Saint Anthony of River Morais; Territory; Culture.

## **LISTA DE TABELAS E FIGURAS**

Tabela 1: Amostragem entrevistada

Tabela 2: Relação da metodologia com os objetivos da pesquisa

Tabela 3: Imigrantes que se instalaram no município de Maués a partir do início do séc. XX

Tabela 4: População de negros escravizados em Maués no séc. XIX

Tabela 5: População garimpeira na região Tapajós-Parauari, anos 1980-1990

Tabela 6: Ciclos dos rios em Maués.

Tabela 7: Lista de espécies encontradas no Rio Morais e Maués-Miri

Tabela 8: Produtos originários da zona rural de Maués

Tabela 9: Escolas Municipais do PDS-IV – Setor Maués Miri

Tabela 10: Plantas medicinais: usos

Tabela 11: Banhos medicinais

Figura 1: Bacias hidrográficas de Maués

Figura 2: Microrregiões do estado do Amazonas

Figura 3: Mapa de Jazimentos Auríferos Área AM-PA. Em destaque a província aurífera do Tapajós

Figura 4: Cidade de Maués e comunidade Santo Antônio do Rio Morais

Figura 5: Famílias originárias da comunidade Santo Antônio do Rio Morais

Figura 6: Artefatos encontrados na comunidade

Figura 7: Moeda antiga – cara e coroa

Figura 8: Rolo de concreto

Figura 9: Capela antiga, capela nova e estátua de Santo Antônio

Figura 10: Procissão de Santo Antônio passando em frente ao IFAM/CMA no dia 13/06/2019, às 07 h

Figura 11: Partida de futebol feminino

Figura 12: Partida de futebol feminino

Figura 13: Balsa ecológica em garrafa pet e madeira

Figura 14: Rabetas

Figura 15: Chá de erva cidreira

Figura 16: Comunitária repositória de plantas, ervas e conhecimentos medicinais

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACS – Agente Comunitário de Saúde

CAIXA – Caixa Econômica Federal

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDSPCT/AM - Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Amazonas

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CELETRAMAZON – Companhia de Eletricidade do Amazonas

CETEM - Centro de Tecnologia Mineral

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CMM – Câmara Municipal de Maués

COVID-19 – Novo Coronavírus Doença 2019

CPRM – Serviço Geográfico do Brasil

ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IFAM/CMA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas *campus* Maués

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITER – Instituto de Terras de Maués

IST – Infecção Sexualmente Transmissível

IVH's – Infecções de Veiculação Hídrica  
JAC – Juventude Alegre Católica  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
LOM – Lei Orgânica de Maués  
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
ONU -Organização das Nações Unidas  
PDS – Polo de Desenvolvimento Sustentável  
PIME -Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras  
PMM – Prefeitura Municipal de Maués  
PNPO - Programa Nacional de Prospecção de Ouro  
PPGAD - Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento  
SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Maués  
SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde de Maués  
SEPROR – Secretaria municipal de Produção e Abastecimento de Maués  
SUS – Sistema único de Saúde  
T.I Andirá-Marau – Terra Indígena Andirá-Marau  
UNB - Universidade de Brasília  
UNIVATES – Universidade do Vale do Taquari

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA.....	23
2.1.1	Legislação para comunidades tradicionais .....	24
2.1.2	Sociedades Tradicionais .....	27
2.1.3	As comunidades ribeirinhas na Amazônia.....	30
2.1.4	Da comunidade eclesial de base à comunidade rural .....	32
2.1.5	Espaço, território/territorialidade na Comunidade Ribeirinha Santo Antônio do Rio Morais.....	36
2.1.5.1	Conceito de território.....	37
2.1.5.2	Os conflitos no território.....	38
2.1.5.3	Conceito de territorialidade .....	40
2.1.5.4	A multiterritorialidade da comunidade Santo Antônio do Rio Morais .....	41
2.1.6	Cultura e Práticas e Reatualizações Culturais da Comunidade Ribeirinha Santo Antônio do Rio Morais .....	43
2.2	Metodologia e procedimentos metodológicos .....	45
3	MAUÉS: ESPAÇO E TEMPO.....	51
3.2	A criação da prelazia de Parintins e o papel do PIME .....	59
3.3	Comunidades rurais em Maués.....	61
4	A COMUNIDADE RIBEIRINHA SANTO ANTÔNIO DO RIO MORAIS .....	64
4.1	A festa dedicada a Santo Antônio.....	74
4.2	A construção da nova capela .....	78

4.3 As doações dos devotos.....	79
4.4 A melhorias na infraestrutura da vila .....	80
4.5 A organização do espaço urbano da vila .....	83
4.6 A organização administrativa .....	84
4.7 A produção, a economia e os enlacs com a cidade .....	86
4.8 Os meios de transportes.....	90
4.9 Educação.....	93
4.10 O cuidado com o meio ambiente .....	94
4.11 Políticas de participação nas decisões da comunidade .....	99
4.12 Práticas culturais da comunidade .....	102
4.13 Alimentação.....	109
4.14 Manifestações culturais e religiosidade .....	112
4.15 As lendas, os contos, causos e narrativas .....	114
5 OS DESAFIOS PARA OS NOVOS TEMPOS .....	117
5.2 Oportunidades de novas explorações econômicas.....	122
5.2.1 Ecoturismo.....	123
5.2.2 Associativismo e/ou cooperativismo .....	126
5.2.3 A pressão sobre os recursos naturais .....	127
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	129
REFERÊNCIAS .....	135
ANEXOS .....	148
ANEXO A .....	149
ANEXO B.....	151

## 1 INTRODUÇÃO

As interações entre seres vivos e o ambiente são o que definem a construção do ambiente. O ambiente é dinâmico e está em constante construção, afinal é nele onde tudo acontece, logo é possível afirmar que o ambiente não é somente natureza, mas as interações e relações que transformam os seres vivos, coisas e objetos existentes e que ao mesmo tempo transformam e são transformados. Todas essas nuances permitem que a vida ocorra para experimentar, aprender e proliferar, mesmo que se tenha contradições e dificuldades. O ambiente é onde a dinâmica acontece.

Então o ambiente, que é o local onde tudo acontece, um local não somente físico, mas também teórico, social, econômico, produtivo, humano, natural entre tantas outras dimensões, passa a ser categorizado para abarcar a compreensão liberal do território, espaço e lugar. A partir de então se tem a definição necessária de desenvolvimento a partir de um meio, o meio ambiente. Não que o termo meio tenha aqui a característica de indicar uma metade, um naco, um pedaço, mas uma forma, um seguimento, uma linha para atender a objetivos do capital.

Na conjectura proposta pelo Relatório Brundtland se traz a preocupação com a continuidade da espécie humana e os impactos que causa no ambiente através do uso e consumo acelerado dos recursos naturais que, por lógica, são finitos e distribuídos de forma heterogênea pelo planeta. Assim os problemas sociais, econômicos, tecnológicos surgem a partir do excesso de consumo por alguns povos e pouco pelos demais. Então é elaborado conceito de meio ambiente.

O conjunto de elementos físicos, químicos, biológicos e sociais formam o que a ONU chama de meio ambiente. O uso causa efeitos diretos ou indiretos sobre os seres vivos e as atividades humanas, assim sendo, o meio ambiente consiste nas unidades ecológicas que

compões o sistema natural. Logo, o meio ambiente contém toda a vegetação, animais, micro-organismos, solo, rochas, atmosfera, os recursos naturais, como a água, o ar, os fenômenos físicos do clima.

A partir da definição de ambiente e meio ambiente como categorias de análise, é possível discutir o território em suas múltiplas faces e compreensões. É no território que o humano atua, transforma, adequa, usa. Ao território e suas dinâmicas é inerente o conflito e a disputa em busca do domínio de narrativas, corpos e mentes pelos mais distintos mecanismos de poder. E é neste cenário que este trabalho foi realizado com a finalidade de demonstrar como essas relações ocorrem e seus resultados atuais.

A pesquisa científica no campo das populações tradicionais tem se intensificado para compreender como essas sociedades estão organizadas, seus aspectos culturais, sociais, econômicos e históricos. Conhecimentos ancestrais são trazidos à tona dando suporte para explorações em áreas tão diversas que vão das ciências sociais às ciências da saúde. O conhecimento de ervas e plantas medicinais, o ciclo das águas como exemplos do conhecimento da natureza, a organização social e suas decisões coletivas, a cultura, a tradição e a mobilidade territorial favorecem o entendimento da vivência dessas comunidades e suas relações com a natureza são pouco conhecidas tanto para a academia quanto para a dita civilização.

Como se verá ao longo do texto, a Amazônia é um território em disputa que ocorrem a partir de suas fronteiras pioneiras e de expansão, afinal todo o processo de colonização que tinha o objetivo de civilizar o morador da Amazônia, sempre foi acompanhado da expansão do capital e das disputas de território entre os grupos de interesse. Esse confronto que tempo foi pouco estudado e publica, apresenta resultados que modificaram território, expandiram atuações dos atores e acarretaram conflitos.

A Amazônia tem despertado atenção de pesquisadores desde que as primeiras viagens de exploração foram realizadas no séc. XVI encontrando pessoas, populações e riquezas que foram apropriadas pela sociedade ao longo dos séculos, o guaraná que foi domesticado pelos Sateré Mawê e hoje é base econômica do município de Maués é um exemplo neste contexto. A partir da chegada das missões religiosas muitas anotações e explorações foram realizadas dando

suporte as decisões políticas e religiosas levando tanto a revoltas como o caso da Cabanagem<sup>1</sup>, a mais expressiva da história deste quinhão de pais, quanto a pacificação dos habitantes, os descimentos, língua geral etc.

Com a intensificação da presença do cristianismo entre os, que posteriormente foram denominados, ribeirinhos, a mutualidade existente entre eles foi conduzida para a formação de uma ideia nova, as comunidades ribeirinhas que, historicamente foram dominantes quando comparados aos centros urbanos da região, hoje essa população foi reduzida pela intensificação da migração para a urbe, mas que mantém forte ligação com a origem.

Em Maués/AM, município com 65.040 habitantes, pouco mais da metade é morador da zona rural perfazendo demandas por serviços públicos, consumindo produtos e produzindo riquezas. São 226 comunidades ribeirinhas distribuídas nas calhas das bacias dos rios Maués Miri, Maués Açú e Apocuitaua, sendo 44 comunidades indígenas. Cada núcleo tem origem e história próprias com personalidades, festas, ritos religiosos, costumes, hábitos específicos. A partir dessa constatação, esta pesquisa foi conduzida para estudar uma localidade de interesse

---

<sup>1</sup> A Cabanagem (que não deve ser confundida com a Cabanada) foi uma revolta do período regencial ocorrido no norte do Brasil, mais precisamente na antiga província do Grão Pará, que reunia, à época, os atuais estados do Amazonas, Pará, Amapá, Roraima e Rondônia. A província do Grão Pará era à época do governo regencial, a mais ligada ao antigo governo colonial português. Isso faz com que tanto o governo quanto a própria sociedade não reconheçam de pronto a independência proclamada por Dom Pedro I em 1822.

Essa revolta tinha como grandes objetivos aumentar importância do Pará no governo central brasileiro e enfrentar a questão da pobreza em que estava o povo da região, cuja maior parte morava em cabanas de barro (daí o nome da revolta). Além disso, a revolta foi um protesto pela retirada do poder de governantes que eram nomeados para administrar a região, mas não se importavam com a situação social e, muitas vezes, sequer já tinham ido à região. A rebelião representava as classes mais baixas da população. As forças rebeldes eram formadas, em sua maioria, por índios, mestiços e membros de uma classe média desejosa de mais influência.

Os rebeldes, após o início das hostilidades, chegaram a tomar a capital, Belém, em duas ocasiões. Na primeira tomada, em agosto de 1835, liderados por Félix Melcher e Francisco Vinagre, o controle da cidade foi rapidamente retomado pelas forças governistas destacadas para enfrentar a revolta. Essas forças governistas contavam com a presença de mercenários estrangeiros contratados pelo governo. Outro fator que interferiu no fracasso das forças rebeldes foi o desacordo entre os líderes do movimento. A ausência de coesão comprometeu o andamento da revolta.

Percebendo a dificuldade na capital, os cabanos que lutavam no interior rumaram para Belém, chefiados por Eduardo Angelim, para somar forças. Com esse reforço, a capital foi novamente ocupada. No entanto, a atuação de Angelim em favor dos mais pobres incomodou as lideranças do movimento, pertencentes à classe média. Mesmo com a resistência interna, Angelim inicia seu governo na capital em agosto de 1835. Porém, essa discordância entre lideranças enfraquece o movimento, prejudicando sua coesão, levando à perda de apoio do governo Angelim, que deixa o poder em 1836.

A firme repressão do governo ao movimento, com a ocorrência de massacres, enfraquece ainda mais os revoltosos. A luta cessa na capital, mas continua ativa entre 1836 e 1840 no interior da Amazônia. Os revoltosos passaram a utilizar-se de táticas de guerrilha no intuito de sobreviver à repressão e reestruturar o movimento, o que não logrou êxito. O saldo final da revolta foi de 30 mil mortos, Belém fora destruída e a revolta, sufocada (INFOESCOLA.com).

local, chamada comunidade Santo Antônio do Rio Morais, pelos motivos iniciais que são: a) conexão com a cidade por estrada; b) a maior festa de padroeiro da zona rural do município; c) população ribeirinha tradicional que migrou de local para solucionar litígio quanto a terra e a implantação de uma capela; d) reproduzir conhecimentos específicos do ambiente em que vive; e) história e territorialidade ao longo do tempo que despertam interesse na formação da cultura e do território local, e; f) afinidade do pesquisador com o tema, pois este tem origem ribeirinha. Diante dessas questões iniciais foi desenvolvido o tema de pesquisa “A comunidade Ribeirinha Santo Antônio do Rio Morais/Amazônia: história e território”.

Embora existam pesquisas importantes, artigos científicos, dissertações e teses, sobre comunidades ribeirinhas que tratam da organização social (BILAR; PIMENTEL, 2020), (CANTO, 2020), (LIRA; CHAVES, 2016), das festividades religiosas (BASTONE; REIS, 2018), (CARVALHO; REIS, 2018), da cultura (SAHLINS, 1997), (PARDINI, 2012), (LARAIA, 2001), (BATISTA, 2011), (MORAES *et al*, 2011) e dos laços urbano-ribeirinhos do território (HAESBAERT, 2007), (FUINI, 2017), (BARTOLI, 2018), do território e do lugar (TUAN, 2011) pouco se tem pesquisado e publicado sobre história e território de comunidades ribeirinhas tradicionais que revelem suas origens, habitantes, cultura, história, ambiente e território, sendo uma área de interesse acadêmico e social relevantes, afinal são dessas comunidades a origem de produtos consumidos na zona urbana, de pessoas que migram em busca de melhores condições de vida, e demandam escolas, saúde, segurança e serviço social, da cultura estabelecida. São elas também que contribuem com a formação de cidades nas beiras dos rios da Amazônia.

É relevante salientar como que a pesquisa sobre comunidades ribeirinhas em Maués é campo amplo, pois os estudos realizados por acadêmicos e pesquisadores estão voltados para questões urbanas, portanto se justifica o presente projeto de dissertação que se propõem a investigar ribeirinhos estabelecidos em área rural. Reforça a questão que no processo de busca por artigos científicos com as palavras chave “guaraná” e “Maués” na página periódicos Capes, realizada em 16/01/2020, encontrou-se 28 artigos, publicados no período de 2015 a 2020. Entretanto, fazendo uma busca no mesmo portal com as palavras-chaves “comunidade ribeirinha” e “Maués” com o filtro aplicado como pesquisa no assunto, a resposta foi de zero publicação.

Inicia-se a pesquisa com cinco perguntas norteadoras, são elas: a) Como a comunidade Santo Antônio do Rio Morais foi criada? b) Que motivações levaram a isto? c) Como era a

paisagem do local antes e como mudou ao longo dos quarenta e dois anos de existência do lugar? d) Quais são as festividades, o que teve continuidade e o que foi transformado? e) Qual é a relação do ribeirinho com a natureza, suas percepções sobre o ambiente onde vive?

Cada pergunta fundamenta a pesquisa a partir de desencontros de informações coletadas antecipadamente entre os moradores da localidade. Para alguns dos questionados a localidade teve origem a partir de descontentamentos, cisão com a comunidade próxima de São Sebastião do Rio Morais, motivando o deslocamento de famílias para dentro do Rio Morais, para outros o problema ocorreu com o proprietário do terreno onde estava assentada a capela frequentada pelos moradores. Conforme é demonstrado ao longo do texto a disputa se estendeu por mais de uma década entre a doação efetiva do lote por família de devotos a Santo Antônio, até a efetivação da construção da capela no local atual, sendo que foi necessário reterritorializar costumes, diferenciar os aspectos culturais, sociais e propor o uso do ambiente através da construção de novo território.

O objetivo geral estabelecido consiste em analisar a formação da Comunidade Santo Antônio do Rio Morais e suas mudanças ao longo de sua história considerando seu território e a abarcando aspectos culturais e socioambientais. Os objetivos específicos correspondem em: a) contextualizar a formação da comunidade enquanto construção social e cultural ribeirinha observando os movimentos migratórios, procedência étnicos e o processo histórico; b) demonstrar os elementos da paisagem, a organização do território, seu uso e as modificações ao longo do tempo e; c) identificar as manifestações das práticas culturais da comunidade ribeirinha na promoção da sustentabilidade considerando aspectos religioso, elementos das tradições como as crenças e os costumes.

A despeito das transições temporais tão comuns nestes tempos de mudanças rápidas sobretudo a partir das questões econômicas e tecnológicas considera-se que os objetivos propostos foram atendidos posto que, com o avanço das investigações ficou patente, a considerar os resultados obtidos, que a formação da localidade objeto desta investigação, tem fundamento em documentação oficial permitindo traçar linha do tempo identificando os grupos familiares formadores da comunidade, suas interações afetivas e efetivas na construção da cultura vigente. Já as migrações ocorreram, não com tanta constância como se poderia considerar, pois foi inconstante e com poucas famílias chegando à localidade ao longo do período analisado.

Quanto aos processos organizacionais que ocorreram para tornar local adequado ao convívio entre os moradores foi necessário reorganizar, inclusive abrindo novo espaço para o deslocamento do campo de futebol e permitir a construção de ambiente necessário para a recepção de visitantes no período festivo. As decisões tomadas para essas transformações levaram a cabo as opiniões dos moradores. As decisões tomadas monocraticamente pelo mandatário do momento hoje são consideradas exorbitantes como o caso da retirada das árvores de igapó em frente a localidade que foram substituídas por coqueiros e cajueiros. Porém a maioria, e não poderia deixar de ser assim, tornaram a comunidade mais atraente e receptiva.

As principais características da comunidade no presente, fruto das suas transformações, são suas práticas culturais bem definidas a partir tanto do conhecimento ancestral, como o caso da preservação e ampliação das plantas e ervas medicinais e conhecimentos homeopáticos voltados para a saúde daquela população e, a devoção ao padroeiro que molda o ribeirinho e suas convicções religiosas e de costumes. Causos, estórias e fatos relatados ao longo da investigação demonstram como o tempo e o desinteresse reatualizaram aspectos da cultura local como o abandono da comemoração em honra a Santa Luzia, a tradição o gambá, brincadeiras de roda, cantorias, ora substituídas pela tecnologia e jogos on-line, no caso dos mais jovens.

A junção das poucas famílias que habitavam nas proximidades de onde atualmente tem-se a comunidade com outras famílias migrantes de outros municípios, a exemplo da senhora J., 92 anos, ribeirinha, vinda do município de Urucurituba/AM, que foram integradas à localidade devido a migração ter como finalidade a cura de uma de suas filhas que adquiriu uma doença nos olhos que a deixou temporariamente cega e quando souberam que na cabeceira dos Morais, como também era conhecida a localidade, em Maués, morava um curador que conhecia uma planta que poderia curá-la, assim fazendo a mudança para a localidade.

A paisagem local sofreu mudanças consideráveis ao longo tempo ocorrendo desde o desmatamento da frente da comunidade e o plantio de árvores frutíferas, passando pelas melhorias nas casas e o trato com o terreno onde estão assentadas as estruturas de uso comum. A popularização da festa em honra a Santo Antônio levou a mais mudanças e melhorias a partir dos anos 1990 obrigando a ampliação da capela, construção do centro social e mudança do campo de futebol para outra área. Da cultura existente antes da mudança de lugar pouco foi mantido pelos moradores, sendo que, constatado pelos depoimentos, somente a festividade ao padroeiro foi mantida, qualquer outra manifestação cultural não foi apreendida pelos jovens da época e hoje estão nas lembranças destes que, naturalmente, envelheceram.

A relação dos ribeirinhos da localidade com o ambiente onde vivem é definida pela forma com que compreendem seu local demonstrando apego e orgulho de pertencer a uma comunidade com predicados sociais e culturais importantes para si e para a calha de rio onde moram. Este trabalho se justifica na compreensão do processo histórico e de ocupação do território, da territorialidade, dos aspectos culturais da paisagem, do espaço territorial na formação de comunidade ribeirinha Santo Antônio do Rio Morais. E tende a discutir a importância das comunidades rurais para a conservação da natureza e como essas comunidades tradicionais reagem a pressão antrópica pelos seus recursos naturais.

Em Maués as pesquisas sobre o tema precisam ser estimuladas para compreender os processos de formação de comunidades ribeirinhas, compreender o “ser ribeirinho”. Outro aspecto que justifica a pesquisa está na relação com a área de concentração Espaço, Ambiente e Sociedade e a linha de pesquisa Espaços e Problemas Socioambientais do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD), da UNIVATES, pois coaduna racionalmente ao tema da pesquisa proposta, visto que este se trata de investigação quanto a história e o território da comunidade ribeirinha Santo Antônio do Rio Morais.

E por último, este trabalho ocorre também do fato do mestrando ter relações umbilicais com o tema por ter origem ribeirinha na região do médio Amazonas, mais precisamente ter sua criação vivenciada em comunidade rural no município de Parintins/AM, portanto pesquisar a ribeirinhidade é vontade antiga e que tem neste trabalho a orientação devida para atingir os objetivos propostos. É salutar, portanto, que esse modo de vida ribeirinho desperte questionamentos quanto às suas origens, costumes, crenças, cultura e a relação com o meio ambiente no qual está inserido.

A investigação resultou nesta dissertação com o tema “A comunidade ribeirinha Santo Antônio do Rio Morais/Amazônia: história e território” que está disposta em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais, organizados em subtemas que discutem do ambiente macro para o micro, a começar pelo referencial teórico e metodologia da pesquisa onde são discutidos conceitos relevantes sobre sociedades tradicionais e como as comunidades ribeirinhas são contextualizadas. A organização das populações ribeirinhas, através da influência da igreja católica resultando nas comunidades eclesiais de base são os resultados dessas mudanças ao longo do tempo. Assim sendo, vem à tona a obrigação de discutir os conceitos de espaço, território e territorialidade, a multiterritorialidade, as ideias sobre a paisagem, aspectos da cultura ribeirinha e a base legal sobre comunidades tradicionais.

O procedimento metodológico consiste em estudo de caso que utilizou das pesquisas bibliográficas e documentais como ponto de partida para a compreensão e escolha das técnicas e ferramentas necessárias à execução da pesquisa para qual foram utilizadas como ferramenta a pesquisa de campo com a aplicação de entrevistas com perguntas abertas com a finalidade de ter acesso aos detalhes importantes para conhecer os detalhes e nuances dos relatos. Foram utilizados a observação *in loco*, o gravador de voz e máquina fotográfica e também o registro das impressões e percepções em diários de campo. Foram feitas visitas anteriores ao início da pesquisa para manter contato com os moradores e definir como elaborar o roteiro das entrevistas.

No capítulo três a discussão ocorre a partir da história da cidade de Maués/AM e foi denominado de Maués: espaço e tempo. A finalidade deste capítulo é trazer, às claras, a história da cidade, a importância da prelazia de Parintins e do PIME para a criação das comunidades rurais. Os registros históricos desse período mostram que Maués/AM tem origem anterior à criação da Província do Grão Pará e Amazonas e que os indígenas Sateré-Mawê domesticaram o guaraná que, após a chegada do não indígena passou a ser comercializado para outras localidades como Manaus. Registros históricos de missionários cristãos como Frei José Álvares das Chagas e naturalistas, como Louis Agassiz, que viajaram pelo rio Amazonas em busca de espécimes novas.

O capítulo quatro descreve a formação da comunidade ribeirinha objeto deste estudo e relata as polêmicas ocorridas antes da mudança para o local atual e como esse processo ocorreu, tendo registros notariais a principal fonte de certeza. Ao longo do tempo demonstra como ocorreu a reterritorialização, a estruturação física e organizacional da localidade a partir da devoção ao santo padroeiro. As mudanças ocorridas para adequar o terreno às necessidades dos moradores e dos visitantes e fiéis durante o ano levaram ao formato atual com espaços coletivos e quintais agroecológicos nos quais são cultivados vegetais diversos incluindo plantas e ervas medicinais que são rico repertório do conhecimento ancestral sob a responsabilidade de uma de suas moradoras. As práticas e manifestações culturais dão forma coesa ao ser ribeirinho e ao sentimento de pertencimento ao local.

No capítulo derradeiro estão as preocupações encontradas ao longo das entrevistas, depoimentos, conversas com moradores. Estão relacionadas ao ambiente e ao fenômeno econômico que após o asfaltamento da estrada que liga a comunidade à cidade transformou a relação dos comunitários com os visitantes e aumentou a atenção para a conservação da

natureza com o olhar sobre temas bastante sensíveis como a poluição, a falta de oportunidades e necessidade de buscar outras formas de melhorar a qualidade de vida dos moradores.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA

As comunidades ribeirinhas formam cadeias de processos produtivos, econômicos, sociais e culturais que caracterizam e diferenciam suas populações. O município de Maués tem em seu povo ribeirinho as referências de território, de lugar e de saber que entre tantos está o conhecimento do ciclo constante das águas e sua influência na alimentação de seu povo, o ciclo reprodutivo das espécies de peixes, o período certo para a caça e para o extrativismo vegetal, as histórias, a cultura das comunidades rurais, bem como o uso e desfrute do ambiente.

### 2.1 Aportes teóricos

O estudo sobre populações tradicionais importante em múltiplas dimensões, porém nesta pesquisa, em específico, a dimensão territorial e suas categorias têm preponderância por se tratar de um estudo de caso com a finalidade de entender a história e o território do objeto de pesquisa. Discutir território consiste também em fixar a visão na história, em fatos documentados e também nas narrativas do povo, na sua forma de pensar e ser.

Para tanto, os teóricos que fundamentam o pensamento condutor deste trabalho foram selecionados a partir da proposta da pesquisa com a ajuda das sugestões do orientador. São eles: Segata (2018), Seixas (2009), Pereira e Fernandes (2011), Tuan (2011), Lira e Chaves (2016), Bezerra *et al* (2016), Moraes *et al*(2017), Brandão (S/D), Batista (2011), Machado (2019), Carvalho e Reis (2018), Cérqua (1980; 2009), Betto (1981), Fraxe *et al* (2009), Ávila (2016), Canto (2020), Haesbaert (2007), Cabral (2007), Martins (2021), Casaldáliga (1971), Andrade *et al*(2018), Fuini (2017), Laraia (2008), Bartoli (2018), Santos 2005), Sahlins (1997), Shiraishi Neto (2007). Nos procedimentos metodológicos foram explorados os pensamentos de Costa e

Costa (2017), Bacellar (2005), Gil (2002), Yin (2001), Busolli e Laroque (2020), Alves (2016), Santos (2016), Diehl (2004), Bosi (1994), Severino (2013), Frizzo (2010) e Kossoy (2001).

### **2.1.1 Legislação para comunidades tradicionais**

O reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais é uma conquista importante após séculos de embates entre o colonizador e os povos originários. Embora não sejam opostos ao modo de vida do colonizador, tem em suas sociedades visões do viver bem distintas e, segundo Brandão (2016, p. 347), “em primeiro momento a e/ou a comunidade tradicional não surgem para nós opostas a sociedades modernas, a cidades, ao mundo urbano. Elas emergem de um lugar diferente da sociedade primitiva, indígena, tribal”, ou seja, são grupos humanos que se reproduzem, ocupam territórios, socializam, produzem e vivem sem as cidades, somente com a natureza e seus recursos a modificando e adaptando às suas necessidades de alimentação, moradia, saúde e cultural.

A Organização Internacional do Trabalho – OIT, discutiu a integração dos povos tribais e semitribais dos diversos países do mundo e em 1957 foi aprovada a Convenção nº 107 (OIT, 1957) que em seu artigo 1º, letra b, enfatiza:

aos membros das populações tribais ou semitribais de países independentes, que sejam consideradas como indígenas pelo fato de descenderem das populações que habitavam o país, ou uma região geográfica a que pertença tal país, na época da conquista ou da colonização e que, qualquer que seja seu estatuto jurídico, levem uma vida mais conforme as instituições sociais, econômicas e culturais daquela época do que às instituições peculiares à nação a que pertencem. (grifo do autor).

O que a OIT define como semitribal a localidade que “abrange os grupos e as pessoas que, embora prestes a perderem suas características tribais, não se achem ainda integrados na comunidade nacional” (OIT, 1957, Art. 1º, item 2), ou seja, mesmo que a carta verse sobre o direito dessas populações, considera estes mesmos povos como tendo necessidade de integração a sociedade moderna deixando às escuras, naquele momento, o modo de vida desenvolvido ao longo de milênios em convivência na natureza e na adequação desta aos seus meios de vida.

Esta definição de populações semitribais é o passo inicial para a discussão sobre populações tradicionais, estas são os povos indígenas, os quilombolas, as comunidades tradicionais de matriz africana ou de terreiro, os extrativistas - seringueiros, castanheiros, babaçuzeiros, etc -, os ribeirinhos, os caboclos, os pescadores artesanais, os pomeranos, ciganos

que possuem cultura diferenciada, assim como organização social própria e territórios com significâncias ancestral, religiosa e práticas próprias.

O Brasil, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, enfoca o direito difuso ao bem-estar de todos, independente de categorização conforme estabelece o “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] IV–promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 2016, p. 11), proporcionando o reconhecimento de outros modos de vida além do viver urbano. O Art. 215 estabelece garantias quanto ao exercício de direitos intrínsecos às populações tradicionais inclusive estabelecendo que o estado apoiará e incentivará a valorização destas manifestações culturais:

**Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

**I** defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

**II** produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

**III** formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

**IV** democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

**V** valorização da diversidade étnica e regional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

Em 1989 a Convenção 169, em seu *caput*, revisa e atualiza termos e conceitos relativos aos povos originários enfatizando que os povos indígenas e tribais, substitui o termo semitribal, devem ser protegidos por normas de direito internacional afirmando que:

“[...] a evolução do direito internacional desde 1957 e as mudanças sobrevindas na situação dos povos indígenas e tribais em todas as regiões do mundo fazem com que seja aconselhável adotar novas normas internacionais nesse assunto, a fim de se eliminar a orientação para a assimilação das normas anteriores” (OIT, 1989, texto digital).

A Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais nº 169 detalha com mais nitidez o que são populações tribais quando reconhece “a consciência de sua identidade indígena ou tribal”

como critério definidor de grupos tradicionais com direitos a proteção a integridade e modo de vida, assim como o direito a autodeterminação quanto às prioridades que rumam ao desenvolvimento que possa afetar “vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, terras” (OIT nº 169, art.7º) se faz garantir os modos de viver e conviver nos territórios originários, ao mesmo tempo em que conserva-os, também os adequam aos tempos novos.

O reconhecimento da Convenção nº 169 da OIT, ocorreu através do Decreto nº 5051/2004 e em 2005, a Organização das Nações Unidas - ONU, através da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, reconhece a diversidade cultural como característica essencial da humanidade e que esta é patrimônio de todos os povos, visto que os são resultados da criatividade originada das necessidades de cada povo o que os torna únicos e diversos. No bojo da fundamentação se discorre sobre a importância da diversidade cultural para que os direitos humanos e liberdades sejam respeitadas como elementos básicos para a sobrevivência do indivíduo e da sociedade onde vive.

Foi no I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais, ocorrido em 2005, que se definiu com clareza o que são as comunidades tradicionais.

[...] permitiu estimar a diversidade social de tais comunidades, seu potencial político-organizativo e sua distribuição pelo país. Permitiu, ademais, constatar que são heterogêneos também os critérios que agrupam e mobilizam povos indígenas, quilombolas, ciganos, pomeranos, afro-religioso, ribeirinhos [grifo do autor], quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, pescadores artesanais, caiçaras, castanheiros e povos dos faxinais, dos gerais e dos fundos de pasto, dentre outros. (SHIRAISHI NETO, 2007, p. 15)

O reconhecimento dessas populações e a consequente discussão na mudança da nomenclatura para comunidades tradicionais se deu em função do termo população se tornar mais restritivo e menos consistente quanto o uso da palavra comunidade, afinal este considera além da população enquanto número de indivíduos, suas relações sociais, ambientais e culturais enquanto realidade específica e local. A partir de então a legislação sobre o tema tende a adotar o conceito mais adequado para essas realidades. O Decreto 6.040/2007 define no Art. 3º, I e II, o que são povos, comunidades e territórios tradicionais:

- I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;
- II – Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma

permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (BRASIL, 2007, texto digital).

Ainda segundo Shiraishi Neto (2007, p. 16), o reconhecimento desta diversidade no âmbito internacional foi firmado a partir da “Conferencia Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura realizada em 2005, que aprovou a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais” que enfatiza as diversidades de línguas, conhecimentos e práticas tradicionais, expressão cultural e demais circunstâncias heterogêneas que identificam essas populações e seus laços e afetos com suas origens, permitindo melhorar as condições para justiça social, respeito mútuo, respeito à mulher e entre povos e culturas.

No estado do Amazonas, a criação do Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Amazonas - CDSPCT/AM, através da Lei Estadual 3525/2010 (AMAZONAS, 2010) com a finalidade “de apresentar proposições, apoiar e acompanhar ações políticas para o desenvolvimento do setor” e “funcionará como um instrumento participativo de planejamento e gestão pública de Políticas Estaduais para o Desenvolvimento Sustentável” discute e toma providências quanto ao respeito às comunidades tradicionais efetivando o debate sobre temas locais importantes para as comunidades em busca da preservação do modo de vida de suas populações.

### **2.1.2 Sociedades Tradicionais**

As sociedades consistem na soma de várias comunidades formando uma rede de relacionamentos a partir de grupos menores e tradicionais que consiste em uma categoria abarcando populações com cultura e modos de vida singular e têm características definidas como a importância das tradições, a prevalência da agricultura, a distância entre a população e o governo, dificuldade de mudar o *status* social sendo consideradas “naturalmente conservacionistas e depositários de saberes tradicionais a respeito de seu meio ambiente” (SEGATA *et al.*, 2018, p.5).

Em sociedades tradicionais, a cultura é a identidade do lugar permitindo que a vida em sociedade seja afetada, conforme Seixas (*et al.*, 2009, p. 9) “os elementos de identidade cultural local tendem a ser muito estáveis. As noções de tempo e de espaço têm grande importância na dinâmica da vida social [...] que nela ocorrem”. Para Pereira e Fernandes (2011, p. 56) “são as

ligações afetivas evocadas pelo ambiente e que transformam um espaço em lugar – tomam importância os sentimentos sobre o lugar (*sense of place*), as relações entre a cultura e o ambiente natural, e o que o lugar pode simbolizar”. Essas ligações afetivas ocorrem a partir da identidade cultural e a noção de pertencimento ao lugar.

Para Tuan (2011, p. 14) o lugar também é a experiência adquirida após um tempo no local afinal o “sentido de lugar é adquirido após um período de tempo [...] Podemos dizer, geralmente, que quanto mais tempo permaneceremos em uma localidade melhor a conheceremos e mais profundamente significativa se tornará para nós, ainda que essa seja apenas uma verdade grosseira”. O lugar é, naturalmente uma localidade na qual o convívio entre os moradores toma forma de lugar ao mesmo tempo em que as estruturas de uso comum são construídas e transformam a paisagem.

O lugar está além de uma interpretação puramente da geografia física, o lugar, como cultura e notoriamente sociedade, está para as ciências ambientais, pois estas refletem conceitos das ciências sociais, das ciências da saúde, das ciências humanas, através do conhecimento adquirido ao longo do tempo e seu uso com sabedoria e fé. O lugar, nos parece, é o ser, é o pertencimento e ao mesmo tempo posse pelo morador.

No Amazonas é possível identificar sociedades tradicionais ao longo dos rios, lagos e igarapés, de grupos étnicos diversos e miscigenados a partir dos processos de colonização estabelecidos desde o século XVI. São comunidades indígenas em seus territórios demarcados, os quilombolas e sua cultura e os ribeirinhos, também chamados de caboclos, e seus assentamentos produtivos com seu modo de vida adaptável para atender as demandas impostas pelos ciclos da natureza, principalmente a cheia e a seca. “Esse intercâmbio possibilitou uma herança que se revela nas mais diferentes manifestações socioculturais expressas pelo homem amazônico na vida cotidiana: sejam relações de trabalho, a educação, a religião, as lendas, os hábitos alimentares e familiares” (LIRA; CHAVES, 2016, p. 72).

Brandão (S/D) por sua vez, acrescenta que na comunidade tradicional é inevitável a presença do outro na vida de todos. As atividades são coletivas na medida em que a necessidade de um hoje pode ser a necessidade do outro amanhã, os exemplos são os trabalhos em puxiruns para a abertura, plantio e limpeza de roças:

Em qualquer direção e provavelmente em todos os lugares onde exista, entre as suas diferenças culturais sempre presentes, uma das características de base na comunidade tradicional é a inevitável presença do outro na vida de todos. Seja como um sujeito individual - um pai, uma mãe, um padrinho - seja como um sujeito institucional ou

mesmo plural - um ancestral familiar, um líder de clã, um conselho de comunidade - a presença que ao mesmo ampara, reconhece, identifica e controla a pessoa de cada integrante de tudo o que vai de um casal à própria comunidade no seu todo, representa um ator e um fator de atribuição de identidade (BRANDÃO, S/D, p. 350).

Embora o reconhecimento estatal tenha importância ímpar para a proteção, não encerra em si, a busca pela melhor compreensão sobre comunidade tradicional, afinal as comunidades ribeirinhas podem ser tratadas como comunidades tradicionais. Segundo Redfield *apud* Brandão (S/D, p. 348), quanto a esta compreensão pode-se entender que “Não havia camponeses antes das primeiras cidades e os povos primitivos sobreviventes que não vivem em relação com a cidade não são camponeses. (...) O camponês é um nativo rural cuja ordem de vida estabelecida a muito tempo dá muita importância à cidade”, ou seja, o que caracteriza o camponês são suas atividades de produção capitalista com o objetivo de comercializar por moeda corrente ou para ganhos junto ao comércio, para suprir necessidade de produtos que não é capaz de produzir.

Ora se o camponês, enquanto termo originário da Europa, tem caracterização de povo primitivo então, sem a intenção de compara-los, o ribeirinho, que é rural, agricultor e negocia o excedente de sua produção na cidade, também pertence a comunidade tradicional, pois tem o modo de vida capitalista influenciando suas ações e normas, inclusive sua cultura, tradição e comportamento visando resultados econômicos em essência, o que vai de encontro a definição legal e antropológica sobre comunidade tradicional, visto que estas tratam de reprodução do modo de vida, cultura e comportamentos em vista da manutenção das tradições herdadas dos antepassados, ou seja, as comunidades rurais por suas características próprias são também comunidades tradicionais.

Embora mantendo laços com a urbe a sociedade ribeirinha assim como a indígena tem “os seus lugares concretos ou simbólicos de existência – o povo, a "nação", a tribo, a comunidade, a aldeia, são anteriores ao mundo das cidades e se reproduzem sem elas” (BRANDÃO, S/D, p. 347), ocupam territórios para a reprodução de sua cultura relacionando-se com outros grupos e com a natureza, sendo a urbe mais uma das possibilidades de trocas de informações, produtos, conhecimentos e serviços.

[...] as dinâmicas temporais, autonomia para reprodução de seus membros e da coletividade, o reconhecimento de si como comunidade herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, memória da história de lutas e resistências do passado e as estratégias de acesso a direitos, mercados e bens e à conservação ambiental (Brandão S/D, p. 361).

A compreensão sobre os temas abordados proporciona fundamentos para investigar as percepções dos moradores sobre o lugar em que moram, suas relações com a natureza, tradições crença e história ao mesmo tempo em que responde as questões norteadoras como a origem da comunidade, a mudança na paisagem local. Obter compreensões da percepção do ribeirinho sobre seu habitat e sua importância enquanto indivíduo são fundamentais para atender o objetivo de contextualizar a formação da comunidade enquanto construção social e cultural ribeirinha observando os movimentos migratórios, procedência étnicos e o processo histórico.

### **2.1.3 As comunidades ribeirinhas na Amazônia**

Das sociedades tradicionais, que são a compreensão macro do conjunto de diversas comunidades de uma mesma região, é possível categorizar como comunidade tradicional, o lugar onde as relações de pertencimento e afeto se realizam, é a territorialização que “se caracteriza como uma forma de organização tanto das práticas de saúde, como dos processos de trabalho, a partir da delimitação espacial previamente determinada por meio da caracterização da população e espaço” (BEZERRA *et al.*, 2020, p. 2).

O objeto deste trabalho com suas quatro décadas de fundação tem todas as características de comunidade tradicional considerando o saber peculiar, as dinâmicas temporais, autonomia para reprodução de seus membros e da coletividade, o reconhecimento de si como comunidade herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, memória da história de lutas e resistências do passado e as estratégias de acesso a direitos, mercados e bens e à conservação ambiental (BRANDÃO, S/D, p. 361). O componente religioso se faz presente em todos os momentos da vida comunitária, seja no culto de domingo, nas novenas dedicadas ao santo padroeiro, nos jogos de futebol, no início das aulas, no terço dos marianos e das apostoladas da oração, na saída para a pesca e a caça e nas atividades laborais diárias (MORAES *et al.*, 2017), o sinal da cruz, aprendido no catecismo, é feito em busca de proteção e bençãos na empreitada.

A Amazônia sempre foi considerada equivocadamente como um vazio demográfico devido a sua extensão e populações reduzidas e localizadas espacialmente distantes umas das outras. Tal ideia levou o governo central, durante a ditadura civil militar brasileira implantada em 1964, a desenvolver o lema “integrar para não entregar” visto as fantasiosas ameaças vindas dos países envolvidos na guerra fria. Com isso abriram a rodovia Transamazônica com a

finalidade de povoar suas margens com migrantes sudestinos e nordestinos tomando posse do território e firmando presença onde em tese, não havia população não indígena. Ocorre que dentro da floresta, nas margens de seus rios a presença da população ribeirinha é constante, sendo exatamente essa característica que define o morador das margens dos rios:

[...] termo ribeirinho pode ser entendido como uma categoria que permaneceu às margens dos rios, afetada pela negligência das políticas públicas e sociais, à revelia da expansão de projetos agropolíticos e de debates nacionais ou internacionais sob o seu habitat que é ao mesmo tempo significação, percepção e reprodução social e simbólica (BATISTA, 2011, texto digital).

No entanto, as populações amazônicas, naturalmente alocadas às margens dos rios, lagos e igarapés, sempre existiram. Formadas por caboclos, índios, negros e a miscigenação destes, estas comunidades foram ganhando corpo e poder diante dos desafios impostos tanto pelas necessidades sociais quanto pela economia e religião. Assim, a igreja católica percebendo a distância das ações públicas para atender esses povos, trouxe o Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (PIME) que chega à região norte do Brasil com a missão de levar a palavra de Deus aos índios, ribeirinhos e pobres, e traz a ideia de organizar os moradores locais em Comunidades Eclesiais de Base (CEB), dando origem à formação das, hoje conhecidas, comunidades rurais que se caracterizam por estarem na zona rural dos municípios. O trabalho de evangelização ganha intensidade a partir do final da década de 1940. Neste sentido, tem-se:

No início, o trabalho pastoral dos missionários do PIME era bastante voltado à catequese e aos sacramentos, pois parte dos habitantes sequer era batizada. Aos poucos e com muito esforço, o cenário foi mudando. “Com a benção nas casas e a frequente visita às famílias, especialmente aos pobres, a propaganda ativa das várias seitas diminuiu muito. Com a permissão do bispo, iniciaremos a ‘campanha familiar’, que durará um ano inteiro. Outro ponto positivo é que o catecismo paroquial é bem frequentado, mesmo para adultos, no domingo à noite”, declarou o padre Morelli apenas dois anos após sua chegada à cidade. (MACHADO, 2019, texto digital).

O trabalho pastoral efetivado pelo PIME enseja o catolicismo com raízes amazônicas, com o rosto e o jeito ribeirinho, o qual Machado (2019) assim como Carvalho e Reis (2018) chamam de catolicismo popular com suas crenças nos santos que foram o fator importante para a formação das comunidades rurais na Amazônia, sobretudo com a presença de leigos, missionários e padres estrangeiros que começaram a reunir com os caboclos em torno de suas crenças religiosas. Essa aproximação fez com que a igreja católica fosse tornada a voz dos desvalidos abandonados nos interiores dos municípios, intervindo junto aos poderes públicos

municipais, em favor dessas populações hinterlandinas. Esse papel da igreja é destacado e merece um estudo posterior sobre sua influência e organização dessa população.

#### **2.1.4 Da comunidade eclesial de base à comunidade rural**

O morador da zona rural, pelo menos os mais antigos, viviam isolados dos demais pares devido aos afazeres diários e a busca de recursos para sobrevivência, ainda que esse habitat fosse na mesma calha de rio ou cabeceira. A igreja católica, viu a necessidade de evangelizar os povos nativos da América Latina que viviam distantes das áreas urbanas, portanto longe da igreja, como os ribeirinhos, os indígenas, os quilombolas, não somente por terem concepções e práticas religiosas distintas do que era pregado na igreja, mas por viverem em uma região remota e longe das cidades o que dificultava a manifestação da fé cristã (CÉRQUA, 1980). Diante dessa realidade, o PIME, foi encarregado e incentivado pelo Papa Pio XII a evangelizar nos mais distantes rincões do planeta. No Brasil as regiões sul, centro-oeste e norte receberam os primeiros missionários. A capital Macapá/AP foi escolhida para receber os padres e irmãos (ÁVILA, 2016) que em uma década, ampliaram o trabalho para o interior da Amazônia chegando a Manaus/AM e em seguida a Parintins/AM, onde foi criada a Prelazia para atender a região do médio Amazonas.

Com as missões religiosas estabelecidas, a estratégia desenvolvida inicialmente, foi construir uma capela, com santo padroeiro e suas comemorações, em local que permitisse acesso fácil para os moradores da localidade, como fazenda ou uma casa de morador, preferencialmente que fosse Congregado Mariano<sup>2</sup>, com a finalidade de aglutinar as pessoas e posteriormente iniciar as atividades religiosas com a formação das CEB's, Isto porque:

As comunidades eclesiais de base (CEB's) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEB's podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos

---

<sup>2</sup> Membro da Congregação Mariana que segue regras de vida voltadas a seguir Maria, a mãe de Jesus. Estas regras são dispostas a) Uma vida de piedade pessoal e comunitária b) O crescimento da fé católica; c) Tomar a cargo, como coisa própria sua e de acordo com sua condição de vida, todas as obras apostólicas recomendadas pela Santa Igreja; d) A atenção permanente em sentir com a igreja (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS CONGREGAÇÕES MARIANAS DO BRASIL – texto digital) .

ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto (BETTO, 1981, p. 7).

A estratégia utilizada na Prelazia<sup>3</sup> de Parintins foi permitir que padres e religiosos do PIME prepararem leigos para conduzir as CEB's que, segundo Canto (2020, p. 33), também “fundaram as comunidades rurais a partir de 1955 quando existia apenas a capela de Vila Amazônia em Parintins” e “as capelas de Mucajá e Freguesia do Apoquitaua e Massauari em Maués” (CÉRQUA, 1980, p. 311) cujo intuito consistia em reunir os caboclos dispersos no interior para catequizá-los. A partir de então o que era somente uma capela isolada passa a fazer parte das manifestações de fé do ribeirinho e motivo para reuniões semanais tanto para a reza da missa ou culto dominical, do terço e da ladainha quanto para discutir assuntos de interesse de todos os moradores da localidade inserindo na vida cotidiana outro modelo de tomada de decisão com base na coletividade.

Essa forma de tomar decisões coletivas inova o papel da CEB e, a partir dela, passa a ser o norte do desenvolvimento local. Essa nova forma de tomar decisões coletivas de consenso é explicada por Fraxe *et al* (2009, p. 30) “[...] é preciso entender que os povos da Amazônia não vivem isolados no tempo e no espaço, pelo contrário, sempre estabeleceram [...] relações de trocas materiais e simbólicas entre sí, com as comunidades vizinhas e com os agentes mediadores da cultura, entre o mundo rural e o urbano”. Logo este modelo de tomada decisões permite modificar o espaço coletivo para definir o uso tanto dos recursos naturais como das matas e das águas, a ocupação do solo no entorno da capela e a definição de quem poderia se estabelecer na localidade. A aceitação pelos moradores desse modelo de relação social se dá em função da formação de uma diretoria de cada CEB com moradores locais, com pouca intervenção no dia a dia da comunidade pela igreja. Isso ocorria como:

Um grande número dessas comunidades, particularmente nos primeiros anos, nasceu como Congregações Marianas de homens, com capelas para culto e reuniões formativas. No entanto, em redor de cada capela, não demoraram a surgir escola, campo de jogo, cantina comunitária e etc..., tudo em terreno doado ou vendido à Prelazia; e aos Marianos foram se acompanhando outros movimentos e irmandades,

---

<sup>3</sup> Prelazia: As prelazias são ligadas diretamente ao Papa. Possuem seu próprio clero e seus próprios leigos. A prelazia territorial exerce funções similares à do Bispo diocesano (O Catequista, texto digital). A Prelazia de Parintins foi criada tendo sua responsabilidade os municípios de Parintins, Barreirinha e Maués que foram elevadas a paróquias. Entenda-se “bases prelatícias”, no referir-se aos membros das comunidades cristãs, aos trabalhadores rurais, camponeses, pequenos agricultores, ribeirinhos, sindicalizados, não sindicalizados, filiados e não-filiados politicamente, ou seja, àqueles que estavam dentro do contexto para e por onde fluiu a educação popular a partir da Instituição Prelazia (LISBOA, 2019, p. 301).

como as Senhoras do Apostolado da Oração, a Cruzada Eucarística infantil, Clubes de Jovens etc...; e foram se organizando em várias atividades comunitárias coordenadas por pessoas responsáveis, qualificadas em cursos administrados pela Prelazia no Centro de Treinamento ou no próprio interior (CÉRQUA, 1980, p. 311).

Os cursos de formação ofertados pela prelazia faziam referências da vida em comunidade como os relatos bíblicos tanto do velho como do novo testamento, centrando na figura da personagem Jesus Cristo a experiência dos primeiros tempos do cristianismo. A vida em comunidade, a irmandade advinda dos movimentos religiosos apresentados foram um dos vários motivos que Ávila (2016) explica, para formar uma comunidade rural:

Os motivos para se criar uma comunidade são os mais diversos. Desde necessidade da busca por novas terras e terrenos de plantio, ampliação dos serviços básicos na região como escolas e postos de saúde, brigas entre familiares e mais recentemente, desacordo religioso, com diversas comunidades evangélicas sendo fundadas da separação de seus membros convertidos de seus vizinhos e parentes católicos (ÁVILA, 2016, p 92).

Como é possível averiguar, as comunidades rurais têm diversas motivações para serem criadas, atualmente o principal deles são a busca por condições e acesso a serviços públicos como educação, saúde, acesso a água potável e eletricidade, e também pela busca constante de processos produtivos mais eficazes para melhorar a qualidade de vida dos ribeirinhos, proximidade com a cidade e, mais recentemente, a evangelização em áreas de Terras Indígenas com pastores neopentecostais formam comunidades ribeirinhas em torno da fé cristã.

O morador do interior da floresta, às margens de rios e lagos, ou ainda isolados nos chamados centros da mata, o qualifica como morador da zona rural que além das distâncias geográficas que os separam dos demais indivíduos ou coletivos da região, tem entre os trabalhos diários, a pesca e caça para alimentação. O PIME com a missão de evangelizar estabeleceu presença através da capela em local de fácil acesso para os moradores, como fazenda ou terreno de um morador (ÁVILA, 2016), e ali incrustou um santo de devoção popular aglutinando pessoas em torno de datas festivas e dias de reza, surgindo as CEB's.

Enquanto a organização social dos moradores tomava dimensões religiosas e políticas, a igreja foi adquirindo terrenos para a instalação do núcleo para as CEB de forma a consolidar a presença católica entre os moradores, segundo Canto (2020, p. 44) “a igreja comprou outros lotes de terra, ampliando o lugar que hoje se conhece como a sede da comunidade”. A comunidade rural apresenta, a partir de então, equipamentos sociais importantes para todos como escola, centro social, poço artesiano, campo de futebol e energia elétrica que antes era

fornecida a partir de um gerador de pequeno porte e hoje o serviço de energia ocorre a partir do programa Luz para Todos.

A comunidade rural aparece a partir da compreensão do ribeirinho sobre seus direitos de ter acesso ao serviço público, ou seja, a comunidade rural encampa a consciência social e política, somada a religiosa, sobre a importância do estado em atender aos anseios da comunidade frente ao futuro abrindo espaço para cobranças junto ao poder político estabelecido tendo como suporte a igreja, enquanto mantém no puxirum sua principal forma de atividade produtiva coletiva. Matos e Ferreira (2007, texto digital) definem puxirum como “o auxílio mútuo ou troca de dia. É prática costumeira na região e desenvolvida em atividades de derrubar a mata, construção de casa e em outras que necessitam da participação de pessoas, dentre elas o plantio da roça”.

A atividade coletiva é o marco principal da comunidade rural e no puxirum a unidade de uma comunidade ribeirinha fica evidente, afinal quanto maior a participação de comunitários, maior a unidade e compreensão sobre o local onde se vive “É em suma, uma troca de dia entre membros dessas comunidades e ocorre em plantios, derrubadas, capinas, construções de casa, roçagem e outras situações, pois “a gente aqui é assim, acaba um trabalho começa outro e a gente precisa sempre de ajuda” (MATOS e FERREIRA, 2007, texto digital). Os puxiruns têm participação maciça de crianças, jovens, adultos e idosos dependendo do trabalho a ser executado. Nas atividades de broca jovens e adultos são os principais elementos do processo. O mesmo evento está relatado entre os indígenas Sateré Mawê:

Se, entre eles, existir alguém necessitando dessa contribuição é feita outra convocação e todos participam novamente. Não há pagamento em dinheiro pelo trabalho porque se trata de trabalho solidário, de contribuição. Mailson enfatiza que “entre os sateré-mawé não deve haver vantagem. Porque a partir do momento que alguém pensa em vantagens já se configura uma exploração, no capitalismo”. Esta afirmação também se confirma na fala das mulheres sateré-mawé ao definirem o puxirum como uma prática coletiva (REIS FILHO, 2013, p. 3).

O puxirum é exemplo de trabalho comunitário que demonstra comprometimento com o outro, com o próximo que é uma das características das apregoadas pelas CEB, pois não envolve qualquer numerário, qualquer valor financeiro, somente a dívida pela ajuda a ser paga no puxirum de quem participou do puxirum deste. É enfática noção de dívida de dia de trabalho e que deve ser devolvido, afinal quem ajuda hoje deve ser ajudado em seguida, levando ao ditado de ‘uma mão lava a outra e as duas lavam o rosto’. “o puxirum é o exemplo maior do trabalho

comunitário em que as famílias participam da roça, envolvendo homens, mulheres, crianças e jovens” (FREITAS e TORRES, 2015, p. 11).

A cantina comunitária é uma outra inovação para atender as necessidades dos moradores das localidades mais distantes, Cérqua (2009) cita que a cantina comunitária estava assentada no terreno da igreja, sendo um cargo ocupado por um membro da diretoria da comunidade, ou seja, o responsável da cantina era membro da diretoria que era escolhida entre os comunitários através do voto e com a concordância do pároco. ASPROC (2011) informa que a cantina é “O arranjo em torno da produção e comercialização do ribeirinho – indivíduo que produz, vende, compra e troca o que precisa para viver, sem explorar ou ser explorado – requer uma rede de cooperação autogestionária, justa e solidária que viabilize a geração de renda na comunidade”.

O campo de futebol, que Cérqua (1980, p. 248) chama de “campo de jogo”, é outro equipamento comum nas comunidades rurais, tendo a finalidade de entreter e unir a população local em torno do time de futebol formado pelos moradores e seus filhos. A construção desse espaço ocorre quase que exclusivamente na área atrás da capela “ao chegar à sede principal da comunidade, é possível avistar a igreja, a escola e atrás da igreja o campo de futebol” (CANTO, 2020, p, 44). Na Prelazia de Parintins, em 1967, é comunicado a Liga Esportiva que a Federação Mariana iniciaria o campeonato hinterlandino (CÉRQUA, 1980). Para Viana (2014, texto digital) “Os torneios de futebol são eventos cultural, social, econômica, ambiental e esportiva para as comunidades ribeirinhas [...] realizadas as categorias masculino, feminino e veterano [...] e ocorrem por ocasião dos festejos, que comemoram uma data de importância local”.

### **2.1.5 Espaço, território/territorialidade na Comunidade Ribeirinha**

Enquanto território, a comunidade rural entrelaça territórios econômicos com o comércio de bens de consumo e alimentos, a presença da fraternidade como ferramenta de ajuda mútua através dos mutirões, a pesca e a caça enquanto base alimentar. Como se sabe o território está intimamente ligado ao ambiente considerando que toda manifestação no território também é uma manifestação no ambiente. O território modifica o ambiente adequando-o a novas necessidades e usos, reformula relações que impactam o ambiente como o desmatamento, as queimadas, rotação de terras e o uso de agrotóxicos e que essas ações organizam e reorganizam os modos de vida de acordo com o ambiente físico e alteram-no conforme suas necessidades e ganâncias (TROMBINI, 2020).

O ambiente, aliás, com suas multicategorias como biodiversidade das florestas, a cultura humana, os cultivos para autoconsumo, o modo de vida, ainda que considerado símbolo de atraso para a exploração econômica, é natural, pois como afirma Trombini (2020, p. 49), “Territórios que sempre estiveram ocupados por elementos naturais - biomas, ecossistemas, fitogeografias, fauna, flora, entre outros, e também da presença humana, como os indígenas, caboclos, bandeirantes, europeus, entre outros”. O ambiente tem é o território.

### **2.1.5.1 Conceito de território**

A ideia de território perpassa a delimitação do espaço físico, delimitado em áreas medidas em quilômetros quadrados, algo puramente visível, palpável. Fuini (2017, p. 20), ao se referir ao pensamento do geógrafo Haesbaert, que afirma que o “território, com a centralidade no estudo das relações espaço-poder [...] é também um espaço apropriado em termos imateriais na produção de identidade, subjetividade e simbolismos com certo lugar”, pois é no território que se mantém laços de proximidade e segurança com os seus iguais. É no território que as relações sociais ocorrem e onde são tomadas decisões que envolvem todo o corpo social.

Assim se interpreta que a Amazônia proporcionou entendimentos e compreensões desde o século XVIII conforme relatos dos naturalistas que viajaram pelo território. Como a percepção de que a Amazônia sempre foi interpretada a partir do externo para o interno, tais compreensões tiveram importância em legitimar tanto a colonização quanto o capitalismo no território com a imposição da civilização sobre os naturais (GOMES, 2017).

O “espaço social aparece de maneira difusa por toda a sociedade e pode, assim, ser trabalhado de forma genérica” (HAESBAERT, 2007, p. 22), ou seja, o espaço é a representação provisória da convivência em comunidade, pois “é a síntese, sempre provisória entre o conteúdo social e as formas espaciais. Sobretudo, o espaço deve ser concebido como algo que participa da condição do social e do físico, um misto, um híbrido (Cabral, 2007, p. 147)”. Essa conformação de espaço está representada pelas representações comuns da população que o habita, que nele convive que significam suas territorialidades, no objeto de estudo são as vivências diárias dos ribeirinhos em seus afazeres, ‘nas suas coisas’ típicas como a casa de farinha, a canoa, a roça, o rio, a mata.

O território é, ao mesmo tempo, um instrumento do poder político e um espaço de identidade cultural, territórios e territorialidades cada vez mais valorizados para entender as

formas de apropriação espaciais materiais e simbólicas, as territorialidades, contestadas pelo ímpeto homogeneizante da globalização.

Jamais nos desterritorializamos sozinhos, mas no mínimo com dois termos (...) e cada um dos dois termos se reterritorializa sobre o outros. De forma que não se deve confundir a reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga: ela implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua (DELEUZE; GATTARI *apud* HAESBAERT, 2007, p. 40-41).

Se o espaço social é um conceito múltiplo e multifacetado e constituído por pessoas de origens local e por migrantes. Nele os costumes são mantidos, exercidos e exteriorizados pelos moradores, pois, o território é uma de suas faces. O território das comunidades rurais, permeia os aspectos sociais, ambientais e pessoais, pois os sujeitos que nele vivem, reproduzem seus modos de vida e significâncias. “O território tem a ver com poder, mas não apenas o tradicional poder político, mas também ao poder simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2007, p. 20-21). Esse poder representativo nas comparações locais sobre quem faz a maior festividade do padroeiro, ou qual time ganhou o último campeonato ou mesmo ainda se a comunidade tem algum filho que exerça um bom cargo público, essa simbologia aumenta a autoestima dos moradores e os faz se apropriar ainda mais do lugar.

#### **2.1.5.2 Os conflitos no território**

Os conflitos ensejados nos territórios de fronteira surgem com a delimitação de áreas entre os ocupantes, desmatamento e depredação da mata ampliando fronteiras do capital de modo a ignorar a presença de sociedades constituídas. Para Martins (2021, p 134) “aqui a terra em si mesma não tem qualquer valor ...[...] Não se cogita, por isto de assegurar a posse legal das terras...[...] E este domínio não assume, senão acidentalmente a forma fundiária”. A ocupação formal ou simbólica é a base do conflito que se aprofunda com o uso egoísta dos recursos disponíveis em busca de ganhos econômicos independente dos prejuízos causados aos demais. É importante considerar que na Amazônia todos os territórios são fronteiros quando considerados os interesses da civilização *versus* populações tradicionais, visto que onde ocorrem ocupações pela civilização as populações tradicionais recuam devido ao embate entre culturas e compreensões de mundo.

A fronteira aberta está vinculada a reprodução do capital que se vende como única fonte de construção do bem-estar das populações, embora se saiba que é fonte de acumulação de

riqueza para uns e de pobreza para a maioria. Com isso, os tecnologicamente menos avançados perdem espaço para máquinas, processos produtivos novos e para o poder financeiro e político que tomam o meio de autossustento dos habitantes originários, criando as zonas de confronto e miséria levando ao trabalho escravo disfarçado como bem exposto por Casaldáliga (1971, p. 118) quando se refere às relações de trabalho em áreas fronteiriças em disputa “aqui não existe empregados, existe escravos”.

Oliveira (2021) esclarece que para entender a fronteira atual é necessário despojar o conceito primevo de pressupostos racistas e coloniais que resulta na espontaneidade do movimento. Então a fronteira,

não resulta de um movimento espontâneo nem se constitui em uma sementeira da cidadania, mas frequentemente se constitui, ao inverso, como um lugar de ampliação das desigualdades, de experimentação de modos compulsórios de geração de riquezas e acumulação de capitais, de reiteração de discursos racistas e autoritários, de ensaio de formas autocráticas de governança. As regiões e populações que foram imaginadas como fronteira raramente se beneficiaram dos processos ali deflagrados (OLIVEIRA, 2021, p. 17-20).

Então a fronteira é bem mais complexa que as definições de Haesbaert, Fuini e Tuan, Ela chega aos processos de conflitos que ocorrem a partir do humano em busca do autossustento pelos atingidos *versus* a vontade e política dos ditos desbravadores. Enquanto para os primeiros a fronteira é o embate para resistir e perpetuar seus modos de vida, para os segundos a fronteira tem a finalidade de expansão e tudo que isso traz consigo. “As formas de pensar a ocupação da Amazônia anteriormente descritas configuram concepções distintas sobre a fronteira, seja como espaço geográfico e mítico, seja como área dotada de certas características climáticas ou raciais” (OLIVEIRA, 2016, p. 123).

Então se tem o embate pela posse da terra que se estende aos demais domínios do humano, apossando-se primeiro dos corpos em função das necessidades básicas e depois das mentes quando impõe a incerteza e a desesperança. A fronteira é o local de conflito e desencontro “não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história” (MARTINS, 2021, p. 133).

A frente de expansão do capital nas comunidades ribeirinhas se intensificou a partir dos avanços tecnológicos e da chegada da energia permitindo o desenvolvimento de relações de

comércio entre os moradores, inicialmente de produtos de primeira necessidade como alimentos e congelados, partindo em seguida para:

[...] “a expansão do capital que não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista. Essa expansão é essencialmente a expansão de uma rede de trocas e de comércio, de que quase sempre o dinheiro está ausente, sendo mera referência arbitrada por quem tem o poder pessoal e o controle dos recursos materiais na sua relação com os que explora” (MARTINS, 2021, p. 137).

Nisso Cérqua (1980) contribui afirmando que a igreja organizou os caboclos e deu vazão às suas necessidades por serviços públicos básicos formulando assim a percepção de corpo, de união. Com isso, o aparato natural da ajuda mútua através dos puxiruns e da troca de diárias para serviços na roça foram, e são até o momento, mantidos e intensificados com resultados satisfatórios para os habitantes criando uma percepção de corpo social-irmão único e comprometido.

### **2.1.5.3 Conceito de territorialidade**

A reformulação do território, após domínio pelo capital, se inicia com a reorganização dos desfavorecidos em busca de solução para problemas básicos dos descendentes como acesso a escola, saúde, alimentação. Tais necessidades ensejam o dinamismo social que internamente amplia a solidariedade como mecanismo de resistência a imposição externa ao mesmo tempo que encorajam a busca de soluções reais para situações difíceis.

O território e a territorialidade do objeto de estudo está caracterizado pelo “espaço mobilizado como elemento decisivo às relações de poder e territorialidade como estratégia utilizada para delimitar e afirmar o controle sobre uma área geográfica, estabelecer, manter e reforçar esse poder” (CABRAL, 2007, p. 152), portanto trata-se de um padrão de comportamento e atitudes de um grupo de pessoas que exerce controle, real ou concebido, de um determinado espaço físico, local ou de uma ideia, podendo se concretizar através de uma marcação, personalização e defesa do território. Decisões coletivas e individuais que enfatizem a posse, o uso e a destinação tanto do território como da territorialidade estabelece limites e impõe restrições ao usufruto por elementos estranhos ao local.

“A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais [...], como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2007, p. 22).

Assim as populações tradicionais têm sua territorialidade definida nos processos econômicos produtivos mantidos, no ato da pesca, da caça, do extrativismo e, sobretudo na construção de suas residências, de suas vidas, no pertencimento. O exemplo melhor construído está no fato de que cada lote de terra na sede da comunidade foi demarcado para a construção das casas e são delimitados por cercas que separam os quintais das residências tornando o indivíduo como elemento importante do coletivo.

Com isso também fica latente, ainda que minimamente, o estabelecimento do capital como delimitador importante da territorialidade quando cercas são construídas para proteger bens das famílias e afastar o outrem em horários indesejados. Há nessa circunstância alterações no hábito que, paulatinamente, são modificados em função desse novo contexto voltado para o individualismo e, por consequência, exigindo segurança. As cercas isolam não somente pessoas e bens adquiridos a partir da venda da produção, também isolam do acesso ao convívio mais próximo e mais constante. Não raro, os indivíduos isolados são aqueles que tem mais destaque econômico na localidade e se sentem inseguros quanto às suas conquistas materiais.

Aqui a territorialidade toma caminho diverso a partir do eu, das conquistas individuais o que atinge todo o modo de produção e as relações econômicas do local implicando que no mesmo local há territorialidades produtivas, e a partir delas, econômicas, diferenciadas entre famílias e grupos sociais, pois quanto maiores os resultados econômicos, mais intensas as mudanças nos modos de produção que antes era coletivo como a troca de dias entre os membros, passando ao contrato de diárias com pagamentos em espécie no mesmo dia ou no final de semana, um emprego. Tal questão leva a ideia do patrão como fonte de renda implicando na desmotivação para continuidade da produção em família como dantes.

#### **2.1.5.4 A multiterritorialidade da comunidade Santo Antônio do Rio Morais**

Haesbaert (2007) afirma que a multiterritorialidade está presente em todos os momentos de uma sociedade, afinal a “multiterritorialidade e territórios-rede, moldados no e pelo movimento, implica reconhecer a importância estratégica do espaço e do território na dinâmica transformadora da sociedade”, assim a o processo de mudança de lugar, não do lugar, rio acima, evidencia que a condução da cultura, costumes e manifestações dos moradores foram

conduzidas ao novo local. Não houve mudança da igreja, que é o centro fixo da comunidade, de um lugar ao outro, houve a condução de uma forma única de rezar, de agradecer, de confraternizar com o outrem. A capela construída no outro local tem uma história diferente da anterior que deixou na lembrança a marca de seu tempo, de sua importância. A nova capela tem significado para a geração que agora envelhece frequentando-a, a fazendo parte do seu viver, do seu ser ribeirinho.

As conexões com o passado através dos conhecimentos ancestrais são presentes na formação das pessoas que moram no lugar que trocam conhecimentos, informações e dicas sobre assuntos diversos que não consegue aplicar ou usar devido a desinformação ou a prática. O futebol feminino demonstra como a territorialidade foi modificada ao longo do tempo o que fez com que as mulheres pleiteassem e organizassem um time para jogar no mesmo campo de futebol que os homens tinham como de usufruto único. É um marco na conquista de espaço pelas mulheres e representa a reorganização do lugar.

Parafraseando Davis (2017), essa conquista ao direito de criar, treinar e manter um time de futebol ocorre na esteira do empoderamento feminino fazendo com que homens e mulheres se apoiem em suas iniciativas. Afinal, continua Davis (2017, p. 20) “o processo de empoderamento não pode ser definido de forma simplista de acordo com interesses específicos de nossa própria classe”. Veremos ao longo deste texto como as mulheres ocupam o território e suas interações com a comunidade.

Outra caracterização da multiterritorialidade consiste no comércio de produtos não produzidos no local, principalmente os alimentícios como ‘frango de granja’, enlatados e bolachas. Haesbaert (2007) define essas relações como nódulos que conectam os diversos atores e situações envolvidas que tem no contexto a dinâmica do território construindo a multiterritorialidade. Bartoli (2018, p. 172) afirma que “esses espaços são interpretados como nós para a ação, possuindo centralidade quando localizados em bairros populares, feiras e pequenos portos”, pela proximidade e interação constante com o urbano, os aglomerados rurais próximos a centros urbanos, as comunidades suburbanas, recebem influências, ainda que em menor escala, do comércio, do comportamento e da assistência de serviços públicos. Aqui se tem basicamente o comércio como indutor da oferta de itens necessários ao mesmo tempo que capitaliza o comerciante que demonstra o resultado dessa acumulação, em termos locais, com a melhoria da casa, aquisição de veículos e equipamentos da linha branca como máquina de lavar, televisão de última geração, geladeira, etc, construindo microterritorialidades.

Explorando Haesbaert (2007) que desenvolve a análise sobre territórios-zona e territórios-rede que, embora conceitualmente distintos, não são excludentes e tem características mais ligadas a tradição, ou estatal, e fluido com mobilidade, típicos do capital, as comunidades ribeirinhas consistem nessa equivalência nodular que conecta territórios e territorialidades vindas a partir de populares que habitam comunidades às margens dos rios, que conduzem, como estradas, sua produção, vivências, ideais e conhecimentos. Bartoli (2018) denomina essas relações de territórios, realizada pelos caboclos, como relações urbano-ribeirinhas, pois envolvem, além das características citadas, o uso e a relação umbilical de meios de transportes característicos daquele território.

### **2.1.6 Cultura e Práticas e Reatualizações Culturais das Comunidades Ribeirinhas**

As comunidades tradicionais ribeirinhas preservam aspectos tradicionais que mesclam religiosidades diversas, mitos, lendas, percepções sobre seu ambiente e comportamentos culturais únicos aprendidos com os antepassados e mantidos pelos anciãos como fonte de saber e fazer, afinal como esclarece Laraia (2008, p. 19) “o comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos de endoculturação” que é o aprender permanente e sistemático, pelo indivíduo, desde o nascimento até a morte, da cultura que o cerca, pois segundo Santos (2005, p. 25) “nós, seres humanos, *somos* [grifo nosso] dotados de capacidade de criar sentidos para a vida, coisa eu uma árvore, uma abelha ou uma substância química não pode fazer”.

As margens dos rios tributários do grande rio Amazonas, onde estão assentadas as comunidades ribeirinhas, especificamente os de águas escuras tem estoque pesqueiro que alimenta os moradores e conta com a mata preservada fornecendo caça e coleta de frutos nativos como a castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*), bacaba (*Oenocarpus bacaba*), açai (*Euterpe oleracea*), pataúá (*Oenocarpus bataua*), cumaru (*Dipterix odorata*) dentre tantos outros que ajudam na alimentação e movimentam a microeconomia local, disponibilizando produtos importantes para a comunidade, afinal “os seres humanos criam suas vidas tendo em vista o meio geográfico em que vivem” (SANTOS, 2005, p.28), afinal na Amazônia a geografia determina os hábitos alimentares, os equipamentos para locomoção, o uso dos rios como vias de acesso, o horário do dormir e do acordar, enfim quase tudo que as populações ribeirinhas

são e fazem, mas a entronização de novos comportamentos e o desenvolvimento de tecnologias exógenas permitem e proporcionam dinamismo da cultura local.

“No caso do futebol, esporte tradicionalmente associado à virilidade e ao esforço físico masculino, tem-se percebido um aumento na participação feminina impulsionada pela realização de competições internacionais como a Copa do mundo de futebol e Olimpíadas” (TEIXEIRA; CAMINHA, 2013, p. 266). Ao observar uma partida de futebol feminino, a formação das equipes ocorre em fila indiana, mesclando a melhores jogadoras com as que completam o time, uma líder à direita e outra à esquerda vão, sequenciadamente, escolhendo as atletas que comporão seu time. Ao atentar para os trajés de cada atleta evidencia-se como a externalidade da cultura do futebol as afeta, pois usam uniformes de times estrangeiros ou nacionais, mas ninguém veste um traje de um time local.

Algumas jogadoras calçam chuteiras em material sintético e refinado, outras com chuteiras dos parceiros e outras descalças. A bola do jogo foi comprada em loja de material esportivo, e traz em si tecnologia atual o que faz com que as jogadas e lances da partida sejam mais empolgantes para quem as assiste. Esta é uma atividade na qual a determinação geográfica não tem influência, mas que faz parte do modo de vida da comunidade. “Existe uma limitação a influência geográfica sobre os fatores culturais. E mais: que é possível e comum existir uma grande diversidade cultural localizada em um mesmo tipo e ambiente físico” (LARAIA, 2008, p. 21), essa é uma das constantes reatualizações que todos constroem o tempo todo.

No entanto, verificando a quantidade de lixo plástico (embalagens de frango, bolacha recheada, bombom, garrafas pet, etc.) e de vidro espalhados pelos quintais e margens da cabeceira indica que esse os hábitos ancestrais como descartar sobras do almoço, cascas de uma fruta qualquer ou a folha de bananeira que serve como invólucro do beju pé de moleque, que é orgânico e degradável, não tem mudado, a mudança ocorrida se deu pelo uso indiscriminado de plásticos e o descarte de materiais insustentáveis gerando poluição ambiental. Neste interim Sahlins (1997, p. 62), no texto “O pessimismo sentimental e a experiência geográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte II)”, ao dissertar sobre os Mendi da Nova Guiné, afirma que “o sistema cultural local ainda é a estrutura dentro da qual os Mendi definem, categorizam e orquestram os novos objetos e modos de agir que lhes foram apresentados durante a última geração”.

A preservação da base da cultura é uma necessidade e é onde se constrói novas interações com os demais membros da comunidade e com as comunidades externas. O encontro

na capela com a reza, aos domingos, o jogo do bingo e os jogos amistosos de futebol configuram com maestria essa condição de cultura preservada e sua dinâmica.

Há algum tempo a festa de padroeiro é a comemoração mais importante da bacia hidrográfica do rio, pois se tornou referência local para a devoção ao santo e alternativa aos devotos que, ou não tem recursos financeiros para ir à cidade mais próxima ou preferem pagar suas promessas na comunidade o que a obrigou a se adaptar sua estrutura para receber maior quantidade de fiéis. Cérqua (1980) informa que a capela fora construída em alvenaria no ano de 1978, no entanto com o aumento da demanda no período das festividades, a comunidade e a paróquia se viram obrigados a ampliá-la.

## **2.2 Metodologia e procedimentos metodológicos**

Os procedimentos metodológicos para este estudo consistiram em pesquisa bibliográfica que “é aquela realizada em livros, revistas, jornais, etc. ela é a básica para qualquer tipo de pesquisa[...]” (COSTA; COSTA, 2017), realizada em livros físicos e digitais e em artigos científicos consultados no portal de periódicos CAPES. A pesquisa bibliográfica tem a finalidade de identificar autores, conceitos e fatos a respeito do assunto tema da pesquisa. Das consultas realizadas em busca de registros escritos, a consulta aos arquivos da paróquia Nossa Senhora da Conceição de Maués, Diocese de Parintins identificou no livro tombo, anotações realizadas pelo pároco da época da fundação da comunidade em estudo.

Junto aos comunitários foram identificados livros de atas que remontam a década de 1990, algumas fotografias, folhetos e requerimentos com referências diversas; lista de presença no culto dominical e em reuniões de trabalho. Com o poder público foram coletadas informações sobre o objeto de estudo que remontam memórias de ações da municipalidade e dados planilhados importantes para compreender a localidade. Documentos disponibilizados pela secretaria da comunidade são únicos e tratam de assuntos de interesse dos moradores, documentos contábeis de prestação de contas, visitas de autoridades, chegada de novos moradores que têm importância histórica devido a sua raridade e conservação, além de revelarem fatos e decisões emanadas a partir de autoridades públicas ou de particulares ou ainda do coletivo dos moradores.

Para atingir essa expectativa foi tratado com a coordenação da comunidade o acesso cuidadoso aos documentos como afirma Bacellar (2005, p. 24) “o trabalho com fontes

manuscritas é, de fato interessante, e todo historiador que entra por essa seara não se cansa de repetir como os momentos passados em arquivos são agradáveis” e continua “os arquivos surgem como fruto da ação cotidiana, em um acúmulo nem sempre organizado” (BACELLAR, 2005, p. 46), embora importantes como registros da história da comunidade, os documentos por ela produzidos nem sempre estão conservados, pois é possível afirmar que pela falta de conhecimento no manuseio de papéis, estes estejam dispersos, desorganizados e incompletos.

O procedimento de pesquisa adotado consistiu no estudo de caso que, segundo Gil (2002, p. 54), é caracterizado pelo “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível, a outros tipos de delineamentos considerados”. O Estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32).

A ênfase está na compreensão, “está fundamentado basicamente no conhecimento tácito que tem uma forte ligação com intencionalidade, o que não ocorre quando o objetivo é meramente explanação, baseada no conhecimento proposicional” (YIN, 2001, p. 4), sendo uma estratégia de pesquisa com a finalidade de contribuir para o entendimento sobre a formação da comunidade de Santo Antônio do Rio Morais.

A pesquisa tem o intuito de descrever o objeto de estudo a partir da observação *in loco* da aplicação de entrevistas semiestruturadas e depoimentos dos moradores, pois segundo Gil (2002, p. 42), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Com isso, incursões etnográficas, através das visitas e conversas com habitantes, bem como a observação e anotações foram necessárias para vivenciar, mesmo que por pouco tempo, para reconhecer, através da oralidade, as lendas, mitos, causos e experiências vividas (BUSOLLI; LAROQUE, 2020, p. 241), pois a “pesquisa etnográfica visa compreender, na sua cotidianidade, os processos do dia a dia em suas diversas modalidades. Trata-se de um mergulho no microssocial, olhado com uma lente de aumento.

Aplica métodos e técnicas compatíveis com a abordagem qualitativa” (SEVERINO, 2013, p. 104). A história oral foi utilizada com o intuito de “ouvir e registrar as vozes dos sujeitos excluídos da história oficial e inseri-los dentro dela” (ALVES, 2016, p. 3), e Santos

(2016, p. 3) contribuí com a importância da história oral afirmando que “a metodologia da história oral, procurou atender a demanda de se retratar *as vozes* dos esquecidos”.

As narrativas orais são parte da memória de uma comunidade ribeirinha que ainda registra seus fatos importantes por meio da oralidade que do ponto de vista científico consiste em um método fenomenológico, pois “preocupa-se com a descrição direta da experiência tal como ela é. A realidade, construída socialmente, é entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado. Assim ela não é única: existem tantas quantas forem suas interpretações” (DIEHL, 2004, p. 50). Bosi (1994), por sua vez esclarece a importância da história oral contada pelos velhos:

Bem outra seria a situação do velho, do homem que já viveu sua vida. Ao lembrar o passado ele não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida (BOSI, 1994, p. 60).

A história oral é uma técnica que usa da entrevista para recuperar os testemunhos dos sujeitos que protagonizaram os acontecimentos ou que deles tiveram notícias repassadas pelos antepassados. São pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea do lugar. Santos (2016, p. 8) diz que “são o uso das fontes a ponto de seus pesquisadores tentarem trazer a voz do interlocutor de forma a respeitar aquilo que foi dito na íntegra”, sendo possível com esta técnica o uso de gravador de voz ou filmagem da conversa. Aqui é importante salientar que a história oral não se confunde com a entrevista, pois não segue um padrão definido anteriormente.

Os registros da história oral exigem que o pesquisador elabore o diário de campo como instrumento de coleta de dados com a finalidade de avaliar e interpretar, Frizzo (2010, p. 171) esclarece que “a utilização de diários de campo nas pesquisas deve ser situada numa primeira discussão sobre o estatuto da realidade nas pesquisas das ciências sociais, para as quais a observação constitui uma técnica privilegiada de coleta de dados”, ou seja o pesquisador anota suas percepções e reflexões sobre o objeto da pesquisa.

A amostragem consistiu em entrevistar dez ribeirinhos moradores da comunidade de Santo Antônio do Rio Morais recorrendo a um roteiro de questões estruturadas com perguntas abertas, sendo dois idosos maiores de sessenta anos que habitam a localidade desde sua origem, oito adultos entre vinte e cinquenta e nove anos que tenham, pelo menos, entre vinte e trinta

anos de convivência na comunidade, tendo como finalidade entender como estes comunitários percebem a importância de sua comunidade no seu próprio contexto e para o a cidade de Maués.

A amostragem inicial, elaborada em 2020, consistia em entrevistar dez pessoas sendo quatro delas maiores de 60 anos, contudo com o agravamento da Pandemia do COVID-19 que exigiu distanciamento social para proteger os mais vulneráveis, foi necessário modificar tal proposta. Com o avanço da doença país adentro, a comunidade objeto da pesquisa, foi infectada por COVID-19 a partir do mês de maio de 2020, levando ao óbito o público mais idoso que seria entrevistado, provocando uma perda imensa para a pesquisa e desfalque sem tamanho para os familiares e comunitários, visto que com ele foi a vivência, o conhecimento e o bem querer de todos.

Após este fato, a amostragem foi readequada para entrevistas com cinco mulheres e cinco homens (TABELA 1) considerando que o papel de cada gênero está bem definido na convivência diária das famílias. Enquanto os homens buscam o sustento da casa através do trabalho na roça, na caça e na pesca, as mulheres cuidam do lar e dos filhos. Foi apresentado aos entrevistados os Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A) para ciência da investigação e autorização da pesquisa. Vale também salientar que os nomes dos entrevistados não foram informados com vista a resguardar sua identidade, utilizou-se para referenciá-los as letras iniciais do nome.

Tabela 1: Amostragem entrevistada

<b>Idade</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>
> 60 anos	1	1
20 a 59 anos	4	4

Fonte: Do autor, 2021.

Para as investigações de campo, foram efetuados registros fotográficos da localidade e a busca, entre os moradores de fotografias antigas que identificassem a paisagem, pessoas, festejos. Kossoy (2001, p. 26) discorre que “o registro das paisagens urbana e rural, a arquitetura das cidades, as obras de implantação das estradas de ferro, os conflitos armados e as expedições científicas [...], são alguns dos temas solicitados aos fotógrafos do passado” fixando na memória e nos álbuns fotográficos um recorte de tempo e espaço únicos que informam o exato momento das mudanças, afinal a fotografia eterniza a dinâmica do tempo e da sociedade.

Embora não seja considerada efetivamente um documento “a fotografia tem importância enquanto artefato de época [...] as múltiplas informações de seus conteúdos enquanto meios de

conhecimento têm sido timidamente empregadas no trabalho histórico” (KOSSOY, 2001, p. 28). Neste trabalho a fotografia será a visualização do passado e suas mudanças ao longo do tempo, desde a fundação da comunidade.

Com vista a demonstrar os procedimentos metodológicos envolvendo relações entre fatores, objetivos e pressupostos teóricos temos a relação metodológica com os objetivos propostos na pesquisa (TABELA 2) abaixo:

Tabela 2: Relação metodológica com os objetivos propost na pesquisa

<b>Tipo de Pesquisa</b>	<b>Fontes/Documentos/Técnicas</b>	<b>Objetivos Relacionados</b>	<b>Teóricos previsto para das suporte na análise</b>
Bibliográfica	Livros Capítulos de livros Artigos Científicos Dissertações Teses	-Contextualizar a formação da comunidade enquanto construção social e cultural ribeirinha observando os movimentos migratórios, procedências étnicas e o processo histórico.	Tuan; Segata; Lira e Chaves; Bezerra; Moraes; Brandão, Cérqua; Betto; Canto; Fraxe; Ávila; Zambonin; Sahlins;
Documental	Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Maués Registro de casamentos, batizados, crismas Documentos elaborados pela comunidade Documentos de órgãos públicos Outros	-Contextualizar a formação da comunidade enquanto construção social e cultural ribeirinha observando os movimentos migratórios, procedência étnicos e o processo histórico.  -Demonstrar os elementos da paisagem, a organização do território, seu uso e as modificações ao longo do tempo.	Segata; Lira e Chaves; Bezerra; Moraes; Brandão, Cérqua; Betto; Canto; Fraxe; Ávila; Gil; Yin; Alves; Diehl; Bosi; Costa e Costa. Boris Kossoy; Carlos Bacellar
Oral e imagéticas	- Diário de Campo - Entrevistas - Fotografias	-Demonstrar os elementos da paisagem, a organização do território, seu uso e as modificações ao longo do tempo. -Identificar as manifestações das práticas culturais da comunidade de ribeirinhos na promoção da sustentabilidade ambiental considerando aspectos religioso, elementos das tradições como as crenças e os costumes.	Zambonin; Diehl; Bosi; Costa e Costa. Boris Kossoy; Kátia Regina Frizzo e Ana Maria Smith Santos

Fonte: Do autor, 2021.

A limitação da pesquisa está definida nas dificuldades de acesso a memórias dos primeiros moradores ou por estarem idosos e esquecidos, ou pelo óbito, bem como com as narrativas dos pesquisados que podem, por uma ou outra razão, omitir informações seja por esquecimento, seja para preservar aspectos familiares.

Assim sendo, a base teórica ofertada pelos autores que fundamentam o feitiço deste trabalho obtém correspondência com a metodologia que, embora dificultada pela pandemia, foi

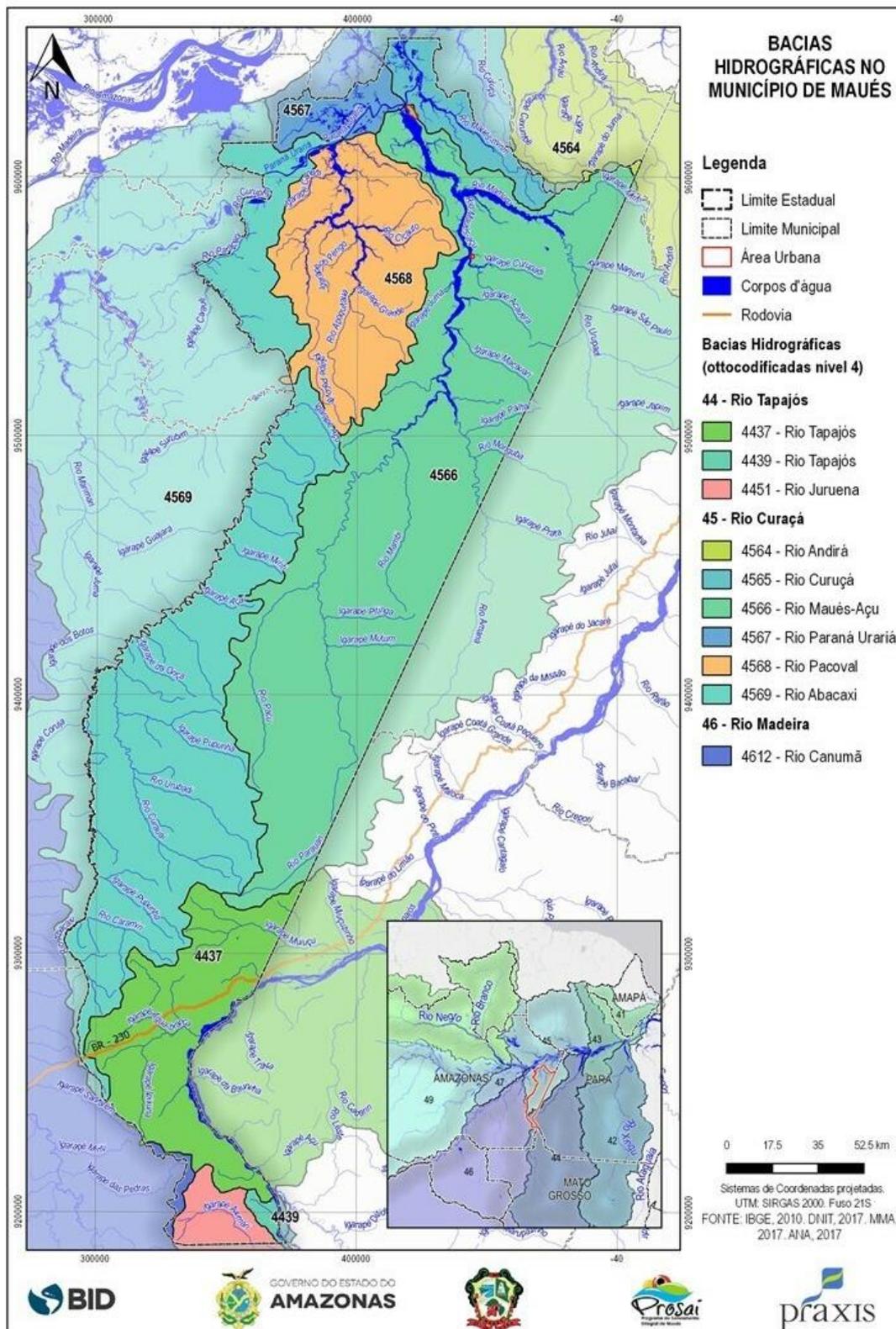
realizada de acordo com a programação geral, embora tenha sido necessário adequar as entrevistas que sumariamente seriam individuais, contudo ao longo do processo se percebeu que não somente os entrevistados participavam, assim como seus parceiros (esposos e esposas) para expressarem suas lembranças conjuntamente, ocasionando relatos complexos e esclarecedores. É justo afirmar que as observações *in loco*, as leituras dos documentos produzidos pela comunidade mantiveram o rumo da investigação.

### 3 MAUÉS: ESPAÇO E TEMPO

O município de Maués está localizado à margem direita do rio Maués-Açú, no extremo oeste do estado do Amazonas, distante 267 km de Manaus em linha reta. As divisas político-administrativas do município são: estado do Pará a oeste, município de Boa Vista do Ramos e Barreirinha ao norte, Itacoatiara e Nova Olinda do Norte a leste, Borba e Apuí ao sul. O rio Maués-Açú é formado a partir da junção dos rios Parauari e Urupadi cuja bacia cobre aproximadamente 25.000km<sup>2</sup> (BRINGEL, *et al.*, 1984).

A Bacia Hidrográfica do Rio Maués-Miri (FIGURA 1) está situada a leste da cidade de Maués sendo possível o acesso por via terrestre pela estrada dos Moraes, estrada do Bacabal e pela estrada Maués-Mirí a uma distância de 5,5 Km do centro da cidade de Maués (CALDAS; WIMMER, 2012). A oeste o município é banhado pela bacia rio Apocuitaua que é um dos afluentes do paraná do Urariá. Maués tem sua economia voltada para o setor primário tendo como fontes de riquezas na agricultura a produção de guaraná, derivados da mandioca, horticultura, fruticultura e na pecuária a produção bovina e suína.

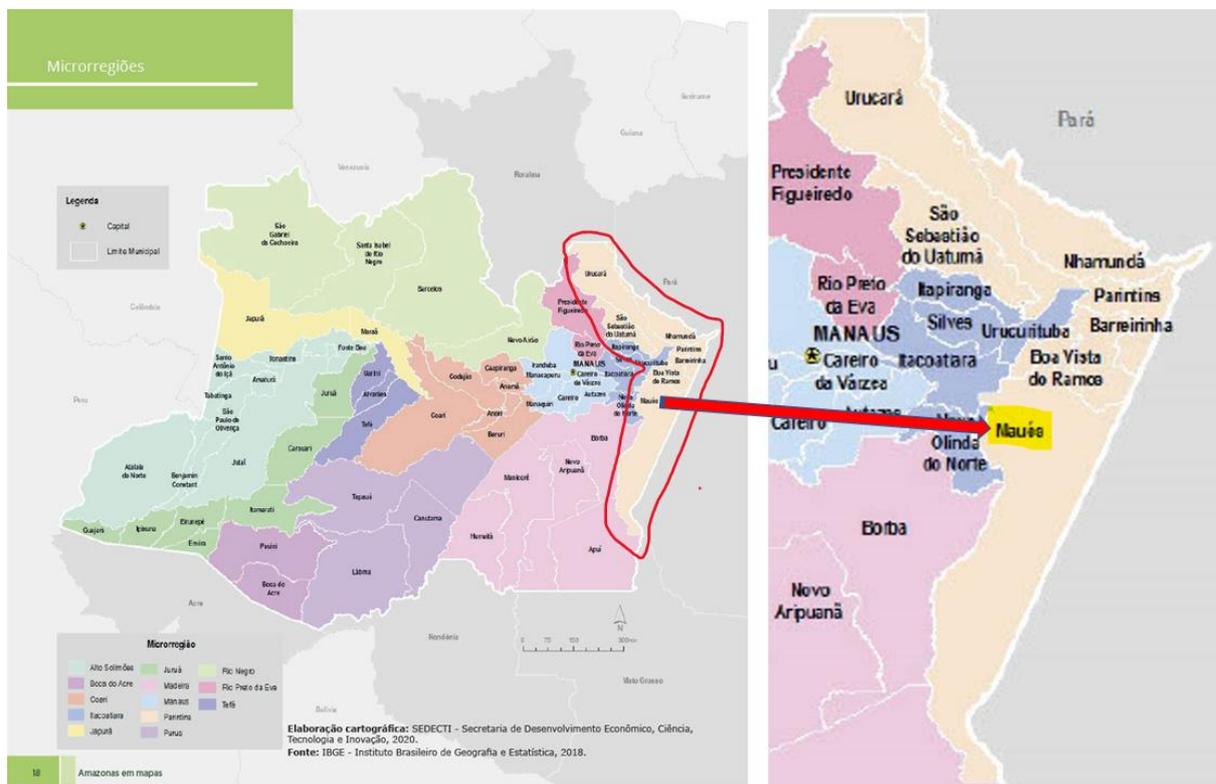
Figura 1: Bacias hidrográficas no município de Maués



Fonte: Adaptado de Requerimento ITER (2020).

O município de Maués pertence a mesorregião Centro Amazonense e faz parte da microrregião de Parintins (FIGURA 2). Tem população estimada, para 2020, de 65.040 habitantes (IBGE, 2020, texto digital). O meio de transporte fluvial é realizado através dos barcos de linha, também conhecidos como barcos de recreio com média de 22h de deslocamento entre a cidade de Maués e a capital do estado, Manaus. Nestes barcos de recreio, além de passageiros, são transportadas cargas e encomendas que atendem as diversas atividades econômicas do município. O transporte aéreo ocorre através de fretes de aeronaves com saída a partir do Aeroclube do Amazonas localizado no bairro de Flores em Manaus.

Figura 2: Microrregiões do Estado do Amazonas



Fonte: Adaptado de AMAZONAS (2020, p. 18).

Em termos socioambientais, segundo Costa (2016), Maués tem na sua composição populacional os negros, os indígenas da etnia Sateré-Mawê que são extrativistas, os ribeirinhos e os migrantes de diversos estados do Brasil, sobretudo catarinenses, paranaenses, maranhenses e cearenses. Há também colônia de descendentes de japoneses (TABELA 3) que por aqui firmaram moradia a partir da grande migração de 1929, assim como de judeus, italianos,

portugueses. A seguir, a partir da adaptação de Costa (2017), tem-se um quadro síntese sobre estes imigrantes:

Tabela 3: Imigrantes que se instalaram no município de Maués a partir do início do séc. XX

<b>Origem</b>	<b>Famílias</b>
Nordestinos	Negreiros, Corrêa, Bizantino, Oliveira, Fernandes, Ferreira, Leda, Guimarães, Macedo, Melo, Miquiles, etc.
Judeus	Levy, Abecassis, Pinto, Hatchwell, Benchaya, Assayag, etc.
Italianos	Magaldi, Magnani, Desideri, Cardelli, Dinelly, Faraco, Filizola, Zola, etc.
Portugueses	Alves, Lopes, Antunes, Cavalcante, Martins, Leite, Cruz, etc.
Japoneses	Yamane, Ono, Onó, Sakyiama, Kuryiama, Tamioka, Neo, Uchyiama, Okawa e Koide.

Fonte: Adaptado de Costa, L.F.B. (2017).

Sobre os negros em Maués, relatos coletados junto a municípes, e que merecem estudos mais extensos, informam que a população de negros formou aglomerados no Rio Morais onde está a comunidade Santo Antônio, objeto deste estudo, na Ilha de Vera Cruz, na comunidade do Laguinho os quais inclusive ganharam a fama de brigadores. O contexto histórico que permite supor que a população negra foi inserida na localidade a partir da colonização do lugar a partir do Séc. XVIII quando estes foram trazidos para cumprir tarefas domésticas para os senhores e para trabalhar na cultura do guaraná visto que se tornara produto de exportação para a capital da província. Com a Revolta Cabana ocorrida entre os anos de 1835-1840 fica evidenciada essa população que, segundo Carneiro (2020) também participa na insurgência ocorrida na sede do povoamento ocasionando intervenção do exército imperial para dirimir o caos.

Segundo Costa (2016) em sua dissertação, evidencia a população dos escravizados, em Maués, na segunda metade do século XIX, negros livres e escravizados em pelo menos oito municípios do Estado do Amazonas, sendo a maioria de livres, porém com escravos tanto adultos como menores de dezoito anos tanto homens quanto mulheres. O compilado (TABELA 4), enumera como estava registrada em Maués essa população:

Tabela 4: População de negros escravizados em Maués no séc. XIX.

<b>Ano</b>	<b>Adultos</b>		<b>Menores</b>		<b>Total</b>
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	
1856	26	21	10	12	69
1859	18	29	9	15	71
1881	-	-	-	-	70
1884	-	-	-	-	9

Fonte: Adaptado de Costa (2016).

É possível verificar que entre o primeiro registro em 1856 e o penúltimo em 1881, a população de negros escravizados permaneceu estável, e por dedução, com população adulta

visto que os menores de idade naturalmente atingiram a maioridade e continuaram no cativo. Mas em 1884, quatro anos antes da lei Áurea, essa população foi reduzida a nove pessoas escravizadas.

A cidade de Maués detém o título popular de Terra do Guaraná (VIEIRA; FIGUEIREDO, 2019, p. 49), pois em suas raízes fundantes está o cultivo do guaraná por sua população que acredita que o seu consumo contribui para a saúde e longevidade do maueense, Bigossi (2012, p.310), diz que “dois municípios têm se destacado, não necessariamente por possuírem o maior número de longevos sobre seu território, mas sim por construírem uma referência identitária de cidades longevas, esses locais são Maués, no Estado do Amazonas e Veranópolis no Rio Grande do Sul”. O guaraná foi domesticado pelos indígenas bem antes da chegada do branco a Amazônia:

Lorenz (1992) em sua obra “Sateré-Mawé: os filhos do guaraná” destaca que esse povo indígena é o inventor da cultura do guaraná, pois transformaram uma trepadeira Silvestre em arbusto cultivado e a partir disso fizeram o processo de beneficiamento da espécie, bem como a comercialização desse produto com os europeus no contexto das drogas do sertão. Assim, além de estar no centro das explicações sobre a sua origem e organização social, o guaraná (waranã) fez dos Sateré Mawé o primeiro povo indígena brasileiro na história com um produto próprio, transformado e sistematicamente comercializado, tanto nos tempos coloniais como nos tempos de império. Mais do que uma atividade agrícola, um modo de vida e uma cultura se mantem ao longo dos séculos, e que persiste ainda hoje na construção da história do povo Sateré Mawé (COSTA, 2017, p. 21).

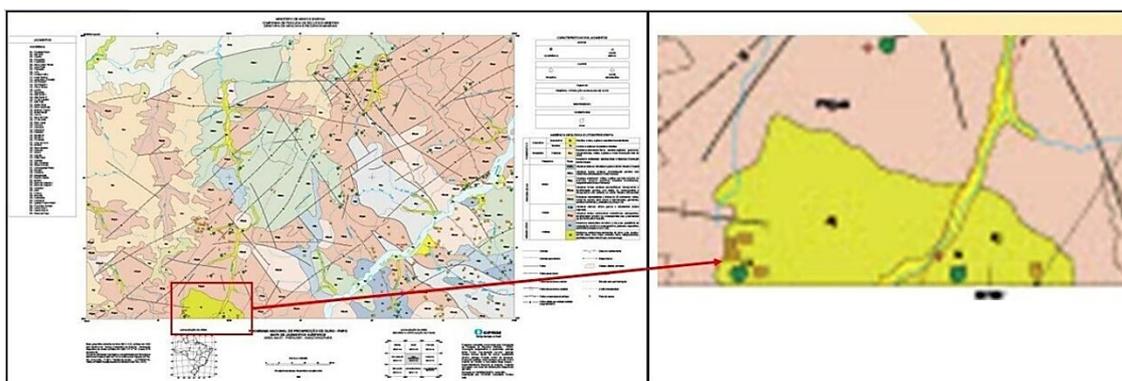
As missões jesuítas instaladas na localidade a partir do séc. XVII fundam aldeamentos dos Maguases. No Séc. XVIII, “os Carmelitas constroem a primeira igreja da localidade em homenagem a Nossa Senhora da Conceição” (CARNEIRO, 2020, p. 15) o que “conduz a criação da Paróquia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Maués no Amazonas em 1798, através de decreto de Dom Manuel de Almeida Carvalho” (CARNEIRO, 2020, p. 22). Maués, segundo Spix e Martius (1981, p. 278), relatam que foi “uma missão jesuíta fundada pelo paulista capitão José Rodrigues Preto, conhecida entre os indígenas locais como Uacituba, tendo Frei José Alves das Chagas seu primeiro religioso cristão”. Aqui é importante enfatizar que a coerência dos relatos sobre a ordem que fundou o aldeamento dos Maguases e que deu origem a Paróquia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Maués foram os Carmelitas.

A partir de “25 de junho de 1833, através de Ato de Divisão das Comarcas e Termos da Província do Pará, Luzéa, então nome de Maués, passa a condição de vila” (REIS, 1935, p. 15), no entanto, apesar dos esforços de catequisar pacificamente aos Mawé, em 1832 foi registrado

o primeiro ato de rebeldia com o tuxaua Manoel Marques à frente, pois se temiam que os locais fossem tornados escravos. No ano seguinte, houve nova tentativa de conflagração, sendo contida após ser descoberta por Crispim de Leão e outros líderes. Em 1840 o local passa a ser chamado de Luzéa em homenagem a José Rodrigues Preto e Luiz Pereira da Cruz, cujas sílabas Lu e Zé acrescentado da letra a formaram o novo nome do lugar. Em 1865, através da Lei nº 154, de 11 de setembro passou a ser denominada de Conceição e em 4 de março de 1896, através da Lei nº 137 foi elevada à categoria de cidade (REIS, 1935, p. 128-130).

Embora em pequena parte, Maués em conjunto com Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso são municípios localizados no território denominado de Província Aurífera do Tapajós (FIGURA 3) que é considerada uma das maiores do mundo conforme o Serviço Geográfico do Brasil (CPRM, 1999). Os jazimentos desta província, que foi descoberta em 1958 e é a mais extensa e rica do Brasil (PEREIRA, S/D, p. 5, texto digital), abarca o rio Paracuni e Amana em Maués. A localização do rio Paracuni feita pelo CPRM, onde a partir dos anos 1970 a atividade garimpeira tem sido desenvolvida. No rio Amana, que passa dentro da Estação Ecológica Alto Maués, juntando-se ao rio Parauari para formar o Rio Maués-Açú, até os dias atuais a atividade garimpeira é exercida. Em reportagem de 2018, o ICMBio, extraiu do garimpo do Amana, trinta e oito trabalhadores em condições análogas à escravidão (ICMBio, 2018).

Figura 3: Mapa de Jazimentos Auríferos Área AM-PA. Em destaque a província aurífera do Tapajós



Fonte: Adaptado de CPRM (1999) – Jazimentos.

Ao longo da década de 1970, quando a ditadura civil militar brasileira avançava para a ocupação da Amazônia, os municípios que apresentaram potencial aurífero se tornaram grandes

atrativos para os pobres, com pouca formação escolar, em busca de melhoria de vida e que enxergavam na garimpagem a oportunidade de enriquecer. No Pará, devido ao garimpo de Serra Pelada foi criado o município de Curionópolis, pois as milhares de barracas montadas à margem das estradas próximas à mina, apresentavam problemas de saúde pública, violência e condições subumana de vida. Em Maués, os garimpos do Paracuni e Amana mudaram a economia da cidade e por consequência aspectos sociais importantes como a violência e a prostituição, tal impacto foi tão significativo que a rua Presidente Costa e Silva ficou conhecida como a “Rua do Brega”, tal nomenclatura ainda é referenciada pelos moradores para indicar qualquer localização que esteja próxima ao estádio de futebol da cidade.

A partir do fim dos anos 70, mais intensamente ao longo da década de 80, a Amazônia foi cenário da emergência de uma atividade, o garimpo. Especialmente o garimpo de ouro assumiu proporções decisivas em relação a dinâmica da fronteira amazônica. Embora bastante divulgado em toda mídia, o fenômeno mereceu dos cientistas sociais, pouca ou nenhuma atenção (PEREIRA, S/D, p. 5).

Com o *boom* da atividade garimpeira o ouro extraído era negociado pelos donos do garimpo na cidade de Itaituba/PA que, segundo a Rede APL Mineral (2011, texto digital), a produção iniciada em 1958 chegou a 600 ton. e que foi de 90 ton. entre 1985 e 1995. Tal situação, devido à pressão política e social local, obrigou a Caixa Econômica Federal (Caixa), nos anos 1980, a abrir uma agência em Maués para atender a demanda de venda de ouro trazida por garimpeiros para a cidade quando de suas folgas, visto que o acesso a Itaituba ocorria somente através de aviões de pequeno porte com o preço das passagens pagas em ouro. Em entrevistas com dois remanescentes do garimpo do Paracuni e Amana, ambos com 65 anos (ENTREVISTADOS, 2021, V.J.V; O.N) sendo que um era proprietário de avião que fazia o trajeto Maués-Garimpos e o outro proprietário de lotes no garimpo do Amana, o primeiro atualmente é empresário do setor de pesca e o outro do setor primário, que informam que o tráfego de barcos entre o garimpo e a cidade era diário e que os garimpeiros costumavam gastar nas casas de *shows* e não raro ocorriam mortes com o uso de armas de fogo. Maués, segundo eles, ganhou fama, entre as cidades do médio Amazonas, de violenta para o tamanho de sua população.

Toda essa dinâmica na economia do município esteve ligada à quebra do tratado de Breton-Woods. Este tratado firmado em 1944, estabelecia que para salvar o capitalismo no pós-guerra de um novo *crash* como ocorreu com a bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, todos os países signatários deveriam manter suas moedas atreladas ao dólar estadunidense e este

estaria atrelado ao preço da onça do ouro. O cumprimento do acordo ocorreu até a recessão causada pela crise do petróleo o que levou os países ao seu abandono influenciando, de imediato, o preço do ouro o que levou a corrida ao metal precioso a partir dos anos 1970. Neste sentido tem-se:

Quando vários países quebraram o tratado de Breton-Woods (assinado em 1944) que fixou o preço do ouro em US\$ 35/onça (31,1 g) por longo tempo, o preço do metal experimentou uma subida gradual nos anos 70, até atingir o recorde de US\$ 850/onça, em 1980. Isto incentivou a se trabalhar depósitos auríferos que até então não eram considerados econômicos.

Outro relato importante foi dado por um cidadão de 49 anos (A.M.P) que hoje trabalha no segmento de música no município, que afirma que viu pessoas chegarem do garimpo com vários quilos de ouro e fecharem um bar perguntando quantas grades de cerveja tinha. À resposta do proprietário foi seguida pela ordem de lavar o bar com a bebida para então começarem a festa. Segundo este interlocutor, havia na cidade vários ourives que se estabeleceram antes da agência da Caixa e, com a chegada desta, faziam concorrência. Esse segmento permitia que a “economia do ouro” gerasse renda entre os seus partícipes e movimentassem o comércio e serviços locais.

Embora Maués tenha em seu território uma pequena parte da província aurífera Tapajós-Parauari, a população de trabalhadores do garimpo se deslocava para a cidade para atender suas necessidades básicas de alimentos, roupas, insumos como os combustíveis, peças para reposição de maquinaria e para a negociação de ouro devido a facilidade do transporte fluvial entre a cidade e o garimpo. Segundo levantamento do CETEM (1994, p. 62-63) a população de garimpeiros, ao longo dos anos 1980, na região Tapajós-Parauari (TABELA 5), consistia no seguinte:

Tabela 5: População garimpeira na região Tapajós-Parauari, anos 1980-1990

Ano	População
1980	40.000
1981	40.000
1982	55.000
1983	80.000
1984	80.000
1985	90.000
1986	95.000
1987	100.00
1988	110.000
1989	130.000
1990	95.000

Fonte: Adaptado de CETEM (1994, p. 62-63).

Parte dessa população também buscou se estabelecer na zona urbana do município após a frustração do sonho de “bamburrar” não se realizar nas jazidas dos garimpos, adensando o espaço urbano e forçando a administração pública a providenciar a distribuição de terrenos no bairro Coronel Negreiros, hoje Santa Luzia, durante a 9ª Administração Municipal, pós Estado Novo, no período de 1983 a 1988 (CARNEIRO, 2020, p.135). Esse adensamento enfatiza e intensifica problemas sociais existentes exigindo mais serviços em saúde causados, entre outras doenças, pela proliferação de infecções sexualmente transmissíveis (IST), demanda por escolas o que resultou na construção das escolas Salum de Almeida e Irmã Francisca Garcia (CARNEIRO, 2020).

### **3.1 A criação da prelazia de Parintins e o papel do PIME**

O catolicismo italiano, após período de amadurecimento fundou dois institutos voltados para a pregação da fé cristã em locais distantes do mundo, entre eles a Amazônia. A fundação do seminário Lombardo para as Missões Exteriores e do Pontifício Seminário dos Santos Apóstolos Pedro e Paulo para as Missões Exteriores que tinham a mesma finalidade foram unificados pelo Papa Pio XI, conforme segue:

Pio XI por meio do documento *Motu Proprio Cum Missionalium* unificou os Institutos no dia 23 de maio de 1926, dia de Pentecostes, dando vida e nome ao Pontifício Instituto das Missões Exteriores (PIME), com sede em Milão, e que assumia todos os integrantes e as missões dos dois Institutos, com uma direção unificada. Foi esse contexto apresentado que surgiu o Pontifício Instituto das Missões estrangeiras que contribuíram com a evangelização e também com o desenvolvimento social em Estados da Amazônia, como: Amapá, Pará e Amazonas (CAVALCANTE, 2019, p. 30):

A chegada do PIME na Amazônia ocorre a partir de Macapá/AP em 1948 quando missionários italianos são mandados para evangelizar a vastidão da floresta e combater o catolicismo festivo praticado por suas populações isoladas nas beiras dos rios. Cavalcante (2019, p. 39) conta que em Manaus foi construído a escola Angelo Romazzoti e “passando a contribuírem com a evangelização em Maués e Manicoré, tornando-se um instrumento essencial no processo de fortalecimento do catolicismo no Amazonas”.

Com a criação da Prelazia de Parintins, que foi instituída em 12 de julho de 1955, sob a responsabilidade do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (PIME, 2020) que trouxera missionários para pregar o evangelho, Maués passa a fazer parte dessa nova estrutura administrativa da igreja católica como Paróquia. Arcângelo Cérqua, que foi nomeado primeiro bispo prelado, justifica tanto a criação da Prelazia quanto a anexação da paróquia dizendo que “a Amazônia, apesar de não ser uma zona de paganismo [...] pode ser considerada uma terra de missão, pois a igreja aqui não foi fundamentada de forma estável, as vezes recorrendo a leigos” (BASTONE; REIS, 2018, p. 96).

Segundo Seminário São José (2012) com a vinda do PIME se dá uma nova perspectiva, pois estes tinham “a finalidade de criação da prelazia e depois Diocese de Parintins com objetivo de desenvolver uma Igreja com o rosto local, ou seja, rosto dos povos da Amazônia. Colaborando na formação e espiritualidade cristã do povo e dos futuros padres da diocese. Com um zelo missionário, pastoral e econômico”.

Com a criação da Diocese, foram definidas, em planejamento de curto e longo prazos, as dimensões a serem trabalhadas para o desenvolvimento e comprometimento de pessoas, sendo que na dimensão comunidade temos, ainda segundo Seminário São José (2012), a diocese planejou realizar: Pastoral de conjunto vivência de espiritualidade de unidade, curso de formação, tornar concreta a importância da experiência das paróquias irmãs já existente na diocese (SEMINÁRIO SÃO JOSÉ, 2012, texto digital).

O trabalho missionário desenvolvido na diocese de Parintins desde sua fundação conta com a construção de escolas de ensino infantil, fundamental e médio, hospitais, casas de recuperação, casas de saúde, casas de acolhimento para menores, quadras esportivas, centros paroquiais, escola indígena, escola de artes e envolvimento na organização social das comunidades ribeirinhas.

A cultura foi incentivada a partir da articulação entre jovens do grupo Juventude Alegre Católica – JAC, e padres que buscavam organizar as manifestações folclóricas na cidade de Parintins e que resultavam em vias de fato entre os brincantes quando ocorria os encontros pelas ruas da cidade. A partir dessa proposta foi idealizado em 1965 e realizado em 1966 o primeiro Festival Folclórico de Parintins entre os bumbás Garantido e Caprichoso e as danças folclóricas como a Jaçanã, do Rouxinol, da Gaiyota, do Bem-te-vi, do Tangará, etc, como uma das muitas ações no âmbito cultural direcionado pela diocese (LEMOS, 2005, p. 49).

Na cidade de Maués, o PIME através da paróquia Nossa Senhora da Conceição, atua em frentes como a educação com escolas de ensino fundamental e básico. Mantém ações de

assistência social com a Fazenda da Esperança localizada no Rio Maués-Miri onde trabalha com a recuperação de pessoas em situação de rua, assim como organização social nos bairros da cidade e comunidades rurais. O instituto construiu ginásio poliesportivo, quadras e igrejas, salão paroquial e promoveu ações sociais em benefício da população. Também iniciou o acompanhamento dos ribeirinhos em suas localidades levando desde a pregação religiosa até alimentos como contribuição a merenda escolar nas comunidades. Os padres organizaram o que hoje são chamadas de comunidades ribeirinhas em Maués, estendendo essa capacidade até a aldeias Sateré Mawê localizadas na Terra Indígena Andirá-Marau.

### **3.2 Comunidades rurais em Maués**

A formação de comunidades rurais às margens dos rios e lagos do município de Maués foram frequentes e se intensifica a partir do final da década de 1940, com a chegada dos padres e missionários italianos ligados ao PIME. Atualmente, segundo informações coletadas junto a Presidência da Câmara Municipal de Maués – CMM, em 2021, o município está composto por 226 comunidades rurais tradicionais, sendo 182 comunidades rurais ribeirinhas e não indígenas e 44 comunidades indígenas, contudo para a Lei Orgânica de Maués (LOM, 2014, p. 6), o município está organizado em doze Polos de Desenvolvimento Sustentável, perfazendo o total de 166 comunidade rurais, obviamente os números são díspares devido a não atualização da Lei Orgânica de Maués. Deste total, segundo a Paróquia de Maués (DIÁRIO DE CAMPO, 06/11/2020), são 120 comunidades ribeirinhas indígenas e não indígenas fundadas e que adotam o catolicismo como religião, sendo que se pode deduzir que as demais são adeptas de outras denominações cristãs.

Com sua missão estabelecida, o PIME encontra uma população, que embora professasse a fé cristã, ainda não tinha recebido os sacramentos cristãos. Também encorpa outros elementos importantes para os moradores a partir das dificuldades encontradas e se propõe a ajudar a resolvê-las, conforme esclarece Machado (2019):

Assim como ocorreu em outras missões do Instituto, a preocupação social era latente. Surgiram, então, várias iniciativas nesse âmbito, especialmente com foco na educação – uma marca do PIME no mundo inteiro. Além de escolas, inclusive a Escola Angelo Ramazzotti, construída ao lado da paróquia e ainda hoje em funcionamento, mas atualmente nas mãos do governo, os missionários criaram cinema e biblioteca paroquial, além de áreas de esporte e lazer (MACHADO, 2019, texto digital).]

A partir da década de 1950, com a criação da Prelazia de Parintins e a nomeação de Arcangelo Cérqua para bispo prelado, o trabalho de evangelização se torna intenso e costumeiro, pois devido às distâncias entre aglomerados de casas nas margens dos rios e a falta de estrutura cristã que representasse a presença da igreja na localidade, implicou no planejamento de ações nessas localidades, bem como a prospecção de outros locais que pudessem reunir pessoas para formar uma CEB.

O cuidado de reunir os caboclos dispersos no interior em comunidades foi idéia chave da Prelazia desde o ano de 1955 em que a mesma foi instalada. No fim do ano de 1963 havia já um bom número de comunidades, em terreno independente de padrões ou comerciantes exosos, com capela e anexa escolinha, onde o povo vivia em espírito de fé e fraternidade, respirando progresso e dignidade e somente depois pela necessidade de educar seus descendentes, a redefinir seus territórios e territorialidades (CÉRQUA, 1980, p. 301).

Considerando que as cadeias produtivas nas comunidades ribeirinhas desempenham papel importante na economia e na cultura que são caracterizadas e diferenciadas conforme as distâncias do centro urbano, o ribeirinho possui suas referências de território, de lugar e de saber construídos em sua própria comunidade. Nas comunidades ribeirinhas a cultura do boi bumbá, como registra Farias (2018, p. 81), é parte da vida em sociedade como nos casos das comunidades “Nossa Senhora Aparecida do Pedreiro (Rio Urupadi) – Boi Teimosinho; Santo Antônio do Mucaja (Rio Parauari); Comunidade Santa Maria (Rio Maués Açu) – Boi Tapiraiara; Comunidade de Nossa Senhora das Graças (Laguinho da Costa de Vera Cruz) – Boi Garantido”.

A Lei Orgânica de Maués (LOM, 2014, p. 82) estabelece no art. 194, I que o município “apoiará as manifestações da cultura local”. Os artigos 214 a 217 determinam que “o desenvolvimento cultural é dever do município que destinará recursos para o desenvolvimento cultural promovendo a democratização da cultura através da criação e produção cultural e a salvaguarda ao patrimônio cultural brasileiro e regional” (LOM, 2014, p. 90) caracterizando que o município deve incentivar e promover, com recursos públicos alocados na Lei Orçamentária Anual (LOA) a cultura local. Segundo o Dossiê Final Processo de Instrução Técnica do Inventário de Reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins (UNB, 2018), o festival da Ilha de Vera Cruz, em Maués acontece desde o ano 2000, sendo a manifestação cultural ribeirinha mais importante do município.

6. Maués – O Festival Folclórico da Ilha de Vera acontece desde o ano de 2000, conta com a colaboração e recursos da Prefeitura Municipal de Maués para sua realização. O Festival surgiu por meio da iniciativa e organização das comunidades que fazem parte da Ilha de Vera, bem como do desejo dos mesmos de prezar pela valorização de suas manifestações culturais. No período do Festival, monta-se no campo de futebol da ilha uma arena formada por arquibancadas e também barraquinhas, onde os moradores vendem seus produtos e movimentam a pequena economia local da Ilha. Na época do Festival cerca de 12.000 pessoas vão até a Ilha de Vera Cruz participar das festividades. Os itens dos bois que concorrem no Festival são quase os mesmos do Festival Folclórico de Parintins, a saber: Boi; Catirina; Pai Francisco; Sinhazinha; Amo do Boi; Pajé; Rainha do Folclore; Índia Guerreira; Cunhã-Poranga; Marujada (que é localmente chamada de Ritmada); Apresentador; Puxador de Toada. Mas no Festival da Ilha não há os seguintes itens, por exemplo: Alegoria; Lendas; Figura Típica Regional. Cada bumbá decide o tema que vai apresentar no Festival, daí criam camisa, bandeira e fantasias, sendo estas produzidas com materiais naturais locais, como folhas secas, cipós, palha, além do aproveitamento de materiais do Festival de Parintins, como as penas sintéticas, já que o custo é reduzido para quase a metade. O Festival é marcado pela disputa dos grupos de bumbás Garantido, Brillante e Malhado, os quais são julgados pela equipe de jurados que vão apreciar as apresentações. Os Bumbás são avaliados pela apresentação de doze itens e possuem tempo mínimo de uma hora e tempo máximo de uma hora e meia para desenvolverem suas performances. Além dos grupos de bumbás, participam também do festival outros grupos folclóricos como quadrilha e ciranda. Animam a festa ainda grupos musicais com os seus shows que ocorrem durante o evento (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2018, p. 53-54).

Portanto, o papel exercido pela igreja na organização dos moradores das beiras dos rios foi primordial para manter as características únicas da cultura ribeirinha. Conta-se, neste contexto, com o incentivo do poder público, através do patrocínio de eventos, para a proteção e continuação das manifestações culturais como ocorre com o festival da Vera Cruz.

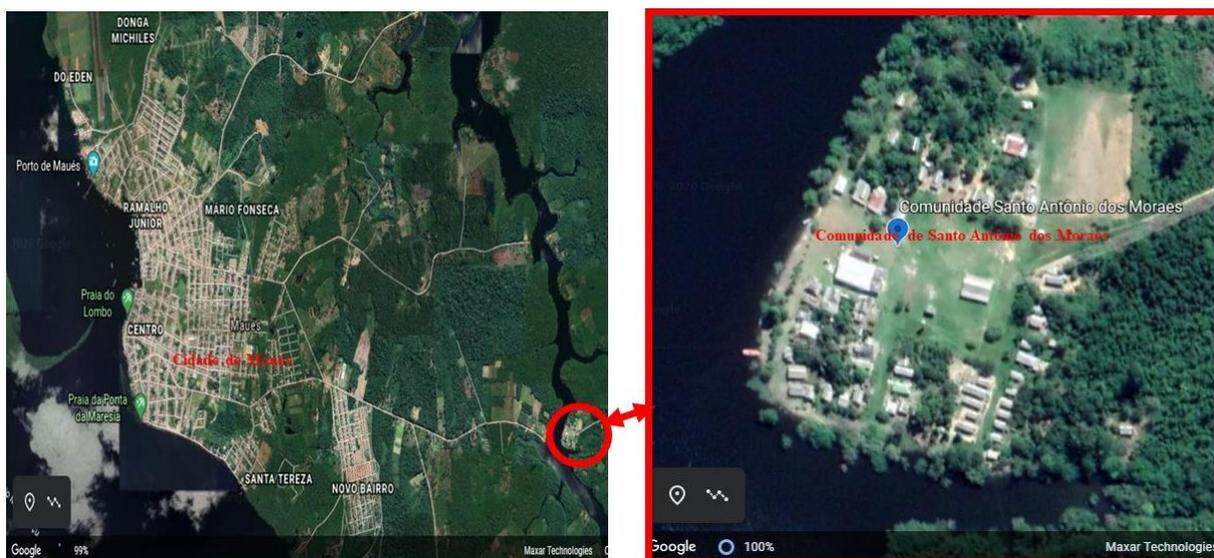
## **4 A COMUNIDADE RIBEIRINHA SANTO ANTÔNIO DO RIO MORAIS**

De acordo com os documentos encontrados junto à comunidade e a Paróquia de Maués a área destinada inicialmente a igreja foi de 100m x 100m conforme escritura pública registrada na Comarca de Maués em setembro de 1964, de acordo com a Lei de Terras nº 112 de 1958, tendo como doadores a família Gomes que era proprietária do terreno Santo Antônio de onde foi feita a doação. Os padres Silvio Miotto e João Andena, tinham a responsabilidade de atender aos moradores com os sacramentos e visitas periódicas a localidade.

Em 1978, foi fundada a Comunidade Santo Antônio do Rio Morais (CÉRQUA, 1980) pelos padres Leão Martinelli e João Andena. Conforme depoimento do ex-ACS e morador da comunidade (DIÁRIO DE CAMPO, 21/10/2020), é constituída por 56 famílias com 380 moradores atualmente (DIÁRIO DE CAMPO, 21/10/2020). Na comunidade, além da capela construída em homenagem a Santo Antônio, também há a Escola Municipal Manoel Cabral de Morais, cujo nome é em homenagem ao fundador da comunidade, o campo de futebol (FIGURA 4). A estrutura de saneamento ocorreu a partir dos anos 1980 quando foi estendido o cabeamento de energia elétrica a partir da EMBRAPA para a comunidade, tendo a perfuração do poço artesiano, que abastece 50 residências, no ano de 2002, através da Prefeitura de Municipal de Maués (PMM).

A comunidade ribeirinha de Santo Antônio do Rio Morais, com suas quatro décadas de fundação, tem todas as características de comunidade tradicional. Entre os muitos elementos formadores e identificadores destaca-se o componente religioso que se faz presente em todos os momentos da vida comunitária, seja no culto de domingo, nas novenas dedicadas ao santo padroeiro, nos jogos de futebol, no início das aulas, no terço dos marianos e das apostadas da oração, na saída para a pesca, a caça e nas atividades laborais diárias (MORAES *et al*, 2017).

Figura 4: Cidade de Maués e comunidade ribeirinha Santo Antônio do Rio Morais



Fonte: Adaptação do autor a partir do site google maps (2021).

Santo Antônio do Rio Morais apresenta floresta de terra firme, como é conhecida pelos ribeirinhos, com mata secundária que são as capoeiras comumente utilizada pelo caboclo para a abertura de roças para plantios de culturas de ciclo curto ou plantações perenes. A mata primária é fonte de recursos como frutas silvestres, cipós e caça. Às margens da estrada que a liga a comunidade de São Francisco do Maués-Miri é possível observar que a conservação da mata é importante para os comunitários, pois a manutenção das áreas intocadas é evidente.

O Rio Morais segue o fluxo das águas conforme as estações de seca e cheia sendo que nas águas altas a profundidade do local pode chegar a 10 m de profundidade e na seca ao mínimo de 2 m, sendo que a largura varia de 40 m a 260 m. As margens inclinadas do rio Morais são cobertas por vegetação de igapó que ocupam a faixa de terra entre a floresta de terra firme e o leito do rio, apresentando adaptação à sazonalidade das águas. Embora ocorra períodos anuais de cheia e secas, a comunidade não é afetada em suas estruturas pelas enchentes, ou seja, não há perdas materiais para os moradores devido a este fenômeno.

O ciclo dos rios em Maués é descrito por Bringel (1980, p 8) como “a distribuição anual de inverno e verão ou estação seca e chuvosa, conforme denominação regional”, portanto não é perceptível a configuração de quatro estações. Contudo o ribeirinho consegue descrever sua compreensão em períodos chuvosos com a enchente e cheia e o menos chuvoso em vazante e seca como eventos intermediários (TABELA 6).

Tabela 6: Ciclos dos rios em Maués.

Evento	Meses	Eventos intermediários
Seca	Meados de julho a dezembro	Vazante: ocorre a partir de meados de julho até início de setembro
Cheia	Meados de dezembro a junho	Enchente: ocorre a partir de dezembro até junho

Fonte: Do autor (2022).

Com o ciclo de enchente, cheia, a mata de igapó é alagada ocorrendo maior dificuldade para a captura de peixes e aumento da profundidade do rio. Na vazante e seca as mudanças no ambiente são o reaparecimento das ladeiras que formam a margem do rio e a exposição da mata de igapó. É nesse período que é possível verificar os detritos inorgânicos como sacolas, garrafas pet, pedaços de malhadeiras, tecidos, isopor, no leito do rio e suas margens.

Muitas espécies de árvores encontradas no local de estudo são utilizadas no tratamento de enfermidades e fazem parte do conhecimento secular, repassado de geração a geração de caboclos, que mantém cultivadas em seus quintais e as usam com sabedoria. Caldas e Wimmer (2012, p. 133), listaram (TABELA 7) algumas destas espécies encontradas nas margens do Rio Morais e Maués-Miri.

Tabela 7: Lista de espécies encontradas no Rio Morais e Maués-Miri

Nome comum	Nome científico	Usos registrados na literatura	Uso tradicional
Acapurana	<i>Campsiandra comosa</i> Benth.	Sementes comestíveis	Lenha e medicinal
Araçá	Possivelmente <i>calythrantes multiflora</i> O. Berg	Fruto comestível	Frutos para peixes e consumo humano
Arapari	<i>Macrolobium acaciifolium</i> (Benth.) Benth	madeira para embalagem, compensado, móveis, carpintaria e construção civil	Madeira dura resistente a água
Brincola	<i>Glandonia macrocarpa</i> Griseb.	Desconhecido	Lenha
Cajurana	<i>Simaba multiflora</i> A. Juss.	Frutos com propriedades anticancerígenas, casca e raízes com propriedade antimalárica	Medicinal
Canela de velho	<i>Alibertia edulis</i> (Rich). ex DC.	Fruto comestível	Medicinal
Capitari	<i>Tabebuia barbata</i> E. Mey	Madeira par construção civil	Madeira dura resistente a água
Carauaçú	<i>Symmera paniculata</i> Benth.	Fruto usado como isca de peixes	Estacas
Chibata	Possivelmente <i>Arrabidaea sp.</i>	Venenosa	Venenosa
Fava do igapó	<i>Vatairea guianensis</i> Aubl.	Madeira para construção civil. Extrato da casa e sementes com propriedades antimicrobianas	Medicinal, estacas

Genipaporana	Possivelmente <i>Duroia duckei</i> Huber	Frutos comestíveis	Alimentos para peixes
Goiaba arará	<i>Psidium acutangulum</i> DC.	Fruto comestível	Consumo humano
Graviolarana	<i>Annona hypoglauca</i> Marrt.	Polpa do fruto comestível	Alimento para peixes
Ingá de sapo	<i>Zygia latifolia</i> (L) Fawcett e Rendle	Madeira para carpintaria e ornamental	Alimento para animais terrestres e peixes
Itaubarana	<i>Acosimum nitens</i> (Vogel) Yakovlev	Madeira para postes, moirões para construção civil e naval	Construção
Japicã	Não identificada	Não encontrado	Medicinal
Leucena	Não identificada	Não encontrado	Lenha
Macacarecuia	<i>Eschweilera ovalifolia</i> (DC) Nied	Madeira para construção civil e naval.	Artesanato
Mari-mari	<i>Cassia leiandra</i> Benth.	Fruto comestível, ornamental, folha com propriedades antimicóticas	Fruto comestível
Paracutaca	<i>Swartzia polyphylla</i>	Madeira dura para construção civil, extrato com propriedades anticancerígenas	Alimento para animais
Periquiteira	<i>Buchenavia oxycarpa</i> (Mart) Eichler	Madeira extremamente dura e resistente, construção civil, naval, postes e laminados	Madeira dura, resistente a água
Piranheira	<i>Piranhea trifoliata</i> Baill.	Madeira resistente e pesada para construção civil, postes estacas e carpintaria	Madeira dura, resistente a água
Sarabacutú	Não identificada	Não encontrado	Medicinal
Seringa barriguda	<i>Hevea spruceana</i> (Benth.) Mull. Arg.	Produz látex	Madeira para móveis e alimento para peixes
Tatapiririca	<i>Tapirira guianensis</i>	Madeira	Alimento para peixes
Taurinema	<i>Couratari sp.</i>	Madeira	Madeira dura, resistente a água
Tento	<i>Ormosia macrocalyx</i> Ducke	Sementes para iscas de peixes e artesanato	Artesanato
Tucuribá	<i>Couepia paraenses</i> (Mart. & Zucc.) Benth. ex Hook f.	Fruto comestível	Frutos para peixes e consumo humano

Fonte: Adaptado de Caldas e Wimmer (2012).

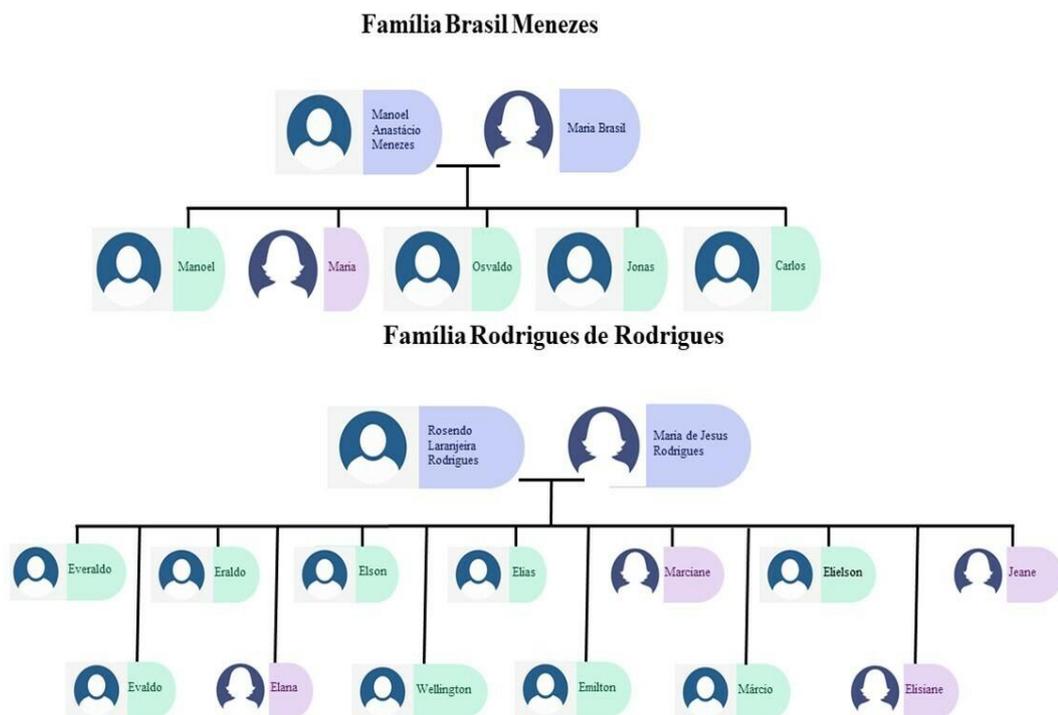
A presença de animais para a caça e o estoque de peixes é relatada pelos moradores como uma constante por se tratar de um local distante tanto da zona urbana quanto da boca da cabeceira, no entanto os moradores enfatizam que nos anos noventa do século XX, houve incursões de pescadores locais que utilizavam de meios predatórios para a pesca inclusive usando malhas finas e a batição<sup>4</sup>, mas os comunitários, embora não tendo elaborado documento

<sup>4</sup> Técnica de pesca que consiste em cercar uma área do rio com rede de malhas pequenas formando um semicírculo e então com o uso de remo, vara para fazer barulho bater na água para assustar os peixes.

formalizando qualquer modelo de proteção às suas riquezas, conseguem manter a caça e pesca predatória sob controle devido a estratégia de acompanhamento constante das canoas que singram o rio e seus ocupantes. Ao detectarem desconhecidos, estes são abordados e questionados sobre suas atividades na localidade. Esta estratégia tem demonstrado eficácia para o que se propõe cumprir.

As famílias que deram origem a atual comunidade Santo Antônio do Rio Morais são os Brasil Menezes com cinco descendentes e os Rodrigues de Rodrigues (FIGURA 5) com treze descendentes, praticamente todos são parentes próximos como primos, sobrinhos, tios e mais recentemente avós, conforme depoimentos coletados junto aos moradores. Embora os Rodrigues de Rodrigues sejam em números aceitáveis para as décadas de 1950 a 1990, para os padrões atuais são muitos descendentes. Abaixo as árvores genealógicas de ambas as famílias:

Figura 5: Famílias originárias da comunidade Santo Antônio do Rio Morais



Fonte: Do autor (2021).

Segundo o atual pároco (DIÁRIO DE CAMPO, 06/11/2020, p. 1) da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Maués, Padre Marcílio, a organização pastoral atende a 10 comunidades urbanas e 13 setores rurais compreendendo 149 comunidades localizadas nas

diversas bacias hidrográficas do município. Santo Antônio é o padroeiro da comunidade comemorado no dia 13 de junho com procissão vinda a partir da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição de Maués, percorrendo a Estrada dos Morais até a margem esquerda do Rio Morais. Além da festa de santo, a comunidade festejava o boi-bumbá, as danças dos pássaros, o Divino Espírito Santo e comemora o 7 de setembro, natal e ano novo e datas relacionadas aos dias dos pais e das mães. O boi-bumbá e as danças dos pássaros foram descontinuados por falta de interesse dos comunitários e falecimentos daqueles que conheciam o modo de fazer as festividades.

No território de Santo Antônio do Rio Morais também são encontrados o que Pardini (2012) chamou de mata cultural (ou floresta antropogênica, gerada pelo homem) e terra preta arqueológica (ou solo antropogênico, ou terra preta de índio). No solo de terra preta de índio são cultivadas as culturas mais lucrativas os moradores como o guaraná e as roças de mandioca, abacaxi, banana como demonstrado na Tabela 8, polo IV. A mata cultural de Santo Antônio do Rio Morais proporcionou habitabilidade por etnias indígenas antes da ocupação não indígena, pois além das espécies arbóreas encontradas, também há ervas e plantas usadas como remédios desde tempos imemoriais, pois é importante considerar que artefatos indígenas (FIGURA 6) encontrados por comunitários fazem a conexão entre a mata cultural e a ocupação do território antes dos ribeirinhos. Pardini (2012, p. 595) continua dizendo que “as práticas ecológicas indígenas tendem a modificar sutilmente os ecossistemas amazônicos, gerando ecologias induzidas e localizadas, ilhas de recursos cuja diversidade biológica é manejada e modelada em benefício das gerações presentes e futuras”.

Figura 6: Artefatos encontrados na comunidade



Fonte: Do autor (2020).

Foram encontradas moedas (FIGURA 7) por um dos comunitários que mostrou sua coleção de quarenta cédulas e moedas antigas contemplando o período 1900 a 1990. Vale salientar que apresentam cunhagens diferentes, portanto equivale a períodos de diferentes governantes do Brasil, no entanto a que mais chamou a atenção foi uma moeda que aparenta ser do século XVI ou XVII (DIÁRIO DE CAMPO de 21/10/2020).

Figura 7: Moeda antiga – cara e coroa



Fonte: Do autor (2020).

Dos registros fotográficos da Comunidade Ribeirinha Santo Antônio do Rio Morais a paisagem foi modificada para atender as necessidades de habitação e construção dos comunitários. A intervenção humana na paisagem se deu inicialmente na mata secundária, mais conhecida como capoeirão, abrindo espaço para a construção da capela e da escola, seguida pela formação do campo de futebol e mais recentemente a ampliação das casas. A alteração mais significativa nos últimos dez anos foi a construção da imagem do padroeiro em frente à capela e de frente para a cabeceira abençoando a quem trafega nas águas ou desponta ao final da estrada dos Morais, pois embora seja “a paisagem como um conjunto de formas naturais e culturais associadas em uma dada área, traduz-se num campo e visibilidade, ao ser oferecida a nossa percepção e a nossa experiência, converte-se num campo de significação individual e coletiva” (CABRAL, 2007, p. 150).

Considerando que atualmente o Rio Morais apresenta boa piscosidade, é possível deduzir que a fauna aquática era mais populosa e diversa assim como a fauna terrestre. A partir da ocupação do território a paisagem foi adequada às necessidades dos ribeirinhos e novos elementos foram incorporados a ela como casas mistas de taipa e palha, madeira e palha, madeira e telha e agora com casas em alvenaria e telhado de zinco. A perfuração do poço artesiano com a instalação de tubulação para os jiraus das moradias e a chegada da energia elétrica no início dos anos 1980 reconfiguraram a paisagem local.

As comunidades ribeirinhas compõem a paisagem da Amazônia com suas organizações territoriais, socioespacial, cultural, histórica, religiosa, tradição, crenças, costumes. São

comunidades tradicionais de caboclos ribeirinhos que tem o seu modo de vida estabelecido às margens dos rios e lagos em conformidade com a natureza da qual retiram o peixe, a caça e desenvolvem pequenos cultivos para sua sobrevivência com relações comerciais ocorrendo localmente a partir da produção sobressalente. O Decreto 6.040/2007 define povos e comunidades tradicionais:

Os povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, p. 1).

A ocupação do espaço ambiental com suas plantas, animais, lagos, cabeceiras perfazem a construção do território ribeirinho voltado para a construção da cultura, das relações sociais e de afeto e sobretudo de pertencimento ao lugar. Tuan (2011, p. 5), esclarece que “o lugar é qualquer localidade que tem significado para uma pessoa ou grupo de pessoas”. O espaço para o ribeirinho também significa relações de poder, SANTOS *apud* ANDRADE *et al.*, (2018, p. 30) afirma que o “espaço social como um conjunto indissociável de sistemas de ações e sistemas de objetos, destacando a intensa mobilidade dos capitais e a influência das técnicas e da globalização”.

A paisagem originária equivale a mata não utilizada para fins de produção agrícola ou modificação para atender as necessidades de moradia. A margem do rio, onde está assentada a comunidade, segundo os moradores era composta de mata de igapó com muitas de espécies arbóreas que atraíam fauna diversificada. Essa composição de árvores nativas citadas nas entrevistas correspondia ao mari-mari, jenipapo, jauari, mari sarro, cajurana, seringa-barriguda, assacu, samaúma, arapari, cuieira, munguba, embaúba, jutaí, cajurana, araçazinho dentre outras.

As cabeceiras próximas a comunidade apresentavam igapó com arboredo denso e que era frequentado pelos pescadores da localidade na busca de alimentos para as famílias quando utilizavam dos frutos como iscas. foram contadas três cabeceiras próximas ao local e que apresentam variedade de pássaros e insetos, sendo possível a retirada de mel de abelha de espécies nativas.

No ano de 1977, foi feita a broca para construção da capela o que iniciou a modificação da paisagem local. os comunitários, ao inaugurar a igreja, definitivamente mudam a paisagem local dando início a modificações que levam ao que se tem hoje. a igreja, construída na área próxima ao rio tem como motivação o destaque da localidade firmando a estética da

comunidade a partir da crença do caboclo que se supõe que uma comunidade bonita é aquela em que as construções podem ser vistas ao longe por quem passa ou chega pelo rio.

Nos anos 1980 a segunda mudança importante ocorreu com a construção do campo de futebol que ocorreu a partir da retirada da capoeira na área atrás da igreja no tamanho de 100m x 60m tendo os serviços de roçagem, derrubada, extração de troncos e aplainamento do solo realizados pelos comunitários com o uso de equipamentos manuais e um rolo de concreto (FIGURA 8).

Figura 8: Rolo de concreto utilizado na compactação do campo de futebol



Fonte: Do autor (2021).

A extensão da rede elétrica para a comunidade ocorreu nos 1980 quando a CELETRAMAZON firmou parceria com a PMM, através de recurso destinado por parlamentar federal, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida dos moradores e ao mesmo tempo preparar a localidade para receber a escola e outras ações oriundas do poder público. A implantação de postes em madeira para estender os cabos elétrico exigiu abertura de picadas que são usadas como caminhos ligando as casas a margem do rio. Segundo os moradores, até a chegada da energia a iluminação era feita com lamparinas tendo o querosene ou diesel como combustível.

Escola funcionava em turma multisseriada em um barracão com cobertura de amianto (brasilite) e forrada em madeira com chão de piso queimado. Em 1988 foi construída a escola Manoel Cabral Moraes, pela PMM, em alvenaria, com 2 salas de aulas, quadro negro, carteiras em madeira e cantina, embora pequena, cumprindo o papel de atender a demanda por educação das crianças da comunidade e adjacências. Inicialmente dois professores leigos eram responsáveis para atender crianças desde a 1ª à 4ª série primária.

Por volta do ano 2000 outras modificações na paisagem ocorreram com mais intensidade sendo que construções de casas pelos moradores das cabeceiras do rio para manter seus filhos mais próximos da escola, evitando deslocamento em canoas, cascos e caminhadas pela mata, foram os motivos para esse movimento de adensamento ao que passou a ser chamada de vila pelos moradores. Inicialmente as construções em taipa e palha passam a ser trocadas por tábuas e palha e posteriormente por telhas e em seguida por amianto. Atualmente há uma tendência de substituição de tábuas por tijolos, então é possível observar casas com mais cômodos incluindo cozinha com pia, torneira e água potável e banheiros e fossas. Essa reestruturação permite aos habitantes maior conforto e reduz enormemente as doenças de veiculação hídrica – IVH's.

O projeto Luz para Todos desenvolvido pelo governo federal a partir do ano de 2003 chega a Maués no idos de 2010, contudo a comunidade Santo Antônio do Rio Morais já era atendida por eletrificação implantada nos anos 1980, ocorrendo que a partir desse momento as casas que ainda não tinham energia elétrica passaram a ser atendidas e as que tinham foram cadastradas no programa na classe de consumo rural (ELETROBRÁS, - texto digital), sendo que os postes que transmitem energia para as comunidades da margem esquerda do rio Maué Miri foram plantados ao longo da estrada que liga a comunidade de Santo Antônio à comunidade de São Francisco do Maués Miri, mudando a paisagem da comunidade novamente. Com esse novo momento foi possível mudar o padrão de consumo a partir da aquisição de equipamentos da linha branca assim como conservar alimentos em geladeira e freezers.

A construção de nova capela, e não ampliação da antiga, se deu, segundo morador entrevistado, pelo aumento de devotos nos dias de festejos a Santo Antônio. No mesmo depoimento foi constatado que um devoto promesseiro sugeriu a ampliação da capela e se comprometeu em construí-la, contudo não cumpriu a promessa por inteiro e a mesma foi construída “aos poucos” e encostada na antiga capela (FIGURA 9). A imponência da nova estrutura que é ampla e arejada afetou a paisagem quando remodelou no horizonte de quem chega à comunidade a dimensão e a capacidade da localidade em atender promesseiros e visitantes no período festivo.

Figura 9: Capela antiga, capela nova e estátua de Santo Antônio



Fonte: Ellen Ester, postagem no facebook (2017).

Em frente às capelas foi construída a estátua de Santo Antônio em concreto armado, com aproximadamente 6 m de altura, é símbolo de fé e união dos moradores tornando-se atrativo para fotografias dos visitantes ao mesmo tempo em que modifica a paisagem, caracteriza melhor a entrada da comunidade trazendo orgulho aos moradores através do reforço do pertencer ao local.

Atualmente a comunidade está passando por um processo intenso de mudanças socioespaciais com a ocupação de lotes para a construção de moradias, o aumento populacional, a maior frequência de visitantes aos finais de semana e o alcoolismo. Diante dessa nova realidade enfatizada pelo recente asfaltamento da estrada dos Morais, o aumento da pressão antrópica sobre os recursos pesqueiros do rio Morais, o aumento de visitantes nos finais de semana, o aumento do lixo produzido tantos pelos moradores quanto pelos visitantes trazem à tona novas discussões sobre o futuro da comunidade.

#### **4.1 A festa dedicada a Santo Antônio**

Santo Antônio, discípulo de São Francisco de Assis, é um dos santos católicos mais cultuados no mundo, segundo Veiga (2021, texto digital) “é provável que o santo tenha chegado ao Brasil com a frota de Pedro Alvares Cabral em 1500, pois na esquadra estavam oito frades franciscanos, entre eles Henrique Soares de Coimbra (1465-1532), celebrante da primeira missa

em solo brasileiro”. E continua Veiga (2021, texto digital), o santo famoso por achar coisas perdidas, também é tido no Brasil, como casamenteiro:

E sua fama acabou se difundindo pelo Brasil. “A figura do santo casamenteiros, do santo das coisas perdidas, suas pregações”, prossegue Lira. “Somando-se a tudo isso, vieram as festas juninas que, embora trazidas pelo colonizador, aqui assumiram conotação própria. Todos esses fatores, mais a presença ininterrupta dos franciscanos no Brasil, contribuíram, em muito, para que Santo Antônio se tornasse um dos santos mais amados e populares” (VEIGA, 2021, texto digital).

Nas comunidades ribeirinhas a escolha do santo padroeiro é feita pelas famílias pioneiras e a partir de um santo de devoção de um de seus membros e Ávila (2016, p. 131) traz esta informação quando afirma que “o calendário ritual das comunidades ribeirinhas [...] é bastante curto: festa de padroeiro da comunidade, festa de santos de devoção dos líderes ou fundadores comunitários”. Ou seja, há a compreensão que a escolha do santo padroeiro da comunidade não ocorre a partir da consulta aos comunitários, conforme corrobora o Pároco de Maués “[...] às vezes até o patriarca da família diz, não, esse aqui é o santo que eu quero, eu quero o santo fulano de tal, eu quero santo Antônio, ou talvez a família lá, talvez a matriarca dessa família pode ter pensado dessa maneira e ficou ai, né” (DIÁRIO DE CAMPO, 06/11/2020. p. 3). A partir de então os recursos para a manutenção das estruturas eclesiais como a capela, as atividades de catequese e formação de lideranças importantes para a manutenção dos ritos cristãos, são adquiridos através da venda de bebidas, alimentos, torneios de futebol e festa dançante.

A festa a Santo Antônio começa a ganhar projeção a partir dos anos 1990 que, segundo um dos padres, “ocorre como alternativa a Santo Antônio de Borba que atrai muitos devotos do santo para aquela cidade. Começou a ganhar corpo nos anos 90 quando a estrada dos Moraes não tinha pavimento asfáltico o que dificultava bastante o andamento da procissão” (FIGURA 10), (DIÁRIO DE CAMPO, 06/11/2020, p. 1). O pároco afirma que a festividade tem atraído muitos devotos e que estes levados a cumprir promessas feitas ao santo dinamizam a economia local o que permite melhorias importantes para os moradores. Segundo ele, em 2019 quando ocorreu a última procissão, antes da pandemia da COVID-19, era cobrado R\$ 2,00 pelos catraieiros que prestam o serviço de travessia do rio, tanto na ida quanto na volta, ou seja, somente este serviço, considerando a quantidade de devotos, gera faturamento expressivo para a comunidade.

Figura 10: Procissão de Santo Antônio passando em frente ao IFAM por volta das 7h do dia 13/06/2019



Fonte: Leonilda Coimbra Moraes, postagem no facebook (2019).

O atual secretário da comunidade, 37 anos, (DIÁRIO DE CAMPO, 02/07/2021), afirma que a devoção dos promesseiros gerou fatos curiosos como a senhora que carregou um tijolo na cabeça a procissão toda desde a praça da igreja matriz até aos pés do santo, foram mais de 5 km andando com o tijolo. Outro promesseiro caminhou todo o trajeto descalço, outro ainda deixou prótese na igreja como forma de agradecimento. Entre os objetos inusitados deixados, além dos citados, tem tronco de madeira, muletas, bengalas, terços, bilhetes de agradecimento, pedidos de milagres todos importantes para a tradição da festa que ora se configura. Os mais recentes pagamentos de promessas aconteceram no ano de 2021 em favor aos sobreviventes da pandemia, visto que em 2020 não houve comemorações, são objetos ligados a cura da doença pelos que o venceram e simbolizam a vida, um renascer, segundo o coordenador da comunidade.

Durante as festividades, no âmbito da fé e crença, são celebrados batizados<sup>5</sup>, primeira confissão, primeira comunhão, casamentos, renovação de votos de casais, sagração de marianos e missas. Na parte social, além dos torneios de futebol masculino e feminino ocorrem bingos,

---

<sup>5</sup> Este o pesquisador foi convidado a ser padrinho de uma das crianças do local e não aceitou, com vista a manter certo distanciamento do objeto de pesquisa.

leilões e festa dançante no salão de festas da comunidade. Ao mesmo tempo famílias reencontram antigos moradores que mudaram para outros locais, bem como familiares em visita, amigos e conhecidos.

O futebol feminino (FIGURAS 11 e 12) tem destaque pelo protagonismo das mulheres na organização de um time de futebol que ocupa espaço e chama a atenção dos comunitários, pois a “crescente participação da mulher em territórios legitimamente considerados como masculinos tem revelado uma nova dinâmica social caracterizada, especialmente, pela redução das diferenças entre os gêneros” (TEIXEIRA; CAMINHA, 2013, p. 265).

Figura 11: Partida de futebol feminino



Fonte: Do autor (2021).

Os treinos ao longo da semana ocorrem um pouco mais cedo, a partir das 14h. As partidas femininas ocorrem aos domingos, a depender se haverá jogo do time masculino, ocorre a partir da 14 h até às 16 h. O time de futebol feminino é um fenômeno novo no local e atrai a atenção dos comunitários que, antes criticavam, hoje apoiam a atividade inclusive patrocinando viagens e eventos.

Figura 12: Partida de futebol feminino



Fonte: Do autor (2021).

Mulheres a partir dos 13 anos compõe o escrete, havendo casos de senhoras com mais de 40 anos também competirem. Interessa esclarecer que a formação dos times ocorre com as mesmas especificações do time masculino, com critérios como habilidade, drible, domínio de bola, passe longo e curto, velocidade e finalização de jogadas em gol como determinantes para figurarem entre as escolhidas.

O futebol feminino não é somente uma modalidade de diversão para as mulheres, observa-se que quando há confrontos com times visitantes, a partida de futebol adquire o simbolismo do orgulho de pertencer ao lugar. O time joga para vencer em nome da comunidade e não somente das jogadoras. O time é das mulheres da comunidade e não somente das mulheres.

#### **4.2 A construção da nova capela**

Ao longo de sua história, a comunidade sempre manteve a capela em tamanho pequeno atendendo as necessidades de celebrações com a participação dos moradores. Então com a popularização da festa da comunidade nos anos 1990, levando ao aumento do fluxo de pessoas durante as noitadas do novenário e principalmente no dia 13 de junho, dia da festa, foram

recebidas reclamações dos frequentadores quanto ao tamanho das instalações da capela fazendo com que muitos desistissem de assistir as celebrações ou mesmo as acompanhassem do lado de fora.

Segundo um interlocutor, 40 anos, coordenador da comunidade, diz que a igreja é o pilar da comunidade e continua:

Antes a gente via a importância da igreja. Principalmente hoje a gente tem uma igreja grande porque a gente viu a necessidade da grandiosidade da festa, é uma festa muito grande essa de Santo Antônio, aí dentro da festa a gente fazia missa campal e quando chovia era aquela lama que criava e o pessoal que vinha ficava na chuva e não conseguia acomodar todo mundo dentro da igreja e tivemos a necessidade de construir uma igreja maior. Foi um projeto que foi do promesseiro, seu J. T, que fez a promessa que faria uma igreja grande aí, mas foi tipo um fogo de palha na verdade. Começou, fez, fez, fez e depois acho que ele viu que ficou muito pesado pra ele e resolveu abandonar. Passou tempo e aí a gente conseguiu dá continuidade nela. A gente conseguiu trocar o telhado, e fez melhoria, por causa da procissão que é mito grande. (ENTREVISTADO, E.S.R., 02/05/2021, p. 5).

A capela que foi construída, com dimensões 21 m de comprimento por 16 m de largura, segundo o coordenador, ensejou muitas dificuldades financeiras ao promesseiro que abandonou a empreitada frustrando os comunitários. Com o aumento da participação da população nas comemorações a comunidade entendeu a importância de ampliação para ofertar conforto aos fiéis ao mesmo tempo em que ampliou o faturamento com a venda de comidas e bebidas aos participantes. Ou seja, terminar a construção é uma estratégia importante para a continuidade e ampliação das festividades em honra a Santo Antônio do Rio Morais.

### **4.3 As doações dos devotos**

Os promesseiros são os principais responsáveis pela arrecadação no período festivo quando no cumprimento de suas promessas repassam à paróquia valores considerados altos até mesmo pelo pároco, que está no comando paroquial desde 2016, considera que a fé das pessoas as faz acreditar em milagres, conforme segue:

mas o que eu tenho em mente nesse momento é de 2016 pra cá, o que a gente vê muita fé das pessoas que assim acreditam numa igreja, acreditam nos milagres e como tem muita gente pessoas que fazem questão de trazer na mão do padre R\$1.000,00, R\$2.000,00 porque foi uma promessa que ele fez e dizer 'tá aqui, esse é o dinheiro que eu vim pagar minha promessa'. Tem um cofre que a gente arrecadou ano passado, só do cofre foram R\$7.000,00 como oferta que a gente faz aqui na matriz, a maior oferta que a gente dá são R\$3.000,00, as vezes quando dá, né? De baixa muito a oferta o domingo que se faz R\$1.000,00, R\$1.500,00, R\$2.000,00, varia muito né, mas um

dia desses com uma oferta de R\$7.000,00, só do cofre, as, as, a quermesse e outras coisas que eles fazem. Então pra você ver como as pessoas vão lá levar suas ofertas e fazem questão de amarrar lá ou colocar no cofre que tem o santo, santo Antônio, porque, porque a fé não se explica, as pessoas estão aí por causa desse relacionamento, uma graça que aconteceu que eles alcançaram na vida deles (DIÁRIO DE CAMPO, 06/11/2020, p. 3).

A comparação feita entre a arrecadação para a comunidade e a da igreja matriz demonstra o quanto a devoção a Santo Antônio atrai promesseiros que buscam, na fé, uma solução para situações difíceis. Os valores são superiores a qualquer outra festa de padroeiro em comunidade ribeirinha do município. Parte dessas doações ficam com a paróquia que é a mantenedora e outra parte para a comunidade utilizar na manutenção de suas estruturas religiosas.

#### **4.4 A melhorias na infraestrutura da vila**

A vila, como também é conhecida a comunidade consiste em terreno medindo 250m por 150m onde estão assentadas as casas e infraestrutura de atendimento para os comunitários. São 50 casas construídas e habitadas. Há pequenos comércios, tabernas como são chamadas, que vendem produtos de primeira necessidade como açúcar, café, leite em pó e em caixa, fósforo, óleo de soja, sal, macarrão, arroz, bolachas, frango, calabresa, sardinha e conserva em lata etc. No momento da efetivação desta pesquisa, um dos moradores estava instalando em terreno da família uma pequena movelaria.

A reorganização do espaço comum permitiu que melhorias de acesso em todas as direções de modo que a realização do encanamento para água potável atende a todas as casas com ponto de água. O acesso a energia foi democratizado com a implantação de postes de fibra e concreto ao longo do arruamento e área comum tanto atrás da igreja quanto na frente da comunidade. Iluminação nos postes dão claridade aos caminhos durante a noite e nas noitadas de festas.

O primeiro campo de futebol foi aberto no início do povoamento e estava posicionado na vertical do terreno logo após a igreja. Embora pequeno, atendia a demanda por esporte tanto dos habitantes quanto de comunidades vizinhas e da cidade que marcavam partidas amistosas. Como disse um senhor de 66 anos (ENTREVISTA O.D.P., 04/04/2021, p. 5), sobre a construção do campo de futebol foi que “[...] as pessoas que ajudaram a roçar, derrubar pau, como eu ajudei, esse campo era muito feio, esse primeiro campo, nos cavando toco de inajazeiro pra arrancar. Isso tem uns 40 anos que foi fundada”, à época, ele mesmo, relembra, foi uma

alegria poder fazer o campo onde pudemos ganhar umas partidas. Um outro interlocutor, morador local (ENTREVISTA J.B.M., 27/06/2021, p. 4), indica como e onde estava localizado o campo e o motivo da mudança para o local atual “[...] nessa época também que foi arrancado os tocos no enxadeco, esse rolo de concreto era o rolo compressor com dois empurrava e um puxava no cabo. Tem uma relíquia do início da comunidade. Esse campo era de comprido e depois do tempo, quando apareceu a sede, o poço, nós tiramos ele ‘prali’”.

Foi necessário mudar a localidade do campo, da área imediatamente atrás da igreja para outra área mais a frente, próximo a estrada, desta feita disposto de forma horizontal ao terreno, com tamanho oficial medindo 100 m por 60 m. Com a mudança também foi realizado o serviço de terraplanagem do solo e posteriormente o plantio de cultivo da grama, às margens estão dispostas casas e um pequeno comércio de bebidas e estivas que atende ao público em dias de jogos.

Segundo o coordenador da comunidade de 40 anos, “uma comunidade se constrói primeiramente com a igreja, depois com campo de futebol e com a escola” (ENTREVISTADO, E.S.R., 02/05/2021, p. 4). A leitura do comunitário é enfatizada por Ávila (2016, p. 93):

Quanto ao processo de formação dessas comunidades, depois da escolha e limpeza do terreno, as primeiras instituições a serem fundadas são a igreja e a escola, e como lazer, o campo de futebol. As comunidades não costumam ser grandes e são fundadas sobre terras devolutas. Não superam os 300 metros quadrados, que é a quantidade máxima que o Governo do Estado registra como terra provisória (ÁVILA, 2016, p. 93).

Cérqua (1980, p. 246), confirma que as comunidades rurais têm a necessidade de espaços de diversão para manter a união em torno dos objetivos comuns “No entanto, em redor de cada capela, não demoraram a surgir escola, campo de jogo, cantina comunitária etc., tudo em terreno doado ou vendido à Prelazia”, ou seja, a função do campo de futebol é o nó da convivência em comunidade e para onde as discórdias, comemorações e expectativas são direcionadas.

Além do dito, há detalhes pouco claros sobre a importância deste espaço, porém que é perceptível quando se verifica os pais acompanhando seus filhos disputando a primeira partida “pra valer” com o time da comunidade no enfrentamento de algum time visitante. É normal, pelo percebido, que adolescentes estreiem no time principal aos 16, 17 anos com expectativas de “quem sabe, jogar na cidade”. Aliás, fatos desta natureza narrados por um interlocutor de 56 anos, (ENTREVISTA O.B.M., 02/05/2021) confirmam que por se destacarem no time da comunidade, um dos times da cidade ao fazer um amistoso no local, acabou ao final da partida,

chamando a ele e a um companheiro de apelido Tuíra, a compor o time do Santos, que jogava o campeonato de Maués, por onde jogaram por várias temporadas.

Embora os rios amazônicos sejam de água doce, uma riqueza imensa, estas águas não são necessariamente potáveis, visto que chuvas lixiviam o solo das florestas, terreiros, roças e praias e depositam sedimentos orgânicos em suas calhas e são essas águas utilizadas para o preparo de alimentos, para lavar louças e para beber. Silva (2007, p. 128) cita que os rios de águas pretas da Amazônia Central surgem a partir da formação geológica antiga, erodida e porosa ocasionando em ecossistemas de solos caracterizados por alta concentração de matéria orgânica em decomposição que eleva a acidez e empobrece a concentração de nutrientes na água preta oriunda destes processos físico-químicos.

O processo para tornar em água potável, segundo a compreensão cabocla consiste em apanhar a água no meio do rio ou cacimba com recipiente feito de cuia, alumínio ou plástico, depois usar pano limpo como filtro para retirar os detritos maiores e depositar no pote de barro. Ocorre que doenças de veiculação hídrica como diarreias, dor de estômago, vômitos, verminoses estão ligadas a essa falsa ideia de que esse processo torna a água própria para consumo humano.

Outro problema relacionado a água potável em comunidades ribeirinhas consiste na distância para conseguir água e as dificuldades no trajeto até o jirau. Em Santo Antônio do Rio Morais, as margens íngremes eram limitador para idosos, grávidas e pessoas com dificuldade de mobilidade para acessar o líquido conforme esclarecido no requerimento para perfuração e instalação do poço artesiano, encaminhado a PMM no ano de 2002, através de requerimento assinado por 43 comunitários, cuja exposição de motivos foi assim escrita:

Vimos através deste com acato a Vossa Excelência, não cobrar, mas solicitar se formos merecedor de sua administração, esta que vemos e ouvimos através de rádio ou mesmo quando estamos em Maués, que está voltado em prol dos mais humildes de seus moradores, um poço artesiano em nossa comunidade, pois tendo em vista que agora no tempo da seca, passamos por muitas dificuldades e riscos ao transportar água para nossos lares.

Uma vez que o porto de nossa comunidade é bastante inclinada, podendo pais, filhos e mulheres, virem a sofrer de ernies ou mesmo uma doença intestinal, uma vez que a água, bebemos porque é necessário par anos manter. Sr. Prefeito a água potável em nossa comunidade é de grande necessidade e de urgência, se formos atendidos, porque não servirá só para os comunitários, mais como todos que essa terre recebe e acolhe com amor e respeito, sem mais nada par ao momento de vossa distinta atenção, e esperamos se atendidos. (REQUERIMENTO COMUNIDADE DE SANTO ANTÔNIO DOS MORAES, 22 de fevereiro de 2002, p. 1).

Para Costa (2019, p. 31) “as doenças de veiculação hídrica são causadas principalmente por microrganismos patogênicos de origem entérica, animal ou humana, transmitidos basicamente pela rota fecal-oral, ou seja, são excretados nas fezes de indivíduos infectados e ingeridos na forma de água ou alimento contaminado por água poluída com fezes”. Com o pleito atendido, foi instalado na comunidade a rede hidráulica ligadas as residências, bomba d’água e reservatório de água suspenso para 5.000 l, reduzindo os casos de doenças sazonais ocasionadas pela água poluída.

#### **4.5 A organização do espaço urbano da vila**

O tamanho da área destinada a paróquia de Maués para assentar a comunidade estava inicialmente estabelecido em 100m x 100m conforme escritura pública registrado no Livro nº 28, folhas 137 e vº/138 do Tabelião Astrogilda de Andrade, da Comarca de Maués, em 29 de setembro de 1964, tendo a Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Maués como destinatária da doação feita pela família do senhor Arthur Pereira Gomes e Maria Barroso Gomes (COMARCA DE MAUÉS, livro de 29/09/1964, n. 28, f. 137, v. 138).

Nesta localidade inicial foi construída capela e onde ocorreram desentendimentos entre os doadores e os moradores que frequentavam para realizar seus ritos religiosos. Segundo relato do entrevistado de 66 anos (ENTREVISTA O.D.P, 20/05/2021), as famílias moravam em suas casas nas cabeceiras e no terreno da igreja não morava ninguém, então as pessoas iam para a capela e coletavam algumas frutas que tinham no terreno. Para outro interlocutor com idade de 56 anos (ENTREVISTAS O.B.M, 02/05/2021) informa que à época era adolescente, mas lembra que os doadores proibissem a colheita de frutas dentro do terreno doado e essa questão provocou o afastamento famílias da igreja. A primeira capela foi construída em terreno que fica a 600m do atual local.

Em 09 de agosto de 1977 foi emitido atestado, assinado pelo prefeito municipal em exercício, Carolino Dias dos Santos, que a Prelazia de Parintins através da Paróquia de Maués constitui uma capela em área de terra devoluta medindo 120m de frente por 250m de fundos tendo os seguintes extremos: “Na frente com o Rio Morais, pelo lado de baixo com terra devoluta, pelo lado de fundo com terra devoluta e situado a margem direita de quem baixa o Rio Morais” (MAUÉS, 09/08/1977). O documento foi assinado por Manuel Anastácio de Menezes que exercia a função de Delegado da Polícia na comunidade, por Milton Martins -

presidente, por Francisco Assis T. Magalhães – Vice-presidente, Angiolina Silva – testemunha e padre Egídio Mozzato. Em 28 de setembro de 1977 a Prelazia de Parintins registra junto ao INCRA a construção de uma igreja em honra a Santo Antônio do Rio Morais finalizando o processo de documentação oficial.

Segundo informações do interlocutor de 66 anos (ENTREVISTA O.D.P., 20/05/2021), que foi confirmada por outro interlocutor de 56 anos (O.B.M., 02/05/2021), o terreno atual do átrio comunitário consta de 250m de frente por 250m de fundos. A área foi fracionada em lotes de terra de 10m por 30m às margens da área da igreja. Um morador de 41 anos (ENTREVISTAS E.S.R., 02/05/2021), informou que a prefeitura enviou topógrafo para elaborar as ruas da vila, porém não conseguiu precisar o ano. No entanto é possível verificar através do aplicativo *google maps* o delineamento de três ruas ao sul e duas ruas ao norte da comunidade estando destacado a leste o campo de futebol e ao centro as duas capelas, o salão social e uma ampla área de trânsito para os visitantes e moradores, verificar figura anterior deste trabalho (FIGURA 4).

As ruas ainda não foram terraplanadas, contudo os habitantes as utilizam como caminhos para acessar as demais dependências do local. É proibido construir casa nas margens do rio em obediência a manutenção da área de reserva ambiental.

A escola Manoel Cabral de Morais está localizada na rua da frente próxima a margem do rio que é usada como porto para ancoragem de embarcações como canoas, cascos, barcos regionais de pequeno porte e da balsa fabricada com garrafa pet que conduz visitantes e moradores na travessia do rio em direção ao porto da estrada do Morais que liga a comunidade ao centro da cidade de Maués.

#### **4.6 A organização administrativa**

A condução das ações comunitárias como o planejamento anual de atividades, a programação das festividades, a visita de padres e autoridades municipais, a manutenção dos prédios de uso comum e o pagamento das contas de energia da igreja são realizadas por uma coordenação composta de coordenador, secretário e tesoureiro eleitos a cada dois anos no mês de agosto e que tomam posse somente em janeiro do ano seguinte.

No início foi escolhido o senhor Milton para presidente, essa era a nomenclatura dada ao eleito, sendo o segundo colocado o vice-presidente e o terceiro colocado na votação como

secretário. O tesoureiro era escolhido pelo presidente eleito para cuidar das finanças e da cantina da comunidade. Já nos anos 2000 a nomenclatura mudou de Diretoria da Comunidade para Coordenação de Comunidade devido a adequação da Diocese para o trato da organização administrativa local. Segundo o morador J.B.M, 59 anos, que é considerado pelos moradores a memória viva da história do local, os coordenadores desde a fundação da atual comunidade são os seguintes:

Milton começou, Zila, Pedro Elias, João Caru, Anastácio Miranda, papai (Manoel Anastácio), Rosendo, Omercino, Mário Jorge filho do Mário Paca, Florindo da baixada do pão de ouro, Jonas (1991 a 1994), Omercino, papai (Manoel Anastácio) com o Rosendo pai do Elias, Severiano, Paica, Omercino, Elias. (ENTREVISTA J.B.M., 27/06/2021, p 5).

Os critérios para concorrer ao cargo de coordenador são professar a religião católica, ser morador da comunidade, participar das atividades da igreja, ter disponibilidade para exercer o cargo e ter o nome aceito pela paróquia para tal finalidade. A eleição ocorre de forma secreta em urna simples e com votação das pessoas maiores de 18 anos. Na história há casos em que o pároco escolheu o coordenador por afinidade. Há também situações nas quais o presidente foi reeleito devido ao trabalho realizado. Segundo um outro interlocutor (ENTREVISTA O.D.P., 20/05/2021) ele teve que assumir a direção da comunidade depois que o presidente eleito abdicou do cargo logo após a eleição e, então com 21 anos, teve que conduzir a administração por dois anos seguidos.

A estrutura de gestão responde à paróquia de Maués e corresponde ao seguinte: coordenador, secretário e tesoureiro, todos subordinados a paróquia e integrados entre si. Internamente esta estrutura subdivide-se no responsável pelos cultos, pela catequese e pela organização das atividades festivas. Não há congregação mariana e apostolado da oração estabelecidos, contudo, a participação de homens e mulheres, crianças e jovens são comuns nos preparativos das festividades e manutenção da limpeza e organização locais. O método de tomada de decisão em uma CEB conduzida por um líder local:

Reunidos num barraco de vila, na casa modesta de um lavrador ou no salão paroquial, os participantes fazem suas orações e cânticos e, em seguida, colocam seus problemas e dificuldades. Em geral, são problemas domésticos (uma filha doente, um vizinho desalojado de seu terreno, o mutirão para erguer o barraco destruído pela chuva) e profissionais (a obrigação de fazer horas extras na fábrica, a organização do sindicato rural, o desemprego). A maneira de se colocarem as questões varia muito. Em certas comunidades, o monitor – ou coordenador simplesmente indaga aos participantes como foi a semana em casa, no bairro, no trabalho. No relato, saem os problemas e as

dificuldades; percebe-se que uma ou duas questões se impõe como mais importantes. A esta parte, chama-se o ver.

Em torno das questões principais é que a reunião prossegue. Passa-se ao julgar. Como Jesus agiria nessa situação? Como devemos agir? Esta segunda parte do método é sempre ligada ao Evangelho. Alguém sugere uma passagem do novo testamento que, a seu ver, ilumina o tema em discussão. Todos ouvem em silêncio e, em seguida, fazem seus comentários.

Desta relação ação de Jesus – nossa ação entra-se na terceira parte: o agir, o planejamento, a forma concreta de enfrentar o problema. Combina-se um mutirão para ajudar a colher o feijão de um lavrador ameaçado de perder a produção, o abaixo-assinado no bairro para reivindicar água ou esgoto para as casas, a compra de alimentos no atacado a fim de evitar os altos preços do varejo (BETTO, 1981, p. 10).

A constatação da não existência dos congregados marianos e apostoladas da oração no local foge das características comuns que levaram a fundação de comunidades rurais na diocese de Parintins, afinal Cérqua (1980, p. 163) diz que “1940 - a 11 de maio Pe. Paulino funda a Congregação Mariana em Maués”. Ainda sobre o número de comunidades tem-se:

Um grande número dessas comunidades, particularmente nos primeiros anos, nasceu como Congregações Marianas de homens, com capelas para culto e reuniões formativas [...] e aos Marianos foram se acompanhando outros movimentos e irmandades, como as Senhoras do Apostolado da Oração, a Cruzada Eucarística infantil, Clubes de Jovens etc...; e foram se organizando as várias atividades comunitárias coordenadas por pessoas responsáveis, qualificadas em cursos administrados pela Prelazia no Centro de Treinamento ou no próprio interior. (CÉRQUA, 1980, p. 311).

Os comunicados sobre os trabalhos no centro comunitário ocorrem ao final dos cultos realizados aos domingos a partir das 08:30. A coordenação programa as atividades necessárias, define os dias e horários e estabelece prazos para a efetivação dos serviços. Segundo uma interlocutora de 38 anos, os moradores, ao participarem dos trabalhos assinam livro ata para registro de frequência e os que não podem estar presentes no dia, doam alimentos e insumos para o serviço (ENTREVISTA J.P.M, 02/05/2021). Para o pagamento de contas em nome da comunidade é feita arrecadação entre os moradores, por exemplo, a conta de energia do funcionamento do poço artesiano todos os comunitários pagam a cota de R\$ 5,00 mensal. A manutenção da igreja é feita por doações de fiéis através do dízimo e das coletas do ofertório nos cultos dominicais.

#### **4.7 A produção, a economia e os enlaces com a cidade**

A produção e a economia são interligadas e interdependentes desde que a humanidade percebeu que viver em comunidades com muitos indivíduos, neste caso,

algumas dezenas, viabilizou o cultivo de culturas diversas e necessárias a alimentação dos seus membros, ao mesmo tempo que ampliou a variedade da oferta de insumos para todos, apesar da sazonalidade. Assim se compreende que:

A economia agrícola se baseava em um ciclo sazonal de produção, compreendendo longos meses de cultivo seguidos de breves períodos de colheita. Na noite após o fim de uma colheita farta, os camponeses podiam celebrar tudo o que tinham obtido, mas dali a uma semana estavam novamente se levantando ao amanhecer para uma longa jornada de trabalho no campo (HARARI, 2020, p. 109).

As influências do clima e do ciclo dos rios são determinantes para determinar a produção local, principalmente quando se leva em conta que estes fatores determinam a produtividade das culturas agrícolas cultivadas pelos ribeirinhos. Em anos em que ocorrem mais dias chuvosos ocorre dificuldades para a queima dos roçados ocasionando o atraso no plantio das culturas. nos períodos em que o sol predomina ocorre a dificuldade com o desenvolvimento das plantas ocasionado pela falta de umidade no solo. Portanto, considerando que a produção ribeirinha contribui para a alimentação da população urbana é preciso discutir a importância da comunidade rural para a cidade e para si mesma levando em conta a microeconomia e seus enlances com o urbano e a anexação do urbano no rural.

A produção do guaraná, que ocorre nas comunidades, representa 1/3 da renda anual dos ribeirinhos, pois Maués é o maior produtor do fruto, seguido por Presidente Figueiredo e Urucará. Em 2018, Maués recebeu o Selo de Indicação Geográfica para o guaraná produzido na região considerada centro de tradição do guaraná (FAGUNDES, 2019). Em 2020 o município de Maués conta com 990 agricultores de guaraná e 7 organizações participantes do projeto de rastreamento da produção com a valorização do produto e venda direta que foi implementado a partir de 2019 (AMAZONAS – IDESAM, 2020) que produzem cerca de 300 ton./ano. Ocorre ainda a pecuária de corte, hortaliças, suinocultura e agricultura com foco na mandioca e seus derivados. A SEPROR, informa que dos doze Polos de Desenvolvimentos Sustentáveis – PDS, definidos na LOM, o polo IV é o que mais contribui com produtos da agricultura familiar para venda na feira do produtor nas cidades.

A distribuição de produção entre os polos e comunidades ribeirinhas carece de reformulação para que atenda a todas as localidades, visto que os polos 03, 06, 07, 09 e 11 apresentam pouca ou nenhuma produção, obrigando a importação de produtos para atender ao mercado consumidor local.

Art. 2º ...

§ 1º O Município é dividido em regiões, sendo 12 (doze) polos de desenvolvimento sustentável; também poderá dividir-se, para fins administrativos, em distritos a serem criados, organizados, suprimidos ou fundidos por lei após consulta plebiscitária a população diretamente interessada, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei, observada a legislação pertinente e outros requisitos exigidos nesta Lei Orgânica. Lei Complementar disporá sobre os critérios de criação, desmembramento, fusão e incorporação de comunidades, núcleos e distritos (MAUÉS, 2014, p. 5).

Cada PDS contribui com diferentes produtos para o abastecimento da cidade, aquecendo a economia e proporcionando o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas. A Secretaria de Produção e Abastecimento do Município, respondeu ao requerimento do dia 01 de julho de 2020, listou os seguintes dados (TABELA 8):

Tabela 8: Produtos originados da zona rural do município de Maués

Sede/ Pólo	1*	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	TOTAL
Abacaxi	1805	27	0	5731	322	0	0	1088	0	17	0	187	9177
Alface maço	4100	13	0	105	61	0	0	136	0	8	0	0	4423
Banana cacho	954	10	0	4992	395	26	0	2525	26	92	17	444	9481
Cará	2597	76	0	8418	260	0	0	95	0	1274	0	227	12947
Cheiro verde	23574	105	0	7741	2333	0	0	2728	5	5358	0	20	41864
Couve maço	18201	26	0	756	130	0	0	51	0	101	0	0	19265
Farinha de tapioca	3738	43	0	4739	30	120	0	1506	16	13314	174	1866	25546
Jerimum	585	15	0	2832	510	0	0	564	0	98	0	136	4740
Laranja	10472	0	0	974	10383	0	0	3120	0	7736	100	2355	35140
Leite em litros	2450	0	0	80	50	0	0	46	0	0	0	0	2626
Limão	3370	4	0	3600	2846	6	0	1657	8	1209	0	346	13046
Macaxeira	4935	90	0	2058	3125	0	0	915	20	2471	0	40	13654
Mamão	1514	0	0	2542	1407	40	0	2899	0	7	0	1755	10164
Maxixe	850	53	0	1523	980	220	0	89	0	208	0	23	3946
Melancia	2120	300	0	1203	395	200	43 0	929	10 00	604	130	30	7341
Pepino	1161	0	0	284	279	0	0	95	0	10	0	15	1844
Pimenta de cheiro	963	10	0	312	927	0	0	1543	0	27	0	68	3850
Quiabo	138	0	0	0	166	0	0	3	0	13	0	0	320

Fonte: Adaptado de Requerimento SEPROR (2020).

O Polo de Desenvolvimento Sustentável IV – PDS IV, ao qual pertence Santo Antônio do Rio Morais tem a maior produção entre os 12 polos estabelecidos pela LOM (TABELA 8). Na comunidade o principal produto é a mandioca e seus derivados seguido pela fruticultura,

hortaliças e leite. A interlocutora, senhora E.F.P, 43 anos, esclarece que é produzido ao longo da semana “na semana leva farinha, tapioca, bejuzinho, os demais fazem beju pé-de-moleque, banana, cará. Tudo organizado e na madrugada de sábado carrega tudo e leva. Na sexta pro sábado não dorme direito pra ficar esperando o ônibus pra levar os produtos pra feira” (ENTREVISTA E.F.P, 12/06/2021, p. 4).

O ônibus é o principal meio de transporte dos produtos e feirantes das comunidades Santo Antônio do Rio Morais e São Francisco do Maués-Miri a partir da margem onde está localizada a EMBRAPA, a margem esquerda do rio Morais. Os produtores da outra comunidade fazem ainda o percurso de 5km pela estrada que liga as duas comunidades utilizando triciclos motorizados, motocicletas e bicicletas, para esses o trajeto é mais cansativo.

Produtos como cará e banana são facilmente encontrados nos lotes dos moradores que os plantam tanto para o consumo familiar como para venda. Um dos entrevistados, um morador de 66 anos, narrou que seus filhos fizeram roçado no lote deles, que fica rio acima, em 2019, plantaram banana e no período da colheita “os mão grande passaram por lá e levaram quase tudo, deixaram somente os verdes” e conclui “assim nós perde a vontade de plantar” (ENTREVISTA O.D.P., 02/05/2021, p. 4).

Segundo o morador de 30 anos, que já teve uma mercearia na casa de sua sogra, o consumo de produtos industrializados pelos moradores tem aumentado “quando tinha a mercearia o que mais vendia era o óleo, o frango de granja, a bolacha, o sal, arroz, feijão, macarrão, mas tem gente que pesca para alimentar sua família, mas a maioria consome produto da cidade” (ENTREVISTA D.B.M., 12/06/2021, p. 4). Essa informação é confirmada por um casal de moradores., que afirmam que por ser mais prático e devido ao asfaltamento da estrada, é mais fácil atravessar a moto e comprar comida na cidade na cheia, mas no período da seca “os alimentos da carne e peixe vem da cidade, na época cheia vem da cidade, na seca é mais fácil o peixe e os demais são conseguidos aqui mesmo” (ENTREVISTA O.B.M e P.C.B, 02/05/2021, p. 7).

Ao mesmo tempo em que ocorre a produção para a venda na cidade, com os valores conseguidos são adquiridos insumos necessários para a sobrevivência das famílias, não havendo acúmulo de riqueza, Marx e Engels (2013, p. 781) definem esse formato afirmando que “uma sociedade não pode deixar de consumir, tampouco pode deixar de produzir. Portanto, considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua

renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução”, historicamente os habitantes de Santo Antônio tem produzido e reproduzido sua existência.

Bartoli (2018, p. 170), em seu Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho – STUR, enfatiza como essa relação ocorre na prática, por “possuir duplo papel na necessidade de complementar a economia urbana enquanto exerce ligação entre os pontos de extração de recursos regionais para cidade”, visto que a produção é feita para venda e o resultado é transformado em elementos não produzidos na localidade, sobretudo elementos de primeira necessidade.

Ocorre que o nó da troca entre a urbanidade e a ruralidade consiste na aquisição de equipamentos modernos como televisor, celular, *laptops*, computador, *boombox*, frezeres, geladeira e tantos outros que são utilizados inclusive no processo produtivo. O STUR, segundo o autor “intensifica exploração de recursos florestais pela cidade ou propagação do modo de vida urbano e inserção de técnicas mais avançadas” (BARTOLI, 2018, p. 182), no caso de Santo Antônio do Rio Morais, pela proximidade com a cidade e a facilidade de acesso, somado a oferta constante de energia, o modo urbano toma assento nos lares ao longo do dia sendo possível ver crianças manuseando jogos eletrônicos ao celular, o que afeta o comportamento e a identidade e influencia o modo como conhecemos as pessoas e consolidamos nossos relacionamentos, a tecnologia está redefinindo o que é ser humano (SCHWAB, 2016), enquanto a bola de futebol e outras formas de brincadeiras deixaram de ser acionadas.

#### **4.8 Os meios de transportes**

Ao longo de sua história, e bem antes do atual assentamento, os moradores do Rio Morais, necessitavam de meios de transportes entre suas roças e suas casas e entre estas com a área urbana de Maués. Em uma classificação simplória, porém importante, se classificados como modalidades, os meios transportes utilizados são o fluvial que pertence a macroclassificação de aquaviário e terrestre na subclassificação rodoviário, afinal canoas, barcos regionais, tratores, carroças, bicicletas, motocicletas, carros e ônibus são meios importantes para o deslocamento de pessoas e produtos desde sua origem ao ponto final da cadeia para comunidades com produção de subsistência. Quanto às canoas, subentende-se, conforme classifica a Marinha do Brasil (S/D, texto digital) que “são consideradas Embarcações Miúdas: a) Com comprimento inferior ou igual a cinco (5) metros [...]” não tendo referência na definição, ao material utilizado na construção destas embarcações miúdas.

Sabe-se que a conformação das redes urbanas está diretamente ligada a funcionalidade dos sistemas de transporte. Neste início de Século XXI houve um incremento de possibilidades de transporte na região modificando os tempos e trajetos e viabilizando maiores interações entre as cidades, os interiores, a região e as nações que compõe a Pan-Amazônia (BUTEL; SCHOR, 2017, p. 504).

Embora tratemos do transporte em zona rural de município do interior do Amazonas, é merecida atenção para a forma do fazer o deslocamento dentro de sua microrregião. Não é uma justificativa, mas um campo a ser explorado com afinco e atenção. O uso de pequenos meios, os já citados canoas e barcos regionais, ampliam a capacidade de deslocamento de produtos e pessoas em áreas com pouca ou nenhuma estrutura, aliás são os únicos meios de transporte construídos para acessar igarapés, furos, lagos e rios com baixa profundidade, porém habitados.

Estas embarcações, de baixo calado, têm na sua construção técnicas que permitem aproveitar ao máximo o espaço interno mantendo a navegabilidade como afirma Bartoli (2018, p. 180) “Canoas pequenas ou grandes não são registradas em Capitânias [...] Percorrem pequenas distâncias atravessando canais hídricos rasos, acessando territórios e recursos não acessíveis por outras embarcações”. Os recursos que estas embarcações permitem acessar em Santo Antônio do Rio Morais são desde a pesca nos igapós até a penetração nas cabeceiras do rio onde tem porto para descarregar a produção vinda do centro, do meio da mata. É fato que não se pode ignorar a importância destes elementos que fazem a ligação entre a matéria prima e o local de processamento e produção.

A travessia do rio Morais para acesso a estrada homônima que leva a cidade é feita através de canoas de madeira com motor de popa, denominados de rabeta, e pela balsa ecológica (FIGURA 13) planejada e construída pela comunidade junto com alunos de uma das universidades particulares que atuam no município. O material utilizado nesse projeto foram garrafas pet, bambu, cordas de nylon, tela plástica e madeira, ou seja, o veículo é ambientalmente correto e está em uso há seis anos.

Figura 13: Balsa ecológica em garrafa pet e madeira



Fonte: Acervo pessoal de Josene Araújo (2014).

O uso da rabetá (FIGURA 14) consiste no “desenvolvimento do transporte fluvial gera alterações de centralidades nas cidades pequenas da Amazônia” (BARTOLI, 2020, p. 29), pois são parte da formação da rede urbana como o elo entre o ribeirinho, sua cultura e produção e o urbano.

Figura 14: Rabetas



Fonte: Do autor (2021).

No deslocamento terrestre é comum encontrar bicicletas e motocicletas tanto entre as residências e as roças quanto para a cidade. A introdução do triciclo, não motorizado, fabricado

a partir da estrutura do quadro de bicicleta, tem ganhado importância devido a capacidade maior de carga e volume. Na ida para a roça esses veículos carregam os trabalhadores e no retorno trazem os produtos. O triciclo é um veículo de transporte desenvolvido criado em 1995, em Parintins e que se tornou muito popular naquela cidade principalmente durante o festival folclórico (AMAZONASTUR, 2019). Com o tempo foi introduzido como veículo de transporte nas comunidades rurais substituindo animais como o cavalo, o burro e o jumento. A adoção desses equipamentos foi facilitada pelo acesso ao crédito rural para alguns dos moradores e pela possibilidade de compra de veículos novos através dos consórcios de motocicletas e motores estacionários, os rabetas.

Com o aumento da capacidade de deslocamento de carga ampliado foi possível aumentar a produção e reduzir o tempo de atividade na roça dando às famílias a possibilidade de também aprimorar processos de produção e elaborar melhor os produtos, um exemplo a esse respeito são os bejus pé-de-moleque que agora são produzidos com leite de castanha e ervas aromáticas proporcionando ao olfato e ao paladar sensações únicas. Todas essas inovações do produto aumentaram as vendas permitindo melhor qualidade de vida aos envolvidos.

#### **4.9 Educação**

Os serviços básicos de saúde e educação tem formas diferentes de ação na comunidade. A escolarização de Maués, entre 6 e 14 anos, é de pouco mais 93%. São 179 escolas de ensino fundamental e 5 de nível médio. São 823 professores atuando no ensino fundamental e 143 no ensino médio. A educação é ofertada através da Escola Municipal Manoel Cabral de Moraes que está estruturada em duas salas de aulas, banheiros e cantina. Segundo o morador J.B.M., recentemente foram instalados forro em PVC, pintura nova, condicionadores de ar que não estão funcionando, quadro branco, carteiras e mesas novas (ENTREVISTA J.B.M., 27/06/2021, p. 6). Dados da Secretaria Municipal de Educação de Maués – SEMED, dizem que a escola no ano de 2020 atendeu 30 alunos sendo 10 da educação infantil e 20 em sala multisseriada do 1º ao 5º, com duas professoras, de origem local, contratadas para essa finalidade (TABELA 9).

Tabela 9: Escolas Municipais PDS IV – Setor Maués Miri

Escolas Municipais	Ed. Infantil	1º ao 5º	Modular	EJA ao 9º	6º	Total de Alunos	Total de Professores	Comunidade
Boa Esperança	-	14	14	-	-	28	2	Boa Esperança
Manoel Cabral de Morais	10	20	-	-	-	30	2	Santo Antônio
Carlos José Esteves	-	12	-	-	-	18	1	Santa Maria
São Raimundo I	-	24	11	-	-	35	2	Menino Deus
São Raimundo II	-	26	-	-	-	26	2	São Raimundo
Sindney Ricardo	-	26	20	-	-	45	2	Fé em Deus
Raimunda Dinelly	10	29	30	14	-	82	6	São Marcos

Fonte: Adaptado do Ofício resposta SEMED em 09/10/2020.

A escola adota o modelo multisseriado devido a pouca demanda de crianças na localidade, não havendo alunos para a Educação de Jovens e Adultos – (EJA). A respeito da motivação dos estudantes temos:

Em virtude da quantidade de alunos matriculados nas escolas do campo, principalmente nas que atendem aos anos iniciais do Ensino Fundamental e a Educação Infantil, alguns alunos são agrupados em turmas multisseriadas, formadas, sobretudo, em locais onde há poucos estudantes de cada ano/série. Em uma mesma turma, são encontrados alunos com diferentes idades e diferentes etapas de escolaridade, o que é considerado pelo sistema institucional como “o modelo que possibilita que comunidades pequenas, que tenham poucas crianças não tenham que se deslocar para regiões mais distantes (Coordenador Pedagógico do Campo) (PIMENTAS, 2015, p. 60).

Os relatos das moradoras E.P.R e J.P.M., destacam a importância da manutenção da escola levando em conta pelo menos três motivos: o primeiro é que ambas foram alunas da escola durante a infância e tem afinidade emotiva, a segunda é que mantém a comunidade unida em torno da educação da crianças o que faz com que busquem melhorias para todos e, por último, consiste na permanência das crianças, nos primeiros anos escolares, próximas aos pais e à vista dos familiares, sendo possível acompanhar sua evolução, participar das reuniões na escola e ajudar a preparar as datas festivas ENTREVISTA E.P.R. 02/07/2021, p. 6; ENTREVISTA J.P.M., 02/05/2021, p. 6).

#### 4.10 O cuidado com o meio ambiente

Uma visão mais geral de Santo Antônio do Rio Morais mostra a racionalidade do uso dos recursos naturais disponíveis. Se considerado o que é refletido como floresta primária, as

brocas para a roça mantem o mesmo modo e forma dos pioneiros: áreas desmatadas de até 1 ha. por família e no caso da mata secundária, relatos informam que, dependendo da cultura a ser cultivada, pode chegar até a 5 há. (ENTREVISTA J.B.M., 27/06/2021, p 7), que não é tão comum, pois as plantações de guaraná, por exemplo, são ampliadas anualmente porque dependendo dos recursos financeiros envolvidos o agricultor precisa de financiamento através de projetos junto a órgãos de fomento.

O manejo dessas áreas consiste basicamente na derrubada, broca, queima, encoivramento, plantio, capina e colheita dos produtos. Ao mesmo tempo em que ocorre, o plantio de culturas de ciclo curto – menor que um ano, são efetuados nas roças como o cará, o feijão, arroz, batata doce e até culturas experimentais como o amendoim, batata do ar (ENTREVISTA O.B.M e P.C.B, 02/05/2021, p. 7). Parte da roça é separada para estes cultivos e o trato cultural ofertado consiste na adubação das covas com esterco de galinha ou gado, paú, cinzas, folhas apodrecidas sendo responsabilidade da mulher esta atividade.

Nas matas da localidade são encontrados espécimes cuja conservação tem se tornado importante aos moradores visto que tem utilidades distintas na economia, na alimentação e no trato da saúde. Servem também como fonte de alimentos para animais silvestres permitindo-os reproduzir e repor os estoques para caça. Assim como os quintais agroecológicos, a mata cultural tem sua importância no contexto ambiental, para tanto se tem:

Algumas espécies úteis estão presentes nas matas secundárias, não por terem sido plantadas ou transplantadas pelo homem, mas porque foram disseminadas por animais atraídos por alimentos (frutos, tubérculos) encontrados nas plantações, o que configura um tipo de ação indireta. Uma mata cultural pode estar associada ou não a um sítio arqueológico e à ocorrência de terra preta (PARDINI, 2012, P. 594).

Os quintais da vila de Santo Antônio do Rio Morais são classificados como agroecológicos ao apresentar diversidade de espécies de plantas, manga, abacate, mamão, biribá, fruta do conde, cupu, cacau, caju, coco, e animais como pato, galinha, marreca, porco para o consumo das famílias e eventualmente para venda durante as festividades da comunidade. “Os quintais estão próximos às moradias com cultivos de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas. [...] importantes fontes de alimentos, constituídos pelas frutíferas, utilizadas no consumo doméstico e na venda de seu excedente” (SANTOS, 2012).

A conformação dessas variáveis consiste no ciclo do nitrogênio quando as plantas extraem os nitratos do solo para crescer e produzir, ao frutificar alimentam humanos e animais domésticos. Os animais domésticos, ao evacuar, tornam o solo rico em nutrientes - nitratos, que

completam o ciclo. O processo de reaproveitamento de sobras de alimentos e frutas são disponibilizados nos quintais e imediatamente consumidos pelos animais que são criados para alimentar a família em dias sem pesca, caça e em datas comemorativas também são vendidos em forma de pratos típicos. Às mulheres cabe a gestão destes quintais, pois estes fazem parte da casa e a casa está aos cuidados da mulher.

O Quintal Agroecológico é um sistema que integra os saberes das pessoas, produz alimentos de base ecológica em 10% de um hectare, aproveita resíduos e sobras de uma atividade para outras, reduz custos de produção, interage a produção animal com vegetal. Aproveita área e (re) circula água; promove a rotatividade de produção; aproveita a energia de uma cultura para outra; diminui externalidades (uso do que é de fora); agrega valores aos produtos; transforma resíduos em fertilizantes naturais; fortalece a subsistência, produz excedentes para a comercialização em mercado de ciclo curto para promoção da transição agroecológica (UFDPAR, 2019).

O relato de R.M.B., 37 anos, denota um aspecto importante sobre a produção de lixo na localidade quando afirma que “tem lixo!” (ENTREVISTA, R.M.B., 02/05/2021, p. 7). O lixo encontrado ao qual se refere o morador é o inorgânico, tendo no plástico de embalagens a maior quantidade. No entorno da comunidade são encontradas cascas de bombom, copos descartáveis, marmitas de isopor, garrafas pet, garrafas de vidro, fraldas descartáveis, embalagens de frango, latas de sardinha, conserva, latas de bebidas.

Relatos de que foram retirados do leito do rio restos de malhadeiras que abandonadas são armadilhas para a fauna aquática. Logo no início da estrada para São Francisco do Maués Miri, foi visualizado uma lixeira que embora pequena em tamanho, aparenta estar ali há algum tempo sem o cuidado necessário. Aliás esse é em problema recorrente nas comunidades rurais onde não há coleta de lixo, obrigando os moradores a destinarem-no para longe de todos, mesmo que sem o mínimo de condição para tal.

O lixo plástico e vidro espalhados pelos quintais e margens da cabeceira indica que os hábitos ancestrais como descartar sobras do almoço, cascas de uma fruta qualquer ou a folha de bananeira que serve como invólucro para o beju pé de moleque, que é orgânico e degradável, não tem mudado, ocorre que nesse modo de descarte foi inserido também os inorgânicos, materiais insustentáveis, gerando poluição ambiental. O modo de vida permanece, mas o que está mudando e se tornando, menos sustentável, são os materiais que são poluentes e não biodegradáveis. Santos (2005, p. 30) afirma que “há dois tipos de mudança cultural: uma, que é interna, resultante do próprio sistema cultural, e uma segunda que é resultado do contato de um sistema cultural com o outro”.

Os hábitos dos ribeirinhos de Santo Antônio do Rio Morais necessitam de readequação para o descarte de produtos não biodegradáveis, se faz necessária mudança da cultura interna, uma reformulação dos hábitos. Contudo até o momento da pesquisa a comunidade não desenvolvia nenhuma ação sistemática e consistente para essa questão. Ações pontuais como dia da limpeza são realizados por alunos e moradores, porém após a coleta do material não local específico para o descarte efetivo.

Importante tratar que foi desenvolvida entre comunitários, SEDEMA, IBAMA, IFAM e uma universidade particular de Maués, em 2014, o projeto para construção da balsa ecológica para fazer a travessia do rio Morais que é empurrada por um motor rabeta de 13hp, à gasolina. O desenho consiste no casco flutuante retangular feito com 4.000 garrafas pet, cordas, madeira, medindo 7 m X 4 m. tendo a capacidade de carga para até 30 pessoas. Carros de passeio utilizaram do equipamento para atravessar o rio. A partir de então grupos de motociclistas e ciclistas visitam com regularidade a comunidade para passeios na estrada, visitas a parentes e conhecidos. Parte das garrafas pet utilizadas na construção foram coletadas na própria comunidade e as demais foram doadas a partir de atividades de extensão realizadas pelo IFAM/CMA e universidades com apoio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

A caça e a pesca são usos racionais do meio ambiente e tem a finalidade de alimentar as famílias. O peixe e carne de caça são relativamente abundantes, em razão da consciência na exploração dessas fontes de alimentos que são extraídos somente para o almoço do dia. Na mata são encontradas mamíferos como a paca, cutia, tatu, veado, caititu, guariba, os répteis como o jabuti, o pitiú, iacá, aves como inambu, jacu, gongom dentre tantas outras caças, contudo os mais consumidos são aqueles que tem reprodução mais acelerada como tatu, paca e caititu.

Relatos sobre as primeiras famílias, principalmente os contados por moradores mais antigos, que ao fazê-lo demonstravam certo saudosismo no olhar, levam a forma de organização social mais pujante claramente selada com as partilhas de caças entre famílias. Partilhar a caça fazendo com que os filhos embarquem nas canoas para levar um naco de carne para todos os conhecidos, a iniciar pelos compadres e familiares, era a demonstração prática da solidariedade existente entre todos. Essa solidariedade é uma herança dos princípios que deram origem às relações de compadrio e boa vivencia e que foram a base para a constituição das próprias CEB. Lira e Chaves (2015, p. 69) enfatizam que “a comunidade é o espaço em que se solidificam as relações sociais e modos de vidas específicos, bem como, formas de gestão apropriadas dos recursos locais, o que evidencia o importante papel da cultura”, ou seja, as expressões pelo

olhar rememorando tempos idos, os considerando bons tempos, consiste na tentativa de manutenção das relações de proximidade, afeto, respeito e expressam a importância do lugar para cada um.

A caça ocorre nas áreas de matas mais altas, independente da posse do terreno, pois se considera que caçar é um direito tão importante quanto o tomar água, ter uma casa, respirar. O caçador identifica um local propício, onde os animais estejam se alimentando ou identifica uma vereda usada para deslocamento, e prepara a emboscada armando o moitá no dia anterior. Para caças como tatu e paca o período mais adequado para sua realização são as noites escuras, com lua nova, fora do período chuvoso, pois as folhas ficam quebradiças e é possível ouvir a aproximação do animal a certa distância permitindo o caçador se preparar para o tiro. Há situações nas quais foi identificada trilha e são preparados ‘tocos’ que são espingardas caseiras preparadas com cano curto e coronha feita em madeira, com formato rústico, que são armadas de acordo com a identificação, pela pegada, do animal que transita no local. São armadas geralmente no início da noite e verificada antes do amanhecer do dia seguinte, ou seja, há toda uma preocupação com o ciclo reprodutivo dos animais de caça. enfatizam a preocupação também com a manutenção do ciclo reprodutivo dos animais de caça.

durante o período chuvoso, alguns animais estão em fase reprodutiva e, dessa forma, também não é aconselhável caçar, pois as chances de matar uma fêmea prenha ou um filhote são maiores, fato que comprometeria a reposição natural das espécies tendo como consequência, perdas populacionais e diminuição de caças futuras (GUIMARÃES *et al* 2019, p. 8)

Caçar veado, caititu, guariba precisa de abordagem diferente devido serem animais diurnos, então nessas circunstâncias são identificados os locais de alimentação ou trilhas para que seja planejado o evento que envolvem cães e até outros caçadores. Essa atividade demanda pelo menos metade do dia. É importante esclarecer que a caça do caititu é feita de forma preventiva, pois estes animais andam em vara de centenas de membros e um ataque deles às roças significa prejuízo para o restante do ano, pois influencia diretamente na atividade produtiva e nos ganhos financeiros fruto da venda de produtos do setor primário. Há relatos de visagens que serão abordados em momento próprio.

O peixe é a principal fonte de proteínas do ribeirão. A pesca é para o autoconsumo, que, para Lima (2012), consiste no quantitativo destinado ao consumo dos pescadores para alimentar suas famílias e que é retirado do montante pescado no dia. Interessante que os relatos consistem no uso de armadilhas e métodos mais elaborados e sem o uso de material

industrializado. Todos, inclusive as mulheres, tem a responsabilidade para com a pesca visto que o peixe é o alimento mais consumido pelas famílias. Malhadeiras, tarrafas, caniços, arco e flexa, zagaia, sararaca, arpão, linha comprida, espinhel são apetrechos de pesca comuns e praticamente todos tem.

O rio Morais tem piscosidade boa com variedade de peixes de escamas, os mais comuns em águas pretas e ácidas. Jaraqui (*Semaprochilodus sp.*), charuto/orana (*Hemiodopsis goeldii*), aracu (*Leporinus sp.1*), pacu (*Mylossoma spp.*), arari (*Chalceus macrolepidotus*), sulamba/aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*), tucunaré (*Cichla sp.*), acará branco (*Biotodoma cupido*), sardinha (*Triportheus spp*), curimatã (*Prochilodus nigricans*), branquinha (*Potamorhina spp*), peixe cachorro (*Acestrorhynchus falcatus*) são algumas espécies presentes, contudo os mais consumidos são o jaraqui, o charuto e especialmente o tucunaré. Subindo o rio, segundo os pescadores, os peixes são maiores, porém com cardumes menores, supõe-se que nas cabeceiras estão os predadores maiores o que faz com que cardumes não cheguem tão longe.

Durante o ciclo de reprodução dos peixes mais consumidos, a piracema, ocorre a partir de dezembro, exatamente no início do período da cheia/chuvoso. A comunidade tem a noção da necessidade de preservação das espécies. Essa consciência ocorre a partir das observações adquiridas ao longo dos anos, alinhada ao aumento do número de famílias no local comparado ao estoque de peixes. No início dos anos 2000 foi observada redução considerável que chamou a atenção dos comunitários para a escassez ocasionada na época. Então a decisão tomada consistiu na busca de informações sobre o que estava ocorrendo e as previsões futuras. Ao final, a comunidade decidiu proibir qualquer modalidade de pesca que não seja a de autoconsumo. Em curto prazo os estoques foram retomados refletindo na qualidade de alimentação dos locais.

#### **4.11 Políticas de participação nas decisões da comunidade**

Em termos de decisões coletivas relativas ao uso dos recursos naturais disponíveis, é prática considerar as opiniões dos comunitários que tem a experiência e vivência sobre situações adversas conforme esclarece Bilar e Pimentel (2020, p. 155) “o empoderamento relaciona-se aos processos de crescimento e de autonomia dos membros de uma comunidade, os quais refletem na melhora de sua qualidade de vida”. Ao que parece Santo Antônio do Rio

Morais se posiciona hoje como uma comunidade de fronteira entre o urbano e o rural, entre a conservação e exploração da natureza, entre a manutenção e respeito da cultura e tradições ribeirinhas e a tecnologia da globalização.

É uma comunidade de fronteira à medida que é utilizada pelas comunidades do Médio e Alto Maués Miri, PDS IV, como nó de transporte para aproximação da ruralidade com a urbanidade. O desembarque de produtos e pessoas no porto da comunidade vizinha de São Francisco do Maués Miri com o trajeto através da estrada que liga as duas comunidades aumenta o fluxo de pessoas e produtos implicando na melhoria da estrutura do local desde a necessidade do uso da balsa que conecta à estrada dos Morais, como da estrutura de atendimento na localidade com pequenas mercearias e bar não tendo ainda restaurante. Logo as discussões consideram este fato como preocupação dos residentes quanto ao tráfego de pessoas estranhas aos moradores.

A base das decisões tomadas pelos moradores consiste em solucionar situações que afetam a todos diretamente. De acordo com o interlocutor de 37 anos, os trabalhos de limpeza e manutenção do espaço comunitário, do campo, da sede social e da igreja ocorrem a partir do plano de atividades anuais que incluem trabalhos necessários para manutenção destes equipamentos sociais que envolve pintura, reparos e limpeza, ocorrem pouco antes dos festejos ao padroeiro. A manutenção da balsa e do motor de popa depende da necessidade, do problema causado e do causador. O plano de atividades anuais também consiste nas programações dos preparativos para as comemorações ao dia das mães e dos pais, semana da pátria, dia das crianças, natal e ano novo (ENTREVISTA R.M.B., 02/05/2021, p. 6).

Há situações que requerem decisões que envolvem a palavra do pároco ou do padre que atende a comunidade, contudo as decisões de ordem interna são tratadas a partir da elaboração de comunicado feito pela coordenação da comunidade no domingo durante o culto, marcando data e hora para a reunião e o assunto a ser deliberado. Problemas entre vizinhos e seus quintais e criações também são tratados quando a situação foge do controle e prejudica a todos. Na história da comunidade há registro de uma contenda entre dois moradores de lotes fora da vila que gerou inclusive a presença do delegado para dirimir a situação. O registro no livro de atas consiste no seguinte:

Comunidade Santo Antônio: Rio Morais  
Paróquia de Maués, 12 de março de 1998  
Ata de reunião sobre: porcos e agente de polícia

O presidente Florindo falou e deu início, apresentou o senhor Barreto e o delegado e passou a palavra ao senhor Barreto.

Barreto falou primeiro sobre os porcos que os porcos não devem viver junto com as pessoas porque os porcos causam doenças infectadas pelos cocôs e urinas dos porcos. E falou que os porcos devem ser presos num chiqueiro próprio.

Os comunitários podem criar sim, mas não junto com as pessoas, num lugar separado. Ele perguntou qual dos comunitários que cria porcos? Os seu Manoel Anastácio é criador de porcos, mas estão presos no chiqueiro e na casa do terreno dele. O seu Dorival cria também, mas está preso.

O senhor Jorge falou que os porcos causam prejuízos a ele. Os porcos, já faz um tempo que vivem prejudicando suas plantações e o seu Manoel Anastácio falou que os porcos só saem quando cai pau da cerca e rebenta o arame. Ele pediu pra mostrar os prejuízos que os porcos fizeram que ele paga. Mas ele falou que o seu Jorge e o seu Manoel Anastácio devem ser unidos, pois sem união as pessoas não vão pra frente.

O delegado falou pros criadores de porcos procurarem assistência técnica que o criador deve ter.

O seu Osvaldo perguntou se é proibido criar porcos? O delegado responde, não é proibido, se criam é porque precisam,

Os comunitários devem criar, mas tendo a assistência técnica que o prefeito dá.

O delegado falou que os criadores devem procurar se reunir e conversar, e depois procurar o prefeito para dar início a um chiqueiro próprio para a criação dos porcos dos comunitários.

O Barreto falou que deve ter união com as pessoas para não haver contrito com os vizinho.

O delegado disse que está a disposição de todos os comunitários.

Que é um prazer imenso está aqui em nossa comunidade Santo Antônio dos Morais. Sobre o delegado de polícia da comunidade resolveu que vai ficar sem agente de polícia, fica sendo responsável a diretoria da comunidade.

Se tiver algo errado qualquer um da diretoria pode resolver o problema. (COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO DO RIO MORAIS, 1998, p. 1).

Embora acalorada, como toda reunião de comunidade rural, o documento não registra as medidas tomadas a partir da análise da situação encontrada, pois como é possível perceber, a presença da autoridade policial e do funcionário do poder público serviram para amenizar a situação e permitir que chegassem ao consenso. Um dos presentes na reunião e que questionou a situação, ao ser indagado na etapa de visitas à comunidade, demonstrou que o aprendizado foi importante, afinal atualmente na vila não é permitido criação de animais de médio porte, contudo nos lotes essa limitação não chega. Os lotes aos quais se refere são os conhecidos sítios particulares.

Este episódio demonstra a confiança da comunidade nas autoridades municipais ao mesmo tempo que confirma que problemas oriundos dos consortes podem e devem, antes de qualquer outra medida, ser levado ao coletivo que proporá medidas mitigadoras para a manutenção da boa relação de vizinhança e compadrio. Chiavenato (2014, texto digital) trata destas decisões como descentralizada afirmando que:

A descentralização faz com que as decisões sejam pulverizadas para os níveis mais baixos da organização. A tendência moderna é descentralizar para dar melhor

utilização dos recursos humanos. O princípio que rege a descentralização é assim definido: a autoridade para tomar ou iniciar ação deve ser delegada tão próximo da cena quanto possível (CHIAVENATO, 2014, texto digital).

Definições quanto ao processo eleitoral, prestação de contas anual, aceitação de famílias novas na comunidade são feitas pelo conjunto de moradores sempre tendo base o bem-estar de todos. A atual coordenação, assim como as coordenações que já passaram pela gestão são unânimes em afirmar que todas as decisões devem ter a participação de todos que queiram participar. Ou seja, o exercício da coordenação exige necessariamente que a liderança seja exercida de forma democrática e participativa conforme enfatiza Chiavenato (2014, texto digital), “O comportamento dos grupos sociais é influenciado pelo estilo de supervisão e liderança. O supervisor eficaz é aquele que possui habilidade para influenciar [...], obtendo lealdade, padrões elevados de desempenho e alto compromisso com os objetivos da organização”.

Outro episódio ocorrido há muito e colhido a partir de conversas com vários moradores, narra que no início, uma família de indígenas foi acolhida na comunidade. Um dos habitantes mais ‘animados’ e que costumava brincar e fazer sorrir a todos com suas piadas, contos e causos, e que após uma noite de bebedeira, desapareceu sendo que seu casco foi visto no meio do rio sem o remo e o dono. Passadas algumas horas o corpo foi encontrado boiando em uma das cabeceiras. Ao tomar conhecimento do ocorrido, o então presidente se dirigiu a cidade para comunicar ao delgado o fato enquanto as narrativas se ampliavam entre os locais. As suspeitas recaíram sobre um dos membros da família indígena, esta então procurou advogado e no dia seguinte mudou-se para outra localidade. O fato não foi esclarecido e permanece como trauma entre os moradores. Recentemente ocorreu outro episódio violento com uso de arma gerando repulsa e descontentamento.

A partir disso, todas as famílias que queiram morar na vila devem passar pelo crivo dos comunitários e da coordenação. Esse processo funciona como um filtro social e comportamental que visa averiguar se os pleiteantes preenchem minimamente as exigências necessárias.

#### **4.12 Práticas culturais da comunidade**

A cultura ribeirinha é mantida e passada para as novas gerações a partir do fazer diário da alimentação, dos remédios caseiros com plantas medicinais dos quintais e do ‘mato’. Em Santo Antônio do Rio Morais essas tradições revelam receitas de chás (FIGURA 15), alimentos,

infusões, técnicas de ‘puxação de dismintidura’, benção que remontam a ancestralidade aprendida ali e em outros locais. Plantas não nativas da região misturadas a plantas nativas formam o arsenal de possibilidades de tratamento para muitos males comuns na zona rural.

Figura 15: Chá de erva cidreira



Fonte: Elessandra Parintins (2022).

O uso de remédio caseiro, elaborados a partir de conhecimentos repassados de geração em geração se faz presente, sobretudo com os mais idosos da comunidade que conhecem também benzeções e rezas para diversos males. A notícia de que na localidade havia uma curadora, fez com que a família de uma das moradoras mais antigas da comunidade migrasse em busca da cura para a doença, ela depõe que “o deslocamento ocorreu devido a uma doença nos olhos que a mesma desenvolveu ainda na adolescência e que foi curada a garrafadas de ervas elaboradas por uma das moradoras antigas utilizando plantas diversas” (DIÁRIO DE CAMPO, 21/10/2020, p. 1).

As benzedoras — mais que os benzedores —, afirma UFOPA (2016, p. 18) “tem uma longa história na região. Já no período colonial, a prática de benzer, curar e partejar era exercida por mulheres que tratavam principalmente de outras mulheres, em um mundo onde os médicos eram raríssimos”. Embora vistos pelos neopentecostais como praticantes de bruxaria, exercem papel importante na comunidade que os tem como líderes espirituais e parteiras. Com a

contratação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e devido a melhores condições de deslocamentos entre a zona rural e a cidade essas práticas estão mais esquecidas ou desconhecidas pelos mais jovens. Abaixo (TABELA 10) estão listadas as principais plantas medicinais e seus usos:

Tabela 10: Plantas medicinais: usos

<b>Planta</b>	<b>Uso</b>
Amor crescido ( <i>Portulaca pilosa L.</i> )	Dor de estômago, cicatrizante, diarreia, erisipela e queimadura
Anador ( <i>Plectranthus barbatus</i> )	Antiinflamatório, expectorante, afta, corte
Arruda ( <i>Ruta graveolens L.</i> )	Chás, infusões, mal olhado, benção
Batatao ( <i>Ipomoea asarifolia</i> )	Coceiras, purgante
Boldo ( <i>Peunus boldus molina</i> )	Dor de estômago, problema de renal
Cabacinha de mucuracaá	Banho fede para curar brabeza, rinite, sinusite,
Canela de velho ( <i>Miconia albicans</i> )	Dor nas juntas (inflamação nas articulações)
Carapanaúba ( <i>Aspidosperma excelsum</i> )	Fígado, rins e baço, malária
Capitiú ( <i>Siparuna guianensis</i> )	Banho fede para tirar mau olhado
Catinga de mulata ( <i>Tanacetum vulgare</i> )	Banho fede para curar brabeza, verminose, reumatismo, piolho
Cidreira ( <i>Mikania parviflora</i> )	Febre e reumatismo
Cipó alho ( <i>Mansoa alliacea</i> )	Febre, dor de cabeça, gripe, reumatismo
Crajiru ( <i>Fridericia chica</i> )	Cura sapinho, ferimentos, ferimentos e nervos
Cebola brava ( <i>Amaryllis belladonna</i> )	Lavagem estomacal
Cuia mansa ( <i>Yucca filamentosa</i> )	Banho fede para curar brabeza
Elixir paregórico ( <i>Piper callosum Ruiz. et Pau</i> )	Vento na barriga, menstruação, reumatismo
Hortelãzinha ( <i>Mentha Pulegium</i> )	Calmante, expectorante, antimicrobiano, estômago
Hortelã grande ( <i>Plectranthus amboinicus</i> )	Anti-inflamatório, antifebril, expectorante
Jambu ( <i>Spilanthus oleracea</i> )	Dor de dente, dor de garganta e herpes
Japana ( <i>Ayapana triplinervis</i> )	Banho fede para curar brabeza, tônico capilar
Jucá ( <i>Caesalpinia férrea</i> )	Gota, hemorragia, reumatismo, cólica intestinal
Laranja ( <i>Citrus cinensis</i> )	Chá para dor de estômago
Limão ( <i>Citrus limon</i> )	Analgésico, laxativo, depurativo
Mangarataia ( <i>Zingiber officinale</i> )	Prisão de ventre, anti-inflamatório, analgésico
Mastruz ( <i>Chenopodium ambrosioides</i> )	Diarreia, ferida inflamada, asma, pneumonia
Mucuracaá ( <i>Petiveria alliacea</i> )	Banho para crianças
Óleo elétrico ( <i>Piper callosum Ruiz &amp; Pav.</i> )	Diarreia, prisão de ventre
Oriza ( <i>Pogostemon heyneanus</i> )	Banho de cheiro para curar quebranto, urina solta
Piã branco ( <i>Jatropha sect.. curcas</i> )	Dor de dente
Piã roxo ( <i>Jatropha gossypifolia</i> )	Mal olhado, benção
Pitanga ( <i>Eugenia uniflora L.</i> )	Diarreia
Pobre velho ( <i>Costus spicatus</i> )	Infecção urinária, dor nos rins
Quebra pedra ( <i>Phyllanthus niruri L.</i> )	Dor de urina
Salvinha ( <i>Salvia officinales</i> )	Chá para dor de estômago, bactericida
Sara tudo ( <i>Justicia acuminatissima</i> )	Infecções e cuidados com ferimentos
Taperebá ( <i>Spondias mombin L.</i> )	Banho de assento para hemorragia, bactericida
Trevo roxo ( <i>Hemigraphis alternata</i> )	Dor de ouvido
Vick planta ( <i>Mentha arvensis</i> )	Dor de garganta inflamada

Fonte: O autor (2021).

Folhas, caules, bulbos e raízes destas plantas são ingredientes para chás e infusões. Alguns desses chás, depois de prontos e envasados em garrafas pet, são conservados na geladeira e consumidos como água, como é o caso do chá de quebra pedra para pedra na vesícula e rins ou a água de carapanaúba para problemas do fígado. Outras ervas e plantas tem preparo que utiliza ingredientes diferentes como é o caso do preparo do mastruz com leite para combater verminoses e pneumonias.

Na mesma sequência pode-se dizer que os chás de consumo imediato e em momento necessário como o de casca de limão, mangarataia e pitanga que são ingeridos quando a pessoa apresenta sintomas de gripe e inflação na garganta junto com algum comprimido para febre. Há ainda outros ingredientes não citados pelos moradores, mas que fazem parte deste arsenal natural como o leite de amapá, leite de sucuba, casca de castanheira, casa de cupim e tantos outros que sozinhos ou junto com remédios da farmacologia industrial combatem e curam doenças.

Os banhos medicinais de assento/asseio, segundo as moradoras E.P.R., J.P.M. e P.C.B., que eram feitos com cascas de árvores travosas como o taperebá, castanha, caju, cajurana, tem pouco uso devido à proximidade da comunidade com o posto de saúde urbano que atende aos moradores e que utilizam de ‘remédios de farmácia’ para cuidar de desconfortos pélvicos provocados por fungos (ENTREVISTA E.P.R.,02/05/2021; ENTREVISTA J.P.M., 27/06/2021; ENTREVISTA P.C.B., 02/05/2021). Contudo os ‘banho fede’ são praticados pelas mães com seus bebês com diversas finalidades, como esclarece abaixo (TABELA 11):

Tabela 11: Banhos medicinais

<b>Planta</b>	<b>Uso</b>
Banho fede: banho de cuia mansa, de cabacinha de mucuracaá, japana, catinga de mulata	Curar brabeza
Banho pena branca: Folha de limão, casca de limão, japana, limão	Prevenir quebranto e gripe - corta com limão e ferve e depois de ferver coloca no sereno e pela manhã dá banho na criança
Banho de assento/travoso: casca de taperebá casca de castanha, casca de cajú	Curar hemorragia, coceiras, agonia
Banho de asseio (fede): capitú	Tirar mau olhado – banho de sexta feira e banho de segunda feira

Fonte: O autor (2021).

Foi observado que existe um quintal com muitas mudas de plantas diferentes utilizadas no tratamento de doenças. Uma interlocutora, 28 anos, conta que costuma ter em seu quintal, que se registre é cheio delas e bem conservado, a maioria das ervas e plantas de conhecimento

local para tratamento e cura dos males mais comuns aos moradores: “quando uma criança está doente de gripe lá do outro lado da vila, nem demora batem palmas aqui no quintal perguntando se tenho pitanga, mangataia pra fazer chá, porque o limão as famílias têm no quintal” (ENTREVISTA E.P.R., 02/05/2021, p. 8).

Ela é a comunitária que conseguiu deter praticamente todo o conhecimento ancestral sobre o cultivo das ervas a partir da tentativa e erro, “quando eu consigo uma planta diferente que não tenho, eu peço um galinho, uma mudinha pra mim plantar. As vezes morre e eu vou atrás de novo e tento de novo, coloco outro adubo, pau podre, esterco de galinha até pegar a muda”. E continua: “outro dia o tio trouxe uma mudinha dessa plantinha aqui que ele disse que não sabia o que era, mas achou muito cheirosa e cismou que era medicinal e daí ele disse que minha mão é boa pra plantar e trouxe. As vezes ele que arruma o paú pra colocar no pé” (ENTREVISTA E.P.R., 02/05/2021, p. 9).

A moradora se tornou a referência quanto ao conhecimento sobre ervas, plantas e raízes medicinais da comunidade, seu quintal (FIGURA 16) é um repositório no qual todos confiam. É como ela mesmo diz, “professor, a minha vó me ensinou, a minha mãe sempre diz que eu tenho a mão boa pra isso, e eu continuo tentando, todos os meus filhos foram curados com essas plantas” (ENTREVISTA E.P.R., 02/05/2021, p. 7). Sua afirmação permite perceber em seus olhos a satisfação em ter a confiança de todos e ao mesmo tempo a preocupação em perder algum exemplar.

Figura 16: Comunitária depositária de plantas, ervas e conhecimentos medicinais



Fonte: Elessandra Parintins (2022).

Na localidade não tem posto de saúde e nem o Agente Comunitário de Saúde - ACS, o último a exercer esse cargo até 2016 foi o senhor J.B.M. A PMM retirou a vaga da comunidade após reorganizar o sistema de saúde fazendo com que os ribeirinhos que moram próximos a cidade se desloquem para atendimento nos postos de saúde urbanos em dias específicos criando calendário e priorizando o atendimento ao interiorano. Uma interlocutora de 43 anos, afirma que quando é preciso consultar com o médico, a pessoa vai ao posto de saúde determinado para o atendimento, se identifica como ribeirinho / da zona rural, apresenta o cartão do SUS e tem atendimento prioritário (ENTREVISTA E.F.P., 12/06/2021). Ela suspeita que esse ‘passar na frente dos outros’ se deve ao fato de morarem fora da cidade e terem custos com deslocamento, alimentação e estadia. No caso de Santo Antônio do Rio Morais, a melhoria da estrada que

atende a comunidade, a partir de 2015, e o asfaltamento em 2020, permite que o paciente se desloque com maior rapidez para o núcleo urbano em busca de tratamento.

Os problemas de saúde que ocorrem na comunidade são tratados como se obedecesse a escala de gravidade conforme relata o interlocutor de 37 anos “quando o caso não é grave nós cuida por aqui mesmo com chazinho, banho”, afirma, “mas quando se trata de gravidade a gente vai pro hospital mesmo, é perto” continua (ENTREVISTA R.M.B., 02/05/2021, p. 8). As situações de doenças consideradas graves são hemorragias, cortes profundos, ferroadas de arraia, vítimas de tiro de arma de fogo ou esfaqueamento. Outro motivo de deslocamento para o hospital são os partos, pois a maioria das grávidas preferem a segurança do parto no hospital municipal que os serviços de parteiras locais, essas aliás quase inexistentes na comunidade. Antes, segundo o interlocutor de 66 anos, “morava na comunidade pessoas que sabiam partejar, puxar dismintidura, benzer, mas agora com a modernidade e a estrada boa, todos vão pra cidade se tratar” (ENTREVISTA O.D.P.; 04/04/2021, p. 10).

A pandemia da COVID-19 implicou em novos desafios para os moradores, cuja fé no conhecimento ancestral e em deus, fez com que a maioria sobrevivesse ao vírus assim que infectou a comunidade toda no início de 2021. Segundo o jovem interlocutor de 30 anos, quando o primeiro teste positivo foi confirmado, não demorou muito para toda a comunidade ser infectada (ENTREVISTA D.B.M., 12/06/2021). O caso do secretário da comunidade, também jovem, foi o mais grave entre os sobreviventes. Ele ficou internado por mais de quinze dias chegando a ser entubado. O relato do sobrevivente é desesperador, afinal ele é o pilar financeiro da família e trabalha na secretaria da paróquia, e tem filhos muito pequenos. A esposa rezava diariamente e confiava na sua recuperação. O mais difícil, segundo ela, era que não podia visitá-lo no hospital e recebia notícias somente quando uma conhecida da família entrava no plantão e fornecia informações sobre seu estado de saúde. As crianças, principalmente o caçula, perguntavam pelo pai e queriam saber se ele ainda voltaria, afirma com lágrima nos olhos.

A pandemia afetou inclusive a metodologia desta pesquisa que estava prevista entrevistar três moradores acima de sessenta anos, no entanto houve óbitos de moradores mais velhos, tanto no hospital de Maués quanto em Manaus após transferência para tratamento. O irmão do coordenador da igreja foi uma das vítimas do vírus, um senhor de mais de sessenta e cinco anos que também detinha a oralidade da comunidade. Em junho quando foi iniciada a etapa das entrevistas, todos os moradores tinham recebido a primeira dose da vacina, conforme preconizou o Ministério da Saúde, afinal os ribeirinhos são populações tradicionais.

#### 4.13 Alimentação

O modo de fazer o alimento corresponde a cultura imaterial do ribeirinho, em comum eles têm a prática alimentar com o peixe cozido e a farinha de mandioca. Pode-se inferir que se tem nesse formato, aspectos da cultura imaterial do fazer o alimento, pois se configura o aprendizado de gerações aplicados no dia a dia e a reprodução de um mesmo modo de fazer ao longo do tempo. São heranças indígenas que, melhoradas com condimentos, mantém a atração do paladar através dos cheiros e sabores percebidos nos preparos dos pratos e acepipes regionais.

O peixe com a farinha de mandioca são os itens alimentares predominantes na dieta do ribeirinho e corresponde a pouco mais de 40% das fontes de energia (MURRIETA *et al.*, 2008), e isso não é novidade alguma, é a base alimentar do ribeirinho, estando culturalmente ligado à forma de ser ribeirinho, forma aliás, que os definem bem. Do processo de ‘cuidar do peixe’ surge a palavra pitiú que consiste no “odor natural do peixe, sendo que alguns tem esse odor mais intenso que os outros” (RAMOS, 2020, p. 197), e o uso do termo ocorre quando o caboclo não lava adequadamente as mãos ficando com mau cheiro.

Os ribeirinhos também classificam os peixes, além do reconhecimento das espécies, pelo pitiú característico, sendo que os peixes lisos como mapará (*Hypophthalmus edentatus*), o surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*), o bodó (*Pterygoplichthys pardalis*) tem essa característica mais comum. Os peixes são, segundo Fabre e Alonso (1998, p. 2), “a mais segura e popular fonte de proteínas da população ribeirinha estando culturalmente ligado ao ser ribeirinho”.

Assado, cozido e frito são as formas de preparo mais comuns nas comunidades ribeirinhas; quando assado o tempero utilizado é somente o sal; quando frito é passado um pouco de sal para não espirrar muito enquanto frita em óleo de soja ou banha de porco; quando cozido o tempero é variado, contudo tendo na cebolinha, coentro, cominho e alfavaca e pimenta do reino os condimentos mais importantes por darem cheiro e sabor, a cebola, o tomate e a pimenta cheirosa são complementares. Estes modos de preparo são a reprodução de saberes tradicionais ligados ao alimento mais comum na região.

Os componentes bio-ecológicos, sociais e econômicos da Amazônia constituem um tripé que determina as formas de uso dos recursos naturais, cujo conhecimento e avaliação permite explicar como o Homem amazônico, principalmente o que vive nas

margens dos rios e lagos: “o ribeirinho”, usufrui dos recursos aquáticos e em especial dos recursos ícticos (FABRE E ALONSO, 1998, p. 2),

A contribuição do pescado como fonte de alimentação de populações ribeirinhas influencia no cultivo das hortaliças cultivadas nas pelas famílias. Observa-se que a variedade consiste no uso de verduras oriundas da cidade misturadas com as tradicionais tanto no preparo do caldo de peixe quanto nas carnes e frangos. As verduras compradas na cidade são tomate, cebola, pimentão, alho, as mais comuns e que não há produção local, contudo, a cebolinha, o cheiro verde, coentro, alfavaca, pimenta de cheiro, pimenta do reino, jambu tem cultivo nos balcões e quintais locais. O uso de cada um desses condimentos ocorre conforme o alimento a ser preparado; para o peixe cebolinha, alho, tomate, cebola, alfavaca, pimenta do reino, coentro são essenciais; para as carnes e frangos alho, cebola, tomate e pimenta do reino realçam o sabor do alimento.

As espécies que são enquadradas como as mais pitiús são os peixes lisos ou peixes de couro mapará (*Hypophthalmus edentatus*) que deve ser comido assado e quente, contudo há populações que o consomem também cozido, o surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*) e o cuiú-cuiú (*Pterodoras granulosus*) são saboreados quando guisados, contudo embora saborosos os peixes lisos tem restrições de consumo devido a reimosidade que culturalmente se apregoa o que proíbe menstruadas, parturientes, convalescentes, doentes de infecções respiratórias e IST ou para pessoas em tratamento de ferimentos:

A reima é caracterizada por um sistema classificatório de oposições binárias entre alimentos perigosos (reimosos) e não perigosos (não reimosos), sendo aplicado às pessoas em estados físicos e sociais de liminaridade ou estados de representação ritual e simbólica de transição ou passagem, como enfermidades, menstruação e pós-parto (SILVA, 2007, p. 127)

O modo de preparo comum para peixes são o cozido que consiste na limpeza do produto, lavagem e cozimento em água para produzir o caldo, o assado que após o preparo é passado sal e disposto no muquém<sup>6</sup> sobre brasa, o frito para peixes pequenos quando atendem o desejo de algum membro da família e o guisado que é feito com peixe liso de grande porte como surubim, pirarara, cuiú-cuiu que são raros nas pescarias dos moradores. Para carnes e aves o preparo

---

<sup>6</sup> Pau de muquém são pedaços de gravetos verdes, para não queimar, que servem como grelhas para fazer o assado em brasa.

comum é o guisado com batatas, a exceção é o preparo da carne de porco que pode ser assada ou guisada. Todos esses alimentos são acompanhados por farinha, no caso de carnes e aves há também o feijão e o arroz, no caso de peixe cozido somente a farinha é a complementação da refeição.

As limitações quanto ao consumo estão vinculadas à crença de que a banha do peixe tem composição que acentuam as reações do corpo frente ao problema enfrentado, contudo peixes de escamas são indicados para estes casos específicos assim como a canja de galinha. Há também, segundo o conhecimento ancestral peixes escamados que em momentos específicos do ano também podem deixar de ser indicados para os convalescentes que é o caso da curimatá (*Prochilodus spp*) e a jatuarana (*Hemiodus Notatus*) que no período da seca estão gordas.

As aves de pequeno porte são criadas nos quintais e terreiros com a finalidade de consumo em dias que falta o peixe e em ocasiões especiais como a festa do padroeiro, a visita de um parente próximo que esteja vivendo em outra cidade, a visita do padre e sua comitiva e para visitantes ilustres como vereadores, prefeito e deputados. Nas festas do padroeiro essas aves se tornam os pratos principais do leilão e são vendidas na barraca da festa acompanhada de farofa, arroz, maionese e vatapá, são os chamados prato feito.

Outras fontes de alimentos importantes são as frutas que são consumidas de acordo com o período da safra. A variedade citada pelos participantes da pesquisa são banana, manga, coco, pupunha, açaí, bacaba, patauí, maracujá, cupu-açu, cacau, laranja, limão, tangerina, castanha, guaraná, cana dentre tantas outras. A cada período do ano ocorrem frutificações diversas. As observações realizadas junto aos moradores consideram que o hábito de consumir frutas é eclético à medida que os meses passam. Em períodos de seca – também chamado de verão amazônico, as frutas da mata como açaí, bacaba e patauí tem consumo aumentado nas famílias que, por vezes, até usam os vinhos destas frutas em substituição a principal refeição do dia, o almoço. Como complementação também podem ser consumidas com peixe salgado e peixe seco com farinha, estes são hábitos oriundos dos povos nativos da Amazônia.

A castanha do Brasil tem importância destacada na alimentação, pois é utilizada para dar sabor aos derivados da mandioca como os bejus em geral. Antes as amêndoas eram trituradas em ralos feitos a partir de latas de óleo de soja, de leite em pó ou outro tipo de embalagem feita de liga de metal, atualmente esse processo é feito no liquidificador cujo resultado é o leite e quando devidamente espremido em pano, também é aproveitado o bagaço para compor os

produtos. No caso de refeições, as caças podem ser cozidas no leite da castanha o que produz sabores distintos e que agradam muito os ribeirinhos.

#### 4.14 Manifestações culturais e religiosidade

Para o ribeirinho a cultura está intimamente ligada ao cristianismo católico a considerar que a partir da criação das comunidades rurais se juntou a religiosidade popular, que reúne crenças, práticas, rituais, narrativas, simbologia originária a partir da vivência do povo. Para Boff *apud* Rodrigues (2015, p. 134), “a religião do povo apresenta sua produção e elementos próprios, mas a hierarquia da Igreja, em seu poder sistemático, se apropria desses elementos e os administra para os manterem em sua hegemonia do poder”. Embora consideradas errôneas, são toleradas pela igreja para manter os fiéis, visto que a própria igreja precisa se adaptar para atender ao seu povo. Fé, crenças e as manifestações foram mantidas com o apoio e organização a partir da igreja, com isso mantendo tradições locais.

Informações obtidas e registradas no Diário de campo (21/10/2020) evidenciam que na comunidade também tinha a brincadeira do boi bumbá, porém com o passar dos anos deixou de ser continuada por desinteresse dos comunitários, informações que foram confirmadas por um morador de 59 anos, que narrou ao iniciar a comunidade havia o boi bumbá, as danças dos pássaros, que foram abandonadas com o tempo, “até o artesanato com cipó e talas ninguém aprendeu, acho que foi desinteresse mesmo, nem eu sei, não aprendi”. (ENTREVISTA J.M.B., 27/06/2021, p. 10). O que é observado é que ao longo das últimas quatro décadas não foram criadas condições para manutenção desses conhecimentos. Embora tenha ocorrido essa estagnação quanto a cultura do lugar, se tem o seguinte:

A “cultura” não tem a menor possibilidade de desaparecer enquanto objeto principal da antropologia — tampouco, aliás, enquanto preocupação fundamental de todas as ciências humanas. Mas a “cultura” não pode ser abandonada, sob pena de deixarmos de compreender o fenômeno único que ela nomeia e distingue: a organização da experiência e da ação humanas por meios simbólicos. A cultura seria um meio ideológico de vitimização considerando que marcaria as diferenças entre elas e encarceraria os povos periféricos em seus espaços de sujeição. mas a antropologia se posiciona contra qualquer conceito que seja usado para explorar os povos (SAHLINS, 1997, p. 41).

Para Laraia (2008) o homem é o único ser possuidor de cultura, capaz de criar e moldá-la ao seu tempo, portanto manifestações culturais como o gambá, que outrora fez parte da cultura da comunidade Santo Antônio do Rio morais, tem origem entre os ribeirinhos e

indígenas que a iniciaram a partir de introdução de aspectos de suas realidades as quais os cantos, o ritmo, a sincronia são seus principais expoentes. Segundo Ávila (2016, p 153), “foi entre os índios Sateré que o termo gambá começou a ser utilizado, tendo o significado de peitos oco”. Embora essa conotação não seja precisa devido a afirmações entre os praticantes que tem origem africana a partir dos negros que fugiram das fazendas onde eram escravos o que se contrapõe a qualquer afirmação mais definitiva sobre sua origem.

o gambá é constituído basicamente por um grupo vocal com três vozes acompanhado por três diferentes instrumentos percussivos – dois membramofones de altura indeterminada (um deles chamado justamente de gambá, percutido com as mãos, o tamborinho, de percussão indireta, percutido por meio de baquetas 2) e o caracaxá, instrumento rítmico de fricção, produzido em toras de bambu grosso (ÁVILA, 2016, p. 10).

Segundo o morador de 56 anos, o gambá até mais ou menos o final dos anos 1990, ocorria na comunidade com a participação dos comunitários nas apresentações, alguns sabiam as letras, o ritmo, as batidas, os passos que não foram repassados aos mais jovens e hoje, vinte anos depois, não existe mais quem conduza o ritual na comunidade (ENTREVISTA O.M.B., 02/05/2021). Na mesma direção ocorreram os abandonos das demais manifestações como os pássaros e danças. O morador J.B.M., conta que “até quatro anos atrás ainda veio Jaçanã pra cá, mas a comunidade não cultivava nada não mais. Quando fomos coordenadores tinha o arrancatoco, o cabo de guerra valendo prêmio”, segundo ele essas manifestações foram abandonadas na comunidade, “uma pena mesmo” (ENTREVISTA, J.M.B, 27/06/2021, p.11).

Outro morador afirma que o desinteresse fez com que esse tipo de festa fosse abandonado. Quando a comunidade estava localizada no outro terreno as pessoas costumavam realizar algumas danças mais antigas, assim como cantos, histórias e brincadeiras que se perderam com o passar dos anos. Havia a dança do Jaçanã que por algum tempo foi mantida na nova localidade, assim como a brincadeira do boi. A interlocutora P.C.B., lembra que quando casou e foi morar na atual localidade presenciou estas manifestações culturais, e afirma que com o tempo, já na década de 1990, foram perdidas por não ter morador interessado em mantê-las (ENTREVISTA P.C.B., 02/05/2021). Os aspectos culturais que são mantidos por estarem intrinsecamente ligados aos hábitos é o consumo do guaraná em pó e as formas de produção de farinha e dos alimentos nas cozinhas das casas.

As crenças mais comuns envolvem a proibição de comer alguma parte de uma animal específico com a justificativa que afetará alguma habilidade importante no futuro ou fará com que tenha problemas de saúde. O interlocutor O.D.P., conta que sempre gostou de visitar outras

comunidades para participar dos festejos dos padroeiros e nunca dançou por não ser bom nessa arte e diz que os mais velhos, no seu tempo, falavam que ele não poderia comer pé de jabuti porque isso prejudicaria no aprendizado da dança. Relatou ainda que não podia comer ova de peixe, não somente de aruanã, mas de qualquer peixe, pois quem se atrevia a descumprir **essa** ordem desenvolveria, na adolescência, muitas espinhas no rosto, e se comesse farofa feita com miúdos de jabuti teria pano preto (*pitiríase versicolor*), e conclui que não comia esses alimentos e que também nunca aprendeu a dançar, talvez, continua ele, se tivesse comido soubesse hoje pelo menos arrastar os pés no salão durante os festejos da comunidade (ENTREVISTA O.D.P., 04/04/2021).

Pisar em escama de peixe ou em carvão no período menstrual desenvolve mioma nas mulheres e na vila “as pessoas não se resguardam mais, antigamente quando a mulher ficava nos dias dela era uma semana sem sair do quarto”, afirma outro entrevistado, “o povo não tem mais zelo não, perderam o senso de zelo” (ENTREVISTA J.B.M., 27/06/2021, p. 11).

#### **4.15 As lendas, os contos, causos e narrativas**

As lendas, os contos, causos e histórias conhecidos pelos habitantes são extraordinários e envolvem elementos do conhecimento e convívio de todos como animais, plantas e espíritos de pessoas ou da própria floresta que delimitam a coragem do ribeirinho frente ao desconhecido. A reprodução dessas histórias tem importância na vida e na construção de consciência sobre o mundo no qual vivem e assim são transmitidas aos descendentes. O boto é parte importante das lendas na Amazônia que com a ocupação no séc. XVI ganha mais importância ainda seja para explicar o desconhecido, seja para impor limites às demais pessoas na ocupação de terras. A lenda do Anselmo, se acredita ser uma versão maueense da lenda do boto que aparecia nas festas caboclas em dias de lua cheia vestido de branco e com chapéu na cabeça para disfarçar o furo por onde respira e tem apresentação na festa do Guaraná que ocorre no início de dezembro. Esta lenda consiste no seguinte:

Em Maués é famosa a lenda do pescador Anselmo (há versões com outros nomes), que teria peregrinado durante a década de 30 e 40. Mantinha, contam os nativos, um comportamento considerado diferente pelos habitantes. Anselmo não costumava levar os utensílios necessários para garantir uma boa pescaria quando saía pelos rios amazonenses. Mesmo assim, conta a lenda, era o pescador que conseguia a melhor performance, sempre fisingando a maior quantidade possível de peixes e superando, de longe, seus concorrentes. Antigos pescadores de Maués, hoje com mais de 80 anos, que também contam que Anselmo aparecia às margens de rios mais distantes do

município sem ter saído de barco. Ninguém entendia ao certo, como ele chegava a esses lugares longínquos. A lenda ainda diz, que Anselmo teria se encantado com as riquezas dos rios e resolveu seguir um boto, à noite no meio da floresta. Nunca mais viram Anselmo em Maués. Segundo alguns moradores, ele às vezes aparece incorporado ao vento ou ao banzeiro na ponta da praia do rio Maués-Açu. Suas aparições ganham diferentes contornos. Dizem os pescadores, que Anselmo promete voltar a viver como ser humano, caso os moradores de Maués cumpram um ritual religioso com oferenda aos rios do Amazonas (COUTO, 2021, texto digital).

Outra lenda de destaque na localidade é a lenda do Guaraná que conta a ancestralidade dos Sateré Mawê. Esta lenda, que foi tombada em 2009 pelo Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Imaterial de Maués (MAUÉS, 2009), é a base cultural do maueense, pois explica a origem do fruto único e tipicamente local domesticado pelos indígenas há alguns séculos. Relato de Agassiz em seu Viagem ao Brasil 1865-1866 (2000, p. 295) registra que o guaraná “é o principal artigo que ai se produz” ao mesmo tempo em que faz uma previsão que se consolidou pouco tempo depois e “em certos lugares do Brasil e da Bolívia, faz-se grande consumo do guaraná e indubitavelmente o seu uso se generalizará quando for mais conhecido o seu valor”.

Os indígenas contam que o guaraná é parte de sua cultura por manter as pessoas em alerta e tirar a sensação de fome. Tomar o çapó, como é chamado entre os Sateré-Mawê, o líquido resultante da mistura do guaraná ralado com água, é um ritual diário que significa o respeito, a união, o bom relacionamento entre os membros da aldeia.

A lenda do guaraná inicia com a descrição do local, onde os três irmãos Ocumató, Yacumã e Onhiamuaçabê viviam no Nusoken. Os irmãos não queriam que Onhiamuaçabê casasse, para não dividir o tempo da irmã com marido ou família, devido seus poderes mágicos que reconheciam as plantas que fariam bem ou mal ao homem. No entanto, a moça engravida ao ser tocada por uma cobra, provocando a ira dos irmãos, e assim teve que cuidar do filho fora do Nusoken. Ao crescer, o menino desejou comer dos mesmos frutos que os tios provavam, mas eles não permitiam. Um dia, Onhiamuaçabê levou o filho ao Nusoken para comer as castanhas. Com o tempo o menino passou a ir sozinho. Ao descobrirem, os tios ordenaram aos guardas que matassem qualquer um que se aproximasse da árvore, e assim o fizeram. Ao se deparar com o filho morto, a mãe, usando seus poderes mágicos, arranca o olho esquerdo do garoto e enterra, e nasce o falso guaraná. Então, ela planta o olho direito do filho e nasce o guaraná verdadeiro. Em seguida enterra o corpo e dali surge a criança ressuscitada, dando origem ao povo Sateré. A mãe o põe no colo e coloca na boca um dente feito de terra preta, por isso os indígenas falam que seus dentes apodrecem (NASCIMENTO, 2016, p. 10).

A pesquisa de campo através das entrevistas coletou relatos de visagem, a Mãe da Mata, que se encantou pelos cabelos longos do caçador e quase o encanta. Um relato colhido informa o seguinte:

Meu irmão (...) gosta de muito de caçar, e um dia ele foi caçar ali pra trás na estrada da visagem, e quando já vinha voltando escutou bater pau atrás dele, “tei-tei-tei-tei”(pronuncia compassadamente e com a tonalidade da voz mais alta a cada sílaba). Num demorou bateu mais perto, “tei-tei-tei-tei”. Tem gente aqui pra trás e antes de pegar um poço que tem na estrada ele escutou o estrondo mais perto dele. A estrada da visagem era limpa e varava do Morais a São Francisco. Quando ele ia passando perto de um pau, que nem era sapopema, bateu mais forte “pei-pei-pei-pei”. E depois não bateu mais. E ele chegou em casa com uma grande dor de cabeça e foi pro benzedor. E o benzedor disse que a “mãe da mata” se embelezou por ele que tinha o cabelo aqui no meio das costas e quase ele vai mesmo (ENTREVISTA J.B.M., 27/06/2021, p. 11).

Um relato vago envolve animais de estimação por nome de Ouve Longe que se ingerava em outro bicho e que fazia perguntas, ocorreu a partir da professora aposentada que lembra que o avô contava para que as crianças dormissem mais rápido “e todos dormiam assustados” (ENTREVISTA P.C.B., 02/05/201, p. 11). Pelo depoimento é perceptível que a apropriação destas narrativas não ocorreu e que hoje é uma vaga lembrança de infância considerada, à época, como não importante.

## 5 OS DESAFIOS PARA OS NOVOS TEMPOS

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – ODS, proposta pela Organização das Nações Unidas – ONU, elenca os principais desafios para a humanidade ao longo do séc. XXI. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável compõem a agenda mundial oriunda da Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável 2015, tendo 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030. São previstas ações por todos os países para a erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros (IPEA, 2018).

Segundo Sen (1999, p. 5), “O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente”, embora Sen não se aprofunde no conceito de desenvolvimento sustentável, sua ideia de desenvolvimento econômico fornece base para o entendimento de desenvolvimento sustentável quando afirma que o desenvolvimento consiste na eliminação de privações. Pode-se arguir que tais privações vão além da liberdade chegando a privação alimentar, de saúde, de bem-estar.

Assim o desenvolvimento sustentável é definido como o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades (ONU, 1987). O Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum enfatiza que a humanidade tem, através de suas ações, promovido mudanças no clima que afetam o planeta e seus ecossistemas. A dimensão articulada para este conceito

permeia não somente a ideia de desenvolvimento econômico enquanto gerador de riqueza, mas sobretudo o desenvolvimento sustentável para a inclusão das pessoas em um mundo que todos possam usufruir.

Para alcançar o desenvolvimento sustentável é fundamental harmonizar três elementos centrais: crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente. A partir da metade da segunda década do séc. XXI, chefes de estado, de governo e ONU concordaram em promover a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável. O Brasil, como signatário delegou ao IPEA a adequação das metas à realidade nacional.

Das metas aplicáveis ao objeto de estudo pode-se enfatizar que o ODS 8 “promove o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos e todas” e que a Meta 8.3 (Nações Unidas) visa:

promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros”. (IPEA, 2018, p. 201).

Tendo os ODS como indicativo de desenvolvimento sustentável, foi adotada como alternativa para atendê-los, as chamadas tecnologias sociais como fator de melhoria da qualidade de vida em tempos de mudanças constantes e abruptas. As tecnologias sociais são “conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS, 2004: 26), para o manejo de áreas produtivas, uso adequado do solo, do rio e da mata para manutenção dos ribeirinhos da localidade é um desafio frente ao formato culturalmente aceito de produção. As tecnologias sociais são desenvolvidas pelas populações que lidam com a natureza e tem como resultado a solução de um problema social e econômico de todos.

[...] ribeirinhos inovadores criaram tecnologia social de trabalho como o manejo de açaçais nativos a partir de observações cotidianas em suas unidades produtivas, sendo tecnologia social definida como produtos, técnicas ou metodologia replicável, desenvolvida na interação com a comunidade, e que represente efetiva solução de transformação social (MATOS *et al*, 2014, texto digital).

A tecnologia social atua sobre um problema social tendo seus valores voltados para o desenvolvimento da sociedade que é quando a o bem-estar social passa a ser alternativa ao capital, ao mercado. Considera que “os saberes dos atores diretamente afetados com o

problema; quando apresenta baixo custo, é sustentável, replicável ou ajuda na promoção da autonomia dos interlocutores envolvidos, sobretudo nos casos em que o acesso aos direitos está em jogo, dentre outras possibilidades” (UFF, S/D, texto digital).

Elaborar metodologia para aplicação de tecnologias sociais é um desafio a ser enfrentando pelos comunitários em busca de maior sustentabilidade. Substituir velhos hábitos e tecnologias pode ser positivo para uma comunidade tradicional, afinal o conforto ajuda no bem-viver. A tecnologia social propicia que a inclusão, educação, sustentabilidade, cidadania, acessibilidade, participação e cultura sejam valorizados pelos envolvidos que devem construir, em conjunto, com o conhecimento acadêmico, soluções inovadoras.

[...] este novo modelo de desenvolvimento econômico, não predatório, postula o uso racional dos recursos naturais, visto que estes são esgotáveis, como forma de melhorar a qualidade de vida dos habitantes. Busca-se o desenvolvimento sustentável como forma de equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação dos recursos naturais (Bonilha e Sachuk. 2011, p. 2).

Entre os diversos ganhos oriundos da política de tecnologia social está o reforço da construção da identidade pessoal que leva a noção de pertencimento, de orgulho do local onde vive. Quando foi perguntado aos moradores para que definissem, ao seu modo, o que é ser ribeirinho, a resposta que demonstrou ser mais reflexiva foi:

É de grande importância, é um modo de vida diferente. É válido ser ribeirinho, você tem de tudo, só não tem se não plantar. Ser ribeirinho é uma dádiva de Deus. Ser ribeirinho também tem conforto. Ser ribeirinho é saber trabalhar a terra para colher, se não plantar não colhe nada. Mesmo tendo salário não deixou de plantar, os filhos tinham mais farturas que os netos. Era fartura vegetal e animal (peixe, frutas). Ser ribeirinho tem essa importância que tudo que você plantar tem de volta. Pode sair, é livre, dorme tranquilo. A única perseguição é do carapanã. Não está tão preocupado em ser roubado, assaltado. Na capital sem o dinheiro não come, não bebe. Eu sou feliz em ser ribeirinha. A preferência é estar na zona rural, eu gosto. Você tem experiência de vivência na cidade grande. Eu gosto de tá no mato. Hoje com rabeta ficou muito melhor (ENTREVISTA P.C.B., 02/05/2021).

Assim a assertiva denota que, mesmo com problemas de acesso a bens materiais e a obrigação de produzir para ter salário e manter a família, as benesses do lugar como a tranquilidade para dormir, criar os filhos e não precisar de tanto dinheiro, suplantam as dificuldades. A identificação com o modo de ser e viver é uma representação da identidade pessoal, pois:

“[...] o processo de construção da identidade pessoal não é algo que já existe *a priori*; ele se dá a partir de escolhas e alternativas da própria pessoa ao longo do seu percurso.

Dessa forma, tanto a identidade como o pertencimento não são sólidos e nem garantidos por toda a vida; pelo contrário, são bastante negociáveis e revogáveis. São afazeres a serem realizados por meio de decisões, dos caminhos percorridos, do modo de agir e da determinação de se manter firme (BAUMAN *apud* BONILHA; SACHUK. 2011, p. 2).

As casas construídas em madeira e palha são o meio termo das mudanças que ocorrem com a exigência de uma modernidade que chega. As construções em alvenaria significam uma melhoria de vida e *status*, pois apresentam vantagens como a substituição do piso de chão batido pelo piso em cimento ou cerâmica, não acumula poeira, evita insetos e animais peçonhentos e tem durabilidade ampliada o que significa que o investimento feito pode ser utilizado por longo tempo e até por gerações.

O acesso à energia elétrica permite que as casas tenham melhor iluminação a noite ao mesmo tempo que permite o uso seguro de equipamentos que diminuem o trabalho braçal como os tanques de lavagem de roupas, o escutar o rádio sem se preocupar com pilhas, o assistir televisão, conservar alimentos na geladeira, polpa de frutas e uma infinidade de outras vantagens (ENTREVISTA O.M.B, 02/05/2021). Nos lotes a energia proporciona o uso de bombas d'água para abastecimento de reservatório e irrigação dos cultivos, a conservação de alimentos, a ampliação do horário de trabalho e evita o uso de combustíveis como querosene, diesel e lamparinas reduzindo o risco de incêndios acidentais nas residências.

Inventos como a lâmpada elétrica e a produção de energia elétrica mudaram o cenário mundial a partir do final do séc. XIX, pequenas mudanças, seja de pensamento ou tecnológicas, influenciam nos hábitos dos ribeirinhos de Santo Antônio do Rio Morais. O uso da telha, tijolo e cimento na construção das casas, a ampliação da rede de energia que ocorreu com o projeto Luz para Todos são importantes marcos nesse novo momento.

Nesta linha de acesso a melhorias, o saneamento básico a partir do poço artesiano foi outra evolução que permitiu a construção de banheiros nas residências e praticamente acabando com as latrinas reduzindo riscos de infecções e contaminações entre os moradores. Também proporcionou que os residentes substituíssem o jirau por pia dentro de casa e tratem com melhor higiene os alimentos e utensílios domésticos, além de evitar que as mulheres desçam a margem do rio para lavar roupas, o fazendo dentro de casa com seus tanquinhos. No âmbito individual, o saneamento permite medidas de higiene mais íntimas e seguras. Enfim essas tecnologias, como dito, elevam a qualidade de vida a um nível melhor e mais humano.

## 5.1 O asfaltamento da estrada dos Morais e seus impactos na comunidade

A estrada que conecta a comunidade ao centro urbano tem origem ainda nos anos 1960 quando era um caminho aberto para reduzir a distância da cidade, visto que antes era necessário dar a volta pelo encontro do rio Maués-Miri e Maués-Açu para chegar no porto da Língua da Princesa, na cidade de Maués com trajeto feito à canoa e remo demorando horas. Com a abertura do caminho a distância e o tempo de trajeto foram reduzidos a pouco mais de uma hora, à época.

Nos anos 1970 metade do caminho foi ampliado para atender ao projeto SAMASA, que foi a primeira intervenção da Companhia Paulista de Bebidas, hoje AMBEV, para atender a fazenda Santa Helena que produz guaraná, contudo a outra metade do caminho foi concluída somente com a instalação da EMBRAPA ainda na mesma década. O caminho se tornou estrada piçarrada própria para veículos com tração nas quatro rodas enquanto os moradores trafegavam a pé ou em bicicletas. Essa condição foi mantida, com poucas manutenções, até o ano de 2015 quando recebeu um recapeamento de piçarra e a promessa de asfaltamento.

A partir dos anos 1990 a municipalidade começou a ofertar o transporte de produtores e produtos para a feira em caminhões que segundo a moradora E.F.P., “tinha dias que o mesmo caminhão que era usado para a coleta de lixo era o que transportava os produtores, fedia muito, mas era o que a gente tinha para ir pra feira, né, então a gente ia” sendo a primeira alternativa, ainda que insalubre, de atendimento com transporte dos produtores rurais da localidade (ENTREVISTA E.F.P., 12/06/201, p. 8). O atoleiro no período chuvoso era comum o que dificultava o tráfego de veículos sem tração adequada, um sofrimento. Ainda assim os moradores e os proprietários de lotes faziam o trajeto diariamente em motocicletas e bicicletas.

A dificuldade com a estrada fez com que as famílias que quisessem seus filhos continuassem os estudos, os mandassem para morar na cidade, como foi o caso da moradora J.P.M., que migrou para a cidade para morar na casa de parentes para continuar a estudar, voltando a comunidade somente ao final do ensino médio (ENTREVISTA J.P.M., 02/05/2021).

Com o projeto Caminhos da Escola promovido pelo Governo Federal a partir de 2007, os alunos passaram a usar o ônibus como transporte para acessar a escola diariamente e morar na comunidade, permanecendo junto aos familiares. Conseqüentemente a municipalidade melhorou a oferta do transporte dos produtores que a partir de então passa a usar veículo mais apropriado para esse trânsito entre comunidade e feira do produtor. Ao longo da estrada está

localizado o matadouro municipal Joaquim de Souza Mafra com serviços de abate e tratamento de animais e curtume.

Em 2020 a estrada do Morais foi totalmente asfaltada dando possibilidade de trânsito ideal para todos os tipos de veículos e com isso a frequência de pessoas praticando caminhada e demais atividades físicas aumentou exponencialmente. Ao mesmo tempo o tráfego de veículos de passeio, duas rodas e veículos pesados acompanhou o progresso. Ao final da estrada diariamente se encontram motocicletas e carros estacionados cujos proprietários estão nos sítios e na própria comunidade.

Aos finais de semana o número de pessoas visitando e conhecendo a comunidade aumentou também, contudo temem os moradores que esse fluxo maior proporcione aumento da violência, das bebedeiras e do lixo, outra preocupação é com as possíveis invasões do rio, com práticas predatórias de pesca, o que reduziria os estoques pesqueiros levando a falta do alimento na mesa dos moradores.

Concomitantemente, segundo o morador R.M.B., a estrada trouxe a possibilidade de trabalhar na cidade, que é o seu caso, almoçar em casa e voltar ao trabalho em tempo hábil fazendo com que tenha maior convívio com sua família. Para os alunos do Ensino Fundamental II, Médio e Subsequente, o tempo de deslocamento entre a comunidade e a escola reduziu bastante ficando mais confiável em relação aos horários de saída e volta para casa (ENTREVISTA R.M.B., 02/05/2021). Parte dos moradores jovens estudam ou estudaram no IFAM/CMA nos cursos técnicos nas diversas formas existentes, efetivamente o asfaltamento da estrada tem contribuído com a melhor escolarização das pessoas.

## **5.2 Oportunidades de novas explorações econômicas**

O ecoturismo ou turismo de natureza, é um serviço ambiental que possui potencialidade para contribuir com populações tradicionais em áreas protegidas ou não. Segundo BRASIL (1994, p. 19), o ecoturismo “é um segmento de atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”.

A meta 8.9 dos ODS, destaca que se deve conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promover a cultura e os produtos locais.

Assim, algumas alternativas possíveis para a comunidade são apresentadas considerando que novos tempos exigem adaptações importantes para a permanência manutenção do modo de vida das populações tradicionais. Os desafios constantes impostos pelas ondas tecnológicas e necessidades alimentares sugerem ideias inovadoras e formas adequadas de desenvolvimento de soluções ambientalmente corretas e participativas dos envolvidos.

### 5.2.1 Ecoturismo

O turismo de base comunitária consiste na visitação de uma comunidade e não de um local específico, sendo que a comunidade receptora desenvolve quais atividades serão ofertadas ao público. Aspectos culturais e do território devem ser os destaques para atrair visitantes em períodos específicos do ano. O turismo de base comunitária tem sua origem nos anos 1980 na América Latina como resultado de fatores sociais, econômicos, culturais e políticos que cedendo às pressões pelo mercado mundial de turismo procurou diversificar a oferta para além do turismo cultural e turismo de natureza. Este turismo é a “atividade que satisfaz às necessidades dos turistas e às necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro” (OMT, 1999). O turismo sustentável é:

Atividade econômica que tem como base a exploração turística do meio natural, do patrimônio cultural e histórico, em especial de Áreas protegidas. A atividade deve, por princípio, zelar na preservação e no respeito às capacidades de suporte do meio explorado, na repartição igualitária dos benefícios gerados com a comunidade local, na geração ao visitante de vivências com o meio natural e na garantia de manutenção da qualidade da experiência e do meio em que ela ocorre para a atual e futuras gerações (IPEA, 2018, p. 213).

Maldonado (2009, p. 21) afirma que “a consolidação do turismo de base comunitária enquanto atividade geradora de benefícios diretos as comunidades locais necessitam de um esforço conjunto dos setores público e privado, da sociedade civil organizada e de instituições de ensino em todo o país”. As dificuldades de implantação desta modalidade de turismo decorrem da falta de conhecimento da comunidade receptora frente aos seus ganhos e obrigações quanto a utilização de seus recursos naturais, afinal o turismo é uma atividade que transforma o espaço e precisa de organização interna dos setores envolvidos.

Embora se tenham repercussão positiva é indispensável a avaliação constante dos efeitos negativos da atividade. Alves e Silva (2021, p. 5) indicam que “a atividade turística, assim como

outras atividades econômicas, busca um equilíbrio sustentável entre o ser humano e o meio ambiente, a partir da valorização do ambiente, da cultura das comunidades locais e dos turistas”.

A participação das comunidades indígenas e campestres no turismo é um assunto delicado e complexo. É complexo em função do impacto gerado por uma atividade muito competitiva e crescente internacionalizada em comunidades localizadas em regiões remotas, dedicadas às atividades tradicionais e sobrevivência, com poucas fontes alternativas de rendimento. É delicado em função do caráter ambivalente do turismo: embora isto represente uma oportunidade para melhorar o bem-estar das comunidades, não obstante, sempre traz consigo “efeitos de pacote”, muitos destes irreversíveis, como as alterações nos padrões de produção e de consumo, e as ameaças a cultura indígena (MALDONADO, 2009, p.25).

A comunidade tem potencial de ofertar imersão do visitante em seu modo de vida, suas crenças, tradições e mitos tornando a experiência única e fugindo da ideia predominante do turismo atual que busca conhecer lugares. Percorrer trilhas, observar a fauna e flora, pescar ao modo ribeirinho ou de forma esportiva, imersão na vida cotidiana do ribeirinho são possibilidades reais de ofertar o serviço turístico, afinal o “turismo de base comunitária [...] dirigir-se a pequenos grupos de viajantes em busca de experiências pessoais originais e enriquecedoras, combinando vivências culturais autênticas, desfrutando de cenários naturais e de uma remuneração adequada do trabalho comunitário” (MALDONADO, 2009, p. 26). É a comunidade quem decide sobre o que será ofertado ao turista e pensa o itinerário turístico considerando sempre que as medidas de mitigação da depredação sejam observadas a todo momento, passando ao mesmo tempo a ter cuidado como o meio ambiente.

No mês de junho o turismo religioso pode ser explorado considerando a festa do padroeiro Santo Antônio, contudo, ao longo do ano também ocorrem visitas, aos domingos, de promesseiros que buscam na fé ao santo algum acalanto ou ofertam em agradecimento. Segundo Teixeira *et al* (2021, p. 1) “o turismo religioso como conjunto de atividades com a utilização de equipamentos e realização de visitas a receptivos que expressam sentimentos místicos ou visitas parciais como a fé, a esperança [...] como nos adeptos ou simpatizantes de qualquer religião”.

O turismo religioso move a humanidade desde o princípio das sociedades, pois a crença é intrínseca ao humano que a cultiva a partir de deuses. Uma das características do turismo religioso são as visitas a igrejas e santuários assim como a peregrinação e participação em atividades religiosas, como é o caso dos peregrinos que formam a procissão de Santo Antônio no dia 13 de junho. Embora, em Santo Antônio do Rio Morais, as peregrinações não ocorram sistematicamente, poderá ser trabalhada essa alternativa para o turismo na localidade.

Para potencializar o ecoturismo é preciso atender ações estruturais para aprimorar a capacidade de recepção e turistas na comunidade, sendo a mais importante o planejamento participativo para elaborar os serviços. Ajustes nos banheiros das casas são necessários para proporcionar o conforto dos visitantes e da própria família. A destinação adequada do lixo inorgânico precisa de atenção para evitar acúmulos e proliferação de pragas e animais peçonhentos. Aquisição equipamentos de segurança para pesca como coletes salva-vidas também se fazem necessários.

As trilhas na mata e o rio logo em frente a comunidade oportunizam três modalidades de ecoturismo: o turismo de aventura, o turismo de pesca e o turismo de contemplação.

No turismo de aventura as trilhas na mata são os principais atrativos, pois tem caráter recreativo para o turista. Segundo o Ministério do Turismo (2010, p. 14) “Turismo de Aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo” e exige que os riscos ao turista sejam calculados de forma a lhe proporcionar satisfação e bem-estar. Caminhar pela mata recebendo informações sobre a natureza, ou ainda, vencer o desafio de subir em árvores são possibilidades reais para o visitante são “atividades oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades de aventura, que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos” (BRASIL, 2016, p 15).

Com águas pretas, leito de rio profundo no período da cheia e boa variedade de espécies de peixes brigadores, o rio Morais apresenta condições para o turismo de pesca. Em suas águas o tucunaré se destaca. Esta atividade turística se firma em “dois aspectos principais: os movimentos turísticos que ocorrem em territórios específicos, em razão da disponibilidade de espécies de peixes; e o perfil do turista de pesca, em função de sua motivação caracterizada pelo usufruto dos recursos naturais de forma sustentável” (BRASIL, 2010, p. 16), ou seja, a atividade deriva da prática da pesca amadora.

A outra atividade turística interessante para a localidade é o turismo de contemplação que é o contato com a natureza para respirar o ar puro, sentir o cheiro da terra molhada, ouvir o canto dos pássaros, apreciar a paisagem e contemplar o pôr do sol. Esta modalidade de ecoturismo é voltada para a total preservação da natureza deixando nela somente as pegadas e levando as sensações boas. “A opção pelo turismo contemplativo surge como uma alternativa inovadora, que corresponde às necessidades da sociedade pós-industrial e se adapta de forma muito conveniente às características culturais e ambientais da região” (SCHWAB *et al*, 2012,

p. 2). Essa modalidade de turismo preza pela tranquilidade, pela reflexão, pelo autoconhecimento.

### **5.2.2 Associativismo e/ou cooperativismo**

Embora os ribeirinhos de Santo Antônio do Rio Morais tenham uma vida tranquila quando o assunto são recursos naturais para produção de seu autoconsumo não há qualquer organização social que os insiram nos arranjos produtivos locais da economia municipal. A cadeia produtiva da mandioca consiste no uso de ferramental, equipamentos e formas de baixa produtividade e muito trabalho braçal, portanto a eficiência desse modelo de produção é baixa o que afeta os resultados financeiros. Tal assertiva é comprovada pelas casas em alvenaria inacabadas pelo período maior que um ano. Exemplo dessa ineficiência do processo produtivo é a desistência de muitos moradores com a produção de guaraná, sobretudo quando o fator principal, a animação como dizem, ocorre a partir dos preços pagos pelo quilo do produto, ou seja, não há no município nenhuma política que garanta o preço mínimo para o produtor rural. As cadeias produtivas consistem na organização operacional de cada atividade econômica, sendo:

Uma sequência de operações que conduzem à produção de bens. Sua articulação é amplamente influenciada pela fronteira de possibilidades ditadas pela tecnologia e é definida pelas estratégias dos agentes que buscam a maximização dos seus lucros. As relações entre os agentes são de interdependência ou complementaridade e são determinadas por forças hierárquicas. Em diferentes níveis de análise a cadeia é um sistema, mais ou menos capaz de assegurar sua própria transformação (ZYLBERSZTAJN, 2000, p. 9).

A falta de planejamento sobre as cadeias produtivas locais pode ser sanada a partir da formação de organizações da sociedade civil como associação ou cooperativa tendo como princípio a participação dos moradores ou sócios na definição do que deve ser melhor trabalhado e com a finalidade de ampliar a produção através de técnicas ambientalmente corretas e eficazes. Para a roça o cultivo agroecológico considerando a riqueza do solo, o ciclo das cultivares, a aceitação no mercado local e o treinamento dos agricultores surtirão efeitos práticos em curto tempo. As práticas agroecológicas permitem o uso do solo, mantendo sua capacidade de atender a rotatividade de cultivos diferentes, pois a reposição de nutrientes são a partir da adubação orgânica sem o uso de qualquer outro industrializado. Nesse aspecto, os

produtos desta forma de fazer a agricultura ganha mercado consumidor com o apelo da produção orgânica, portanto, saudável ao consumidor.

Vantagens comerciais são comuns para cooperativas e associações de populações tradicionais, pois órgãos governamentais e empresas privadas tendem fechar parcerias para enfatizar presença no mercado ao mesmo tempo que melhora o padrão de vida dos sócios através de política de preços mais justa sobre a produção. Contudo é importante atentar para o fato de que experiências dessa natureza que fracassaram devido ao baixo comprometimento dos sócios e a falta de transparência o que levou ao descrédito dessas organizações no passado.

### **5.2.3 A pressão sobre os recursos naturais**

Dos recursos disponíveis na área de influência da comunidade alguns tem sofrido pressão externa para exploração e uso quase sempre sem nenhum planejamento e com oferta de valores ínfimos. Em 1954 a Petrobrás fez prospecção e anunciou descoberta de petróleo no município de Maués conforme destaca o site [comciencia.br](http://comciencia.br) (2002), “As primeiras descobertas de petróleo na Amazônia ocorreram em 1954, quando a Petrobras encontrou quantidades não comerciais nas cidades de Nova Olinda, Autás Mirim e Maués, no estado do Amazonas”. A partir de então a floresta conservada chamou a atenção de empresas madeireiras para explorar legal ou ilegalmente a região.

Como a mata de terra firme na comunidade é preservada pelos donos de lotes que fazem uso somente do necessário para construção de suas casas há segundo o morador J.B.M, pressão feita por alguns madeireiros, para que árvores sejam negociadas a baixo preço para serrarias da cidade. Em Maués a exploração de madeiras é caso sério devido a quantidade de balsas que descem o rio, à noite, carregadas de toras, com suspeitas de contrabando.

A Polícia Federal, em força-tarefa com o Ipaam e a Defesa Civil neste final de semana, encerrou a atividade ilegal de três serrarias em Maués/AM por crimes ambientais. Dois gerentes e um proprietário foram presos em flagrante delito durante a operação. Essa ação da PF contou com a apreensão de seis tratores, dois caminhões, dois carros, uma moto, duas motosserras e uma balsa. Todos os bens apreendidos eram utilizados como instrumentos para práticas ilícitas existentes na localidade.

O Ipaam aplicou multas administrativas para cada serraria com valores acima de R\$400,00 mil, além de lacrar os respectivos estabelecimentos.

As madeiras apreendidas pela Polícia Federal já foram doadas à Defesa Civil, que ficou responsável pelo devido repasse social às famílias que perderam suas casas devido a desastres naturais. A Defesa Civil ficou ainda como depositária fiel dos demais bens apreendidos.

Os indiciados responderão, na medida de suas responsabilidades, pelos crimes de obstrução à fiscalização ambiental, receptação qualificada e tráfico de madeira. As penas podem chegara até 15 anos de reclusão (O JORNAL acrítica.com, 2021, texto digital).

Madeiras nobres como itaúba usada na construção de barcos regionais, maracatiara, cedro, angelim usadas na construção de móveis, pau d'arco, itaúba preta usadas na construção de residências, castanheiras, ipês, maçaranduba, louro gamela, pequiarana, andiroba usadas em diversos outros produtos são as mais visadas pelos desmatadores. Essas espécies são abundantes na localidade estudada o que chama atenção sobre esse recurso. Um dos mandatários atuais afirmam que vai chegar um tempo que será muito difícil conter o desmatamento nos lotes porque os madeireiros estão oferecendo cada vez mais dinheiro para quem tem madeira em seus lotes, “já ofereceram até mil reais por uma árvore em pé, mas eu não vendi não. Se vender eles abrem um caminho que derruba um monte de árvore só pra arrastar uma lá do meio do mato e isso escangalha todo o terreno”, afirmou.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema comunidades ribeirinhas têm ganhado atenção das ciências sociais e ambientais por tratar de conhecimentos pouco evidenciados na academia. O despertar para o estudo dessa categoria social e seu meio ambiente tem ocorrido através de pressões sobre florestas, lagos e rios gerando impactos ambientais percebidos com mais nitidez quando noticiadas a falta de chuvas, intensificação da seca, o garimpo e o desmatamento ilegais, a redução de estoques pesqueiros e a extinção de espécies ameaçadas. Esses fatos exigem que o olhar da ciência se volte para as populações tradicionais em busca de conhecimentos que apontem soluções para os problemas. A Amazônia invoca a necessidade de pesquisa, do saber e do aprender.

A temática proposta neste estudo, A comunidade ribeirinha santo Antônio do rio Morais/Amazônia: história e território, se caracteriza pelo pouco estudo desenvolvido na área de formação e consolidação de comunidades rurais ao longo de sua história e a importância dessas para seus municípios. Estudar a formação das comunidades rurais tem o profundo sentido para compreender o “ser ribeirinho” e sua relação com a natureza, com o meio em que vive.

Sabe-se que as comunidades ribeirinhas formam cadeias de processos produtivos, econômicos, sociais e culturais que caracterizam e diferenciam suas populações tanto da urbana quanto entre si. Costumes se distanciam conforme a cidade fica longe do local de moradia do ribeirinho, pois estes tendem a maior integração com a natureza para entender, explorar, e conhecer melhor as riquezas, possibilidades de uso proporcionando experiências e conhecimentos empíricos.

Chama atenção a festividade em honra a Santo Antônio na localidade Morais por elementos estranhos ao município de Maués. O exemplo é a quantidade de devotos nos dias de

feira, a procissão que percorre a estrada de acesso a comunidade no dia do santo é tão grande quanto a procissão no dia da padroeira da cidade, equivalem-se. Impressiona por se tratar de uma comunidade rural e pela distância percorrida. É considerada pelos católicos como a terceira festa religiosa mais importante do município, é a terceira mais importante e ocorre em uma comunidade rural, isso impressiona.

É relevante salientar que as pesquisas sobre comunidades ribeirinhas em Maués é campo amplo, pois precisam ser estimuladas em todas as áreas do conhecimento, afinal como detalhado nos resultados, há conhecimentos sobre ervas e plantas medicinais, sobre a floresta, o meio ambiente, pessoas e a relação destas com a natureza. É preciso atentar que as comunidades tradicionais precisam ter sua história registrada em pesquisas, livros documentários para gerações futuras. Outro marco importante desta pesquisa está na conexão direta com a área de concentração Espaço, Ambiente e Sociedade e a linha de pesquisa Espaços e Problemas Socioambientais do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD), da Univates coaduna racionalmente ao tema da pesquisa proposta, visto que este se trata de investigação quanto a história, a cultura e o território da comunidade ribeirinha de Santo Antônio do Rio Morais.

O objetivo geral de analisar a formação da Comunidade Santo Antônio do Rio Morais e suas mudanças ao longo da história considerando os aspectos culturais e socioambientais foi atingido, visto que fatos ligados a fundação da localidade, incluindo pessoas, instituições e parcerias estão claros ao longo do texto e demonstram o empenho nos processos de mudanças intrínsecos ao conjunto de moradores. O resultado está descrito nesta dissertação e serão ainda apresentados em livro escrito a diversas mãos, fazendo com que a comunidade seja também autora da escrita de sua história.

A direção da pesquisa foi dada pelos objetivos específicos estabelecidos através da contextualização a formação da comunidade enquanto construção social e cultural ribeirinha observando os movimentos migratórios, procedência étnicos e o processo histórico. Embora se tenha conseguido atingi-lo com propriedade, fica claro que movimentos migratórios e a diversidade étnica não ocorreram com intensidade que pudesse influenciar no modo de viver da comunidade.

Contudo dois fatores têm importância, o primeiro é a construção das afinidades e coerência social existente, o que se pode chamar de corpo social bem definido; o segundo está relacionado a cultura que praticamente foi perdida ao longo do tempo que pela riqueza dos

relatos, se estivessem conservadas tornariam a comunidade mais atrativa aos olhos dos visitantes. Ao entender essa situação, este pesquisador entristeceu, afinal a cultura com suas danças, contos, causos são marcas importantes das comunidades tradicionais, escapando da escrita acadêmica, “é realmente uma pena!”

Pode-se afirmar que as modificações da paisagem ao longo do tempo tornaram o lugar mais agradável aos olhos dos visitantes e utilizável aos moradores. Algumas das mudanças foram traumáticas e tem discordâncias até hoje. As estruturas prontas, assim como as casas foram aperfeiçoadas e adequadas melhorando sua distribuição pelo terreno da vila transformando também o espaço de convivência, uma mudança na cultura inclusive. Logo o segundo objetivo específico foi contemplado e demonstrado no trabalho.

Quanto a identificação das manifestações das práticas culturais da comunidade de ribeirinhos na promoção da sustentabilidade ambiental considerando aspectos religioso, elementos das tradições como as crenças e os costumes é surpreendente como a sociedade dos Morais preserva aspectos de importância histórica e de utilidade. O cultivo de ervas e plantas medicinais para uso em remédios caseiros, a importância dada a pesca e a caça assim como a reprodução do fazimento dos alimentos e a importância dada a religiosidade ficam evidentes. Aliás, pelo que se pode observar, há certo orgulho do pertencimento ao local, uma boa indicação do quanto as pessoas se importam e se sentem bem por conviverem. Aspectos presenciados pelo pesquisador e que não foram relatados na pesquisa, demonstram a identidade bem definida entre os moradores.

Algumas hipóteses foram fundamentais para estabelecer ideias da condução da pesquisa principalmente a que tratava da mudança de local do centro comunitário que se pensava ter ocorrido com a cisão da comunidade de São Sebastião na mesma calha de rio, contudo esta possibilidade foi rebatida quando foi identificado o local da primeira capela que está distante de São Sebastião, portanto não foi uma cisão que originou a comunidade Santo Antônio.

A segunda hipótese estava fundamentada na questão de a capela estar assentada em terreno de particular, que embora o tivesse doado a paróquia, tentava manter o mando sobre o local o que ocasionou problemas de relacionamento entre o proprietário e os moradores, sendo que esta hipótese foi confirmada através de documentos oficiais, que estão de posse da comunidade com cópia na paróquia, embasando as falas nas entrevistas dos moradores. A história da origem está clara quanto a isto, ou seja, as demais hipóteses testadas não se confirmaram nem pelos documentos e nem pelos depoimentos.

Uma outra hipótese propõe que os desentendimentos entre moradores tendo o aumento da violência, os desentendimentos familiares e disputas por poder são determinantes para a composição de nova comunidade ribeirinha. Uma outra possibilidade consistiu na distância entre comunidades rurais cujos moradores buscam formar novos núcleos mais ligados às suas atividades produtivas e religiosas. As diferenças culturais e religiosas entre os ribeirinhos que compunham a comunidade de São Sebastião influenciaram a cisão das famílias e as relações de compadrio existentes, obrigando a migração para outra localidade e com isso a construção de nova comunidade ribeirinha. Enfim, nenhuma dessas outras se confirmou, mas valorizou muito pesquisa devido ao método adotado.

Registra-se que outras possibilidades descartadas foram consideradas, podendo-se citar que o nome da comunidade teve origem na imposição da família doadora da terra cujo lote era registrado junto ao INCRA como Santo Antônio. Outra que não confirmou foi a tese de que foi achado na localidade uma estátua de pedra com a imagem de Santo Antônio deixou de ser considerada quando relatos afirmaram o fato ocorreu em outra comunidade na calha de outro rio. Quanto ao nome da comunidade, a família dos fundadores o manteve por ser o santo cultuado muito antes na localidade e por ser um dos santos mais populares da igreja católica.

As perguntas que direcionaram o planejamento da pesquisa foram: como a comunidade Santo Antônio do Rio Morais foi criada? Que motivações levaram a isto? Como era a paisagem do local antes e como mudou ao longo dos quarenta e dois anos de existência do lugar? Quais são as festividades, o que teve continuidade e o que foi transformado? Qual é a relação do ribeirinho com a natureza, suas percepções sobre os rios e as matas?

Tais questionamentos foram respondidos à medida que a bibliografia foi consultada, autoridades foram indagadas e os comunitários, em suas conversas informais registradas nos diários de campo, foram esclarecendo fatos ao mesmo tempo que indicavam nomes possíveis para conversas. A criação da comunidade teve apoio da igreja católica que recebeu terreno doado por paroquianos. A mudança de local ocorreu devido a problemas de relacionamento com o antigo proprietário do terreno. A paisagem foi modificada para atender as demandas dos habitantes. Das festividades iniciais a maioria foi reatualizada ao longo do tempo e hoje estão nas lembranças dos moradores mais antigos. Já a relação de pertencimento do ribeirinho e suas percepções necessita de estudos mais aprofundados com metodologia própria, eis uma limitação desta pesquisa.

Embora este trabalho seja um estudo de caso levado a cabo pela pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e registros da oralidade ribeirinha e a observação *in loco* com registros no diário de campo, tem-se que a elaboração das perguntas das entrevistas pudessem ser mais bem elaboradas e essa dificuldade ocorreu pela falta de tempo para incursões etnográficas mais intensas e constantes. A amostragem inicial, com 10 pessoas, teve que ser modificada a partir do momento em que a pandemia da COVID-19 foi declarada e os idosos tiveram que deixar o convívio social para se proteger do vírus, só foi possível entrevistá-los em junho/21, enquanto o cronograma afirmava que seria em março, após a primeira dose de vacina aplicada em todos os moradores. Infelizmente dos moradores mais antigos foram a óbito nesse período, outros mudaram para a cidade em busca de proteção. Por conta dessa situação foi possível entrevistar somente dois moradores com mais de sessenta anos.

A ideia inicial das entrevistas constava em fazê-las com um morador de cada vez, mas isso não foi possível e tivemos que mudar a forma com o uso do gravador de voz e máquina fotográfica. Quando aplicadas, filhos, esposas/maridos, compadres/comadres, sentavam-se ao lado do entrevistado e completavam o relato, a fala ou até contradiziam o que fora dito ocasionando uma correção do relato. Todas as entrevistas acabaram sendo com dois ou mais participantes, isso contudo, contribuiu para mais fatos narrados e confirmados pelo outrem. Infelizmente os registros fotográficos dos anos iniciais são inexistentes, pelo menos não foi conseguido nenhum referente à primeira década. Descrições e relatos sobre paisagem e pessoas foram registrados no diário de campo que ganhou importância enorme para o estudo.

As limitações encontradas para a realização desta empreitada consistem na falta de registros de reuniões dos anos iniciais da localidade, da inexistência de fotografias ou rascunhos que possam dar base para contextualização, estes são de ordem palpável. Constata-se que a amplitude da amostra pode ser melhorada para maior detalhamento das informações e diversidade de depoimentos. Outro limitador ocorre pelos registros históricos anteriores inexistentes o que este trabalho tende a contribuir como ponto de partida. A falta de tempo e a pandemia impactaram o processo que na possibilidade de ser testado novamente em tempos menos tenebrosos, podem ser reavaliados. E por último a limitação do próprio pesquisador que em algum momento permitiu que aspectos emocionais o afetassem, contudo não impedem o resultado de ser satisfatório.

Recomenda-se que pesquisas no campo da ruralidade devem ser feitas com mais intensidade em diversos locais do país, pois as possibilidades de pesquisas etnográficas e

biotecnológicas, tendo como base o conhecimento ancestral, são reais a considerar a diversidade de pessoas e organismos com potencial de descobertas futuras na área farmacológica, da agricultura entre tantas outras.

Por fim, os desafios futuros são iminentes e a comunidade deve atentar para enfrentá-los com criatividade e explorando seus potenciais como as modalidades possíveis de ecoturismo, a auto-organização através de tecnologias sociais, de sorte que o desenvolvimento possa ser obtido através da participação de seu povo.

## REFERÊNCIAS

AGASSIZ, Jean Louis Rodolph. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Tradução e notas de Edgar Süssekind de Mendonça. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. A importância da história oral como metodologia de pesquisa. **Anuais eletrônicos da IV Semana de História do Pontal / III Encontro do Ensino de História**. Universidade Federal de Uberlândia – campus Pontal. Ituiutaba-MA, 29 nov. a 02 dez. 2016.

ALVES, Yasmin; SILVA, Christian Nunes da. O turismo de base comunitária e desenvolvimento local em unidade de conservação brasileiras. *Revista Comunicação universitária*, Belém, PA, V.1, N.2, p. 1-19. 2021.

AMARAL, Silvana; ESCADA, Maria Isabel Sobral; ANDRADE, Pedro Ribeiro de; ALVES, Pedro Assumpção; PINHEIRO, Taíse Farias; PINHO, Carolina Moutinho Duque de; MEDEIROS, Líliam César de Castro; SAITO, Érika Akemi; RABELO, Tiago Nunes. Da canoa à rabeta: estrutura e conexão das comunidades ribeirinhas no Tapajós (PA). Pesquisa de campo jun/jul de 2009. **Relatório Técnico de atividade de pesquisa do INPE nos Projetos PIME e GEOMA**. INPE, São José dos Campos, 2009.

AMAZONAS. **Amazonas em mapas 2018**. 4. ed. – Manaus-Amazonas, 2020.

AMAZONASTUR. Triciclo parintinense: veículo sustentável aprovado pelos turistas. 24/06/2019. Disponível em <http://www.amazonastur.am.gov.br/triciclo-parintinense-veiculo-sustentavel-aprovado-pelos-turistas/>. Acesso em 01/03/2022.

AMAZONAS - IDESAM. Rastreamento da produção de guaraná beneficia agricultores familiares e comunidades na Amazônia. Disponível em: <https://ppa.org.br/rastreamento-da-producao-de-guarana-beneficia-agricultores-familiares-e-comunidades-na-amazonia/>. Acesso em 15/01/2021.

ANDRADE, Luís Fernando da Silva; ALCÂNTARA, Valderí de Castro; PEREIRA, Florence Rodrigues; PEREIRA, José Roberto Pereira. Espaço, território e lugar: revisão da literatura

dos estudos em gestão social sobre formação sócio-espacial. AOS - **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade Brazil**, v.7, n.2, jul/dez. 2018, p. 25-46.

ASPROC. Associação dos Produtores Rurais de Carauari. Comércio ribeirinho da cidadania e solidário, 2011. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/comercio-ribeirinho-da-cidadania-e-solidario>. Acesso em: 05/04/2022.

ÁVILA, Cristian Pio. **Os argonautas do baixo Amazonas**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, 2016.

BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. Fontes históricas / Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). – São Paulo: Contexto. 2005.

**BACIA sedimentar do Amazonas é a terceira em produção de petróleo.**

<http://www.comciencia.br>. Atualizado em 10/12/2012. Disponível em:

<https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/petroleo/pet12.shtml>. Acesso em: 01/12/2021.

BARTOLI, E. entre o urbano e o ribeirinho: territorialidades navegantes e sistemas territoriais em Parintins (AM). Espaço aberto. 2018;8\*2):169-85.

BARTOLI, E. Cidades na Amazônia, sistemas territoriais e a rede urbana. Mercator, Fortaleza, v. 17, e17027, 2018.

BASTONE, Paula de Carvalho; REIS, Marcos Vinicius de Freitas. **Religião e religiosidade na Amazônia e na contemporaneidade** /Paula de Carvalho Bastone & Marcos Vinicius de Freitas Reis (Org.s) – Macapá: UNIFAP, 2018.

BATISTA, Sonia Socorro Miranda. Cultura ribeirinha: a vida cotidiana na ilha do Combu/PA. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Estado, desenvolvimento e crise do capital. 23 a 26 de agosto de 2011. Campus Universitário do Bacanga, São Luís/MA. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/ESTA\\_DO\\_CULTURA\\_E\\_IDENTIDADE/CULTURA\\_RIBEIRINHA\\_A\\_VIDA\\_COTIDIANA\\_NA\\_ILHA\\_DO\\_COMBUPARA.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/ESTA_DO_CULTURA_E_IDENTIDADE/CULTURA_RIBEIRINHA_A_VIDA_COTIDIANA_NA_ILHA_DO_COMBUPARA.pdf). Acesso em 01/11/2021.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. Editora Brasiliense, 1981.

BEZERRA, Raíra Kirilly Cavalcante, VIEIRA, Bruna Passos; RIBEIRO, Anne Rafaela de Sousa; ABREU, Emiliane de Almeida; SILVA, Felipe Fabrício da; SOUZA, Rafaela Faustino da Silva de; SOUZA, Déborah Leite de Areu; FERREIRA, Gilvania Oliveira; PAULINO, Izabela de Sousa; FEITOSA, Maria Vanyele Nogueira. **A territorialização como processo de transformação: um relato de experiência**. REAS/EJCH | Vol.Sup.n.42, 2020.

BIGOSSI, Fabiela. “O segredo é não parar”: estudo antropológico sobre as concepções do trabalho entre idosos em Maués – AM e Veranópolis – RS. **Illuminuras**, Porto Alegre, v.13, n. 30, p.310-332, jan./jun. 2012.

BILAR, A. B. C.; PIMENTEL, R. M. M. Participação da comunidade na gestão e em ações de proteção da biodiversidade vegetal em áreas protegidas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Vol. 53. p. 151-166, jan-jun. 2020.

BONILHA, Maíra Coelho; SACHUCK, Maria Iolanda. Identidade e tecnologia social: um estudo junto às artesãs da Vila Rural Esperança. Cad. EBAPE.BR 9 (2) • Jun 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/9DJnjM8zxvbPdWZSWvwPWQx/?lang=pt>. Acesso em: 28/02/2022.

BOSI, Éclea. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. – 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “A comunidade tradicional”. In: UDRY, Consolación & EIDT, Jane Simoni (Orgs.) Conhecimento tradicional: conceitos e marco legal. Brasília: EMBRAPA, 2015 p. 21-101 (Coleção Povos e Comunidades tradicionais, vol. 1).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A comunidade tradicional**. (S/D) texto digital. Disponível em: [nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/a comunidade trad160.pdf](http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/a%20comunidade%20trad160.pdf). Acesso em 15/01/2021.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. CPRM. **Área AM-01, Parauari - Amazonas/Pará**. Coleção Informes de recursos minerais. CPRM, 1999. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br/bitstream/doc/1689/1/%c3%81rea%20AM-01%2c%20Parauari.%20Mapa%20de%20Jazimentos%20Aur%c3%adferos.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.040/2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Presidência da República, DOU de 07 de fevereiro de 2007. Imprensa Nacional.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo de Aventura: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo de Pesca: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2.ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRINGEL, Sérgio R. B; SANTOS, Umberto de Menezes; GOES RIBEIRO, Maria de Nazaré. Bacia do rio Parauari-Maués-Açu. Aspectos químicos devido às alterações hidrológicas da bacia. **Acta Amazônica**, 14 (1-2): 77 – 85. 1984.

BRINGEL, Sérgio R. B; SANTOS. Hidroquímica da bacia do rio Parauari – Maués Açu. Dissertação apresentada a Escola Superior de Agricultura "Luiz da Queiroz" da Universidade de São Paulo. PIRACICABA\* Estado de São Paulo – Brasil. Agosto. 1980.

BRUGNERA, Ana C.; MEIRELLES, Célia R. M.; JUVENAL, Patrícia T.; ZIPPERT, Ingrede C. A relação da morada dos ribeirinhos da costa do Canabuoá, Manacapuru-AM: processos construtivos da Costa do Canabuoá. 4 **COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO**. Belo Horizonte, de 26 a 28 de setembro de 2016.

BUSOLLI, Jonathan; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Território, territorialidade e espacialidade Kaingang no sul da bacia hidrográfica do rio Taquari-Antas, Rio Grande Do Sul/Brasil. *Revista de Geografia (Recife)* V. 37, No. 3, 2020.

CABRAL, Luiz Otávio. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFCS, v. 41, n 1 e 2, p. 141-155. Abril e outubro de 2007.

CALDAS, Rodrigo Teixeira; WIMMER, Peter. Espécies arbóreas da bacia do rio Maués-Miri, Maués – Amazonas. **Revista Igapó**. V. 3 - nº Especial – Dez. 2012. <http://200.129.168.183/ojs/index.php/ANIC/article/viewFile/338/312>. Acesso em 15/10/19.

CANTO, Daniela Glória. **Comunidades tradicionais em Parintins-AM: Dinâmicas organizacionais em Nossa Senhora de Nazaré, região do Zé Açu**. Manaus: [s/n], UEA 2020.

CARNEIRO, Alcinei Pimentel. **Memórias do município de Maués: terra do guaraná**. – 1ª ed. – Rio Branco: EAC Editor; São Paulo: ArteSam, 2020.

CASALDÁLIGA, Pedro. Uma igreja na Amazônia em conflito com latifúndio e marginalização social. Carta pastoral. Edição original FACSÍMIL, 1971.

CARVALHO, Joel Pacheco de; REIS, Marcos Vinicius de Freitas. Igreja católica na Amazônia: religiosidade e conflito. Paula de Carvalho Bastone e Marcos Vinicius de Freitas Reis (Org.). **Religião e religiosidade na Amazônia e na contemporaneidade** – Macapá: UNIFAP, 2018.

CERQUA, Dom Arcângelo. **Clarões de fé do médio Amazonas**. 2. ed. Manaus: ProGrafGráfica e Editora, 1980.

CETEM – Centro de Tecnologia Mineral. Estudo dos impactos ambientais decorrentes do extrativismo mineral e poluição mercurial no Tapajós – pré-diagnóstico / Rita Maria Rodrigues [et al.]. – Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1994.

CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 4. ed. Lajeado, RS: Univates, 2020. *E-book*. Disponível em: <http://www.univates.br/biblioteca>. Acesso em: 24 jan. 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração** – edição compacta. Manole. Edição do Kindle.

COMARCA DE MAUÉS, livro de 29/09/1964.

COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO DO RIO MORAIS. Livro de Atas 1996-2002. Ata de reunião do dia 12 de março de 1998.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA CONGREGAÇÕES MARIANAS DO BRASIL. Regra de vida – finalidades (texto digital). Disponível em: <https://cncmb.org.br/regra-de-vida>. Acesso em: 05/04/2022.

COSTA, Jéssyca Sâmya Ladislau Pereira. **Por todos os cantos da cidade: escravos negros no mundo do trabalho na Manaus oitocentista (1850-1884)**. Dissertação de mestradado – Universidade Federal Fluminense, 2016.

COSTA, Marco Antônio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Projeto de pesquisa – entenda e faça**. 6. ed. 2. reimpressão – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

COSTA, Luís Fernando Belém da. **Cultivadores de guaraná: um estudo do processo de monopolização do território pelo capital no município de Maués-AM** /Luís Fernando Belém da Costa. 2017. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

COSTA, Tayson Antonio Ceron Rodrigues da. **Segurança hídrica no Município de Humaitá-AM com aplicação do Arduíno**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Amazonas, 2019. Disponível em: [https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7373/6/Disserta%c3%a7%c3%a3o\\_TaysonCosta\\_PPG\\_CA](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7373/6/Disserta%c3%a7%c3%a3o_TaysonCosta_PPG_CA). Acesso em 15/10/2021.

COUTO, Gilmar. **Histórias e lenda amazônicas – boto tucuxi e boto vermelho**. Publicado em 15/03/2021. Disponível em: <https://portalolasalvesalve.com.br/articulistas/paulo-almeida/historias-e-lendas-amazonicas-boto-tucuxi-e-boto-vermelho/>. Acesso em: 01/11/2021.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, cultura e política**. Trad. Heci Regina Candiani. – 1ª ed. Boitempo, 2017.

DIÁRIO de Campo 21/10//2020. **Pesquisa de Campo a Comunidade Ribeirinha Santo Antônio do Rio Morais**. Maués/Amazonas, 2020. p. 1-2.

DIÁRIO de Campo 03/11//2020. **Pesquisa de Campo a Comunidade Ribeirinha Santo Antônio do Rio Morais**. Maués/Amazonas, 2020. p. 1-2.

DIÁRIO de Campo 06/11//2020. **Pesquisa de Campo a Comunidade Ribeirinha Santo Antônio do Rio Morais**. Maués/Amazonas, 2020. p. 4-4.

DIEHL, Astor Antônio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

ELETROBRÁS. Amazonas Energia. Sua conta, tarifas e modalidades. Disponível em: <https://website.amazonasenergia.com/sua-conta/tarifas-e-suas-modalidades/>. Acesso em 10/10/2021.

FABRÉ, Nidia Noemi; ALONSO, Juan Carlos. Recursos ícticos no Alto Amazonas: sua importância para as populações ribeirinhas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Zoologia* 14.1 (1998): 19-55.

FAGUNDES, Maria Helena. Guaraná outubro de 2019. **Análise mensal**. CONAB, 2019.

FARIAS, Edson. Entre a tradução/objetivação do sujeito da objetivação e novas subjetividades artístico-culturais, no relato de uma viagem de campo. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. • G&DR • v. 14, n. 4, p. 73-110, jul/2018 (ed. especial), Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: [www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3935/](http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3935/). Acesso em 17/01/2021.

FILHO, Paulo Almeida. Histórias e lendas amazônicas 5 – Boto tucuxi e boto vermelho. Disponível em: <https://dapibge.org.br/wp-content/uploads/2021/08/boto.pdf>. Acesso em: 01/11/2021.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; MIGUEZ, Samia Feitosa. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. **Ciência e Cultura**, v. 61, p. 30-32, 2009. Disponível em: [cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v61n3/a12v61n3.pdf](http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v61n3/a12v61n3.pdf). acesso em: 02/01/2021.

FREITAS, Marcos Antônio Braga de; TORRES, Iraildes Caldas. As expressões socioculturais dos Sateré-Mawé. III Congresso Pan Amazônico de História Oral, IX Encontro Regional Norte de História Oral, VIII Semana de História CESP/UEA, 2015. Disponível em: [http://www.norte2015.historiaoral.org.br/resources/anais/12/1443395532\\_ARQUIVO\\_ExpresoesidentitariasSateremaweSimposioHO.pdf](http://www.norte2015.historiaoral.org.br/resources/anais/12/1443395532_ARQUIVO_ExpresoesidentitariasSateremaweSimposioHO.pdf). Acesso em: 05/04/2022.

FRIZZO, K. R. Diário de campo: reflexões epistemológicas e metodológicas. In: SARRIERA, J. C.; SAFORCADA, E. T. (Org.). **Introdução à psicologia comunitária: bases teóricas e metodológicas**. Porto Alegre: Sulinas, 2010. p. 169-187.

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. Primeira infância primeiro. Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/maues-am/>. Acesso em 01/11/2021.

FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Vol. v. 21, 2017, n.1, p. 19-29.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.  
GOMES, Jéssica Dayse Matos. Mocambos na Amazônia: História e identidade étnico-racial do Arari, Parintins/Amazonas. / Jessica Dayse Matos Gomes. 2017.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia* - Ano IX - No 17 – 2007.

GUIMARÃES, Cláudio Douglas de Oliveira; PALHA, Maria das Dores Correia, TOURINHO, Manoel Malheiros. Estratégias e dinâmica de caça na ilha Colares, Pará, Amazônia Oriental. **Biota Amazônia**. Macapá, v. 9, n. 1, p. 5-10, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/biota>. Acesso em; 01/11/2021.

HARARI, Yuval Noah. Sapiens – Uma breve história da humanidade; tradução Janaína Marcoantonio. – 51. Ed. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/maues/panorama>. Acesso em 20/12/2020 (texto digital).

ICMBIO. **Operação resgata trabalhadores de garimpo ilegal**. 23/08/2018. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9911-operacao-resgata-trabalhadores-de-garimpo-ilegal>. Acesso em 30/06/2021. Acesso em 10/09/2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Agenda 2030: ODS – metas nacionais para os objetivos do desenvolvimento sustentável. Ipea, 2018.

ITS BRASIL. Caderno de Debate – Tecnologia Social no Brasil. São Paulo: ITS, 2004.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. – 5ª ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. – 14. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. – 22. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

LEMOS, Verena Cansanção da Silva. **O festival folclórico de Parintins**. Monografia acadêmica do Curso de Bacharelado em Turismo. Uniceub, 2005.

LIMA, Bruna Barros. Estrutura atual da pesca artesanal e estimativa do autoconsumo de pescado entre os pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos, RS, Brasil. (Dissertação). Rio Grande, julho de 2012.

LISBOA, José Rivaldo Arnaud. Atuação da Igreja Católica na prelaia de Cameté:

o contexto da educação popular no período de 1980 a 1999. 2019. 206p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura. Universidade Federal do Pará –Campus CUNTINS/Cametá, 2019.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política.** **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

LOUZADA, Elizângela Viana; COSTA, Kleby Miranda; SANTOS, Oláiza Quaresma. A constituição da identidade ribeirinha: a interface linguagem e cultura. **REVISTA AMAZÔNIDA**, v. 4, n. 2 | 2019.

MACHADO, Ana. PIME completa 70 anos de missão no Amazonas. Publicado em 3 de jan. 2019. **Especial Mundo & Missão**. Disponível em <https://editoramundoemissao.com.br/pime-completa-70-anos-de-missao-no-amazonas/>. Acesso em 08/01/2021.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras. Organizadores: Roberto Bartholo, Davis Gruber Sansolo e Ivan Bursztyrn Letra e Imagem, 2009.

MARINHA DO BRASIL. Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental. Inscrição de embarcações miúdas. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/cfaoc/node/2>. Acesso em: 02/03/2022.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano.** – 2ª ed. 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Capital: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital (tradução de Rubens Enderle). São Paulo: **Boitempo Editorial**, 2013. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod\\_resource/content/1/MARX%2C%20](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20). Acesso em: 01/11/2021.

MATOS, Carla da S.; SANTOS, Rozenir M. dos; ROSÁRIO, Ligia P. C. do; REIS, Adebaro A. dos. Manejo de Açaizais Nativos: Tecnologia Social para elevação da produtividade de açaí (Euterpe Oleraceae Mart.) nas comunidades ribeirinhas do município de Igarapé-Miri, Pará. UFPA, 2014. **v. 11 n. 1 (2014): Anais do XI Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social.** Publicado em: 20/05/2020. Disponível em: <https://anais.eneds.org.br/index.php/eneds/article/view/310>. Acesso em: 02/03/2022.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de; FERREIRA, Maria Beatriz Rocha. **A prática do puxirum no plantio da roça.** X Simpósio Internacional Processo Civilizador. 1 a4 de abril de 2007. Campinas, SP, Brasil. Disponível em: [http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais10/Artigos\\_PDF/Glaucio\\_de\\_Matos.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais10/Artigos_PDF/Glaucio_de_Matos.pdf). Acesso em: 05/04/2022.

MAUÉS. Lei Orgânica do Município de Maués. **ALEAM**, 2014.

MAUÉS. Tomba a Lenda do Guaraná nas versões Cereçaporanga e Curumim como Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Imaterial do Município de Maués; Lei Municipal 178, de 17 de novembro de 2009. Câmara Municipal de Maués, 2009. Disponível em: <https://www.perseusdata2.com/camaramaués/publicacoes/>. Acesso em: 05/04/2022.

MAUÉS. Prefeitura Municipal de Maués. **Atestado de constituição de capela**. Documento encontrado junto a Secretaria da comunidade ribeirinha Santo Antônio do Rio Morais. 09/08/1977. Fotografado em 20/04/2021.

MORAES, Nelson Russo de; CAMPOS, Alexandre de Castro; SILVA, Matheus Leme da; SOUZA, Fernando da Cruz. Comunidades tradicionais: cultura e identidade. **Revista Observatório**. Palmas, v. 3, n. 5, p. 501-522, ago. 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3667/11287> . Acesso em 10/11/2020.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**, n. 14, volume 2 -p. 48-60 (S/D).

MURRIETA, Rui Sérgio Sereni; BAKRI, Maissa Salah; ADAMS, Cristina; OLIVERIA, Perpétuo Socorro de Souza; STRUMPF, Roberto. Consumo alimentar e ecologia de populações ribeirinhas em dois ecossistemas amazônicos: um estudo comparativo. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1415-52732008000700011>. Acesso em 01/11/2021.

NASCIMENTO, Cristiano Gomes do. O consórcio de produtores de guaraná sateré-mawé da região do rio marau no município de Maués – uma contribuição para o ensino da economia sustentável. **Dissertação**. UFRRJ, 2016.

NETO, Francisco Rente; FURTADO, Lourdes Gonçalves. A ribeiridade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 24. P. 158-182,2015.

O CATEQUISTA. **Dioceses, Arquidioceses, Prelazias... Entenda as várias igrejas que formam a Igreja Católica!** Disponível em: <https://www.ocatequista.com.br/blog/item/14146-dioceses-arquidioceses-prelazias-entenda-as-varias-igrejas-que-formam-a-igreja-catolica>. Acesso em 05/04/2022.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. C169 – Sobre Povos Indígenas e Tribais. Convenção nº 169, de 07/06/1989. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_236247/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236247/lang--pt/index.htm). Acesso em: 28/02/2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Agenda para planejadores locais: turismo sostenible y gestión municipal. Madrid: OMT, 1999. (Edición para América Latina y el Caribe).

ONU. Organização das Nações Unidas. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD. Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum, 1987.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. “A nação tutelada: uma interpretação a partir da fronteira”. *Mana*, v. 27, n. 1, 2021, (pp. 1-31).

PACHECO DE OLIVEIRA, João. O nascimento do Brasil e outros ensaios: pacificação, regime tutelar e alteridades. – Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PARDINI, Patrick. Natureza e cultura na paisagem amazônica: uma experiência fotográfica com ressonâncias na cosmologia ameríndia e na ecologia histórica. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 2, p. 589-603, maio-ago. 2012.

PEREIRA, Clevisson J.; FERNANDES, Dalvani. Cultura e dimensões do viver em Ui-Fu Tuan: algumas aproximações geográficas. **RA E GA 22** (2011), p. 53-73. Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR.

PEREIRA, Alberto Carlos Lourenço. **Garimpo e fronteira amazônica: as transformações dos anos 80**. Belo Horizonte (S/D). Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/garimpo-e-fronteira-amazonica-transformacoes-dos-anos-80> . Acesso em 20/06/2021.

PIME. Pontifício Instituto da Missões Exteriores. **PIME no Brasil: baixo amazonas – missão sobre os rios**. S/D. Disponível em: <https://pime.org.br/sobre-nos/pime-no-brasil/> . Acesso em 08/11/2020.

PIMENTA; Ana Cristina Tavares. Educação do campo: recorte das políticas públicas no município de Maués-AM. **Dissertação de Mestrado**, 2015. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/4899/2/Disserta%20a7%20c3%a3o%20-%20Ana%20Cristina%20T.%20Pimenta.pdf> . Acesso em: 01/11/2021.

POLÍCIA Federal prende três pessoas em operação em Maués/Am. **Portal acrítica.com**. Publicado em 09/05/2021. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/governo/news/policia-federal-prende-tres-pessoas-durante-operacao-em-maues>. Acesso em: 01/12/2021.

RAMOS, Messias Barbosa. **Tordia: crônicas vívidas de um curumim do interior**. – 1ª ed. – Maués/Am; Independente, 2020.

REDE APL Mineral. **Amazônia detém uma das maiores reservas auríferas do mundo**. 29/12/2001. Disponível em: <http://redeaplmineral.org.br/noticias/amazonia-detem-uma-das-maiores-reservas-auriferas-do-mundo>. Acesso em: 29/06/2021.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Manaós e outras villas**. Typographia Fenix, Manaus-AM, 1935. Disponível em: [https://issuu.com/bibliovirtualesec/docs/man\\_\\_os\\_e\\_outras\\_villas](https://issuu.com/bibliovirtualesec/docs/man__os_e_outras_villas). Acesso em 08/01/2021.

REIS FILHO, Milton Melo dos. As mulheres Sateré-Mawé e o trabalho: seus corpos, sua casa e seu cotidiano. Fazendo gêneros 10 desafios atuais do feminismo. Universidade Federal de Santa Catarina - 16 a 20 de Setembro de 2013. Disponível em: [http://www.fg2013.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373064901\\_ARQUIVO\\_ARTIGOFAZENDOGENERO10COMPLETO.pdf](http://www.fg2013.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373064901_ARQUIVO_ARTIGOFAZENDOGENERO10COMPLETO.pdf). Acesso em 05/04/2022.

REQUERIMENTO de 01 de julho de 2020. Requerimento da Secretaria de Produção e Abastecimento - SEPROR. **Prefeitura de Maués**. Amazonas.

REQUERIMENTO de 01 de julho de 2020. Requerimento da Instituto de Terras de Maués - ITER. **Prefeitura de Maués**. Amazonas.

RODRIGUES, Cátia Cilene Lima. A Religiosidade Popular Brasileira. **RELEGENS THRÉSKEIA estudos e pesquisa em religião** V. 04 – n. 02 – 2015.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). **MANA** 3(1):41-73, 1997.

SANTOS, Ana Maria Smith. História oral e etnografia: convergências e contribuições em uma pesquisa sobre o outro e suas demandas de políticas públicas e Breves – PA. **XIII Encontro Nacional de História Oral: História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade**, 2016. Disponível em: [https://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1462053068\\_ARQUIVO\\_ANASMITHhistoriaoralok.pdf](https://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1462053068_ARQUIVO_ANASMITHhistoriaoralok.pdf). Acesso em: 14 nov. 2020.

SANTOS, Alem Silvia Marinho dos. **Segurança alimentar no ritmo das águas: mudanças na produção e consumo de alimentos e seus impactos ecológicos em Parintins-AM**. (Tese de doutorado). Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

SANTOS, Rafael José dos. Antropologia para quem não vai ser antropólogo. – Porto Alegre : Tomo Editorial, 2005 – (Série “Para quem não vai ser”, 1).

SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial. Tradução Daniel Moreira Miranda. Edipro, 2016.

SCHWAB, Cláudia Brandão; PEREIRA, Taís Natália Cruz; MARTINS, Gabriel; DALCHIAVON, Ligia. A Paisagem como Produto Turístico: Turismo Contemplativo na Região de Santa Vitória do Palmar – RS. Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. **Turismo e paisagem: relação complexa**. 16 e 16 de novembro de 2012. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2012.

SEGATA, Jean; VIEIRA, José Glebson; NEVES, Rita de Cássia Maria; MILLER, Francisca de Souza. (org.). **Populações tradicionais, ambientes e transformações** [recurso eletrônico]. – Natal, RN: EDUFRN, 2018.

SEIXAS, Renato; RABELLO, Maria Elisabete; CAVALCANTE, Juliane. Identidade Cultural, Comunicação e Mediação Simbólica nas Sociedades de Consumo: Subsídios para aplicação do Direito do Consumidor. **Revista do Direito Privado da UEL**. v. 2, n. 2, Ago. 2009. p. 1-24.

SEMINARIO SÃO JOSÉ, MANAUS. **Diocese de Parintins**. S/D. Disponível em: <http://seminariosjose.org/diocese-de-parintins>. Acesso em: 08/11/2020.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Companhia das Letras, 1999. Edição do Kindle.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico [livro eletrônico] / Antônio Joaquim Severino. -- 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2013.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA** – ano 8, nº 7 – julho/dezembro de 2005.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Joaquim Shiraishi Neto, org. Manaus: uea, 2007.

SILVA, Andréa Leme da. Comida de gente: preferências e tabus alimentares entre os ribeirinhos do Médio Rio Negro (Amazonas, Brasil), **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2007, v. 50, nº1. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/Z5Z4FCrfm9wX9rL7VPtbC9H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01/11/2021.

SILVA, Iêda Rodrigues da. Modo de vida ribeirinho: construção da identidade amazônica. **VIII Jornada Internacional Políticas Públicas**, 22 a 25 de agosto de 2017. Universidade Federal do Maranhão.

SILVA, José Bittencourt da et al. Produção material de existência de ribeirinhos que vivem próximo a áreas urbanas. **Revista Margens Interdisciplinar**, Abaetetuba, v. 13, n. 20, p. 72-90, jun. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v13i20.9336>. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13124> . Acesso em: 01/11/2021.

SPIX, Johan Baptist von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1829/ Spix e Martius**; prefácio Mário Guimarães Ferri; tradução Lúcia Furquin Lahmeyer ; revisão B. F. Ramiz Galvão, Basílio Magalhães, Ernst Winkler ; anotações Basílio de Magalhães. – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

TEIXEIRA, Maria Adriana S. B.; SANTOS, Lúcia Cláudia Barbosa; IWATA, Maria Jacqueline Ramos; OLIVEIRA, Anny Gabrielly Peixoto de. Turismo religioso em municípios do estado do Amazonas, *Via* [Online], 20 | 2021, publicado em 15 de dezembro de 2021, consultado em 02 de março de 2022. URL: <http://journals.openedition.org/viatourism/7802>; DOI: <https://doi.org/10.4000/viatourism.7802>.

TEIXEIRA, Fábio Luís Santos; CAMINHA, Iraquitã de Oliveira. Preconceito no futebol feminino brasileiro: uma revisão sistemática. **Movimento**, Ensaios, Porto Alegre, v. 19, n. 01, p. 265-287, jan/mar de 2013. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/30943/24406>. Acesso em 05/04/2022.

TROMBINI, Janaíne. História ambiental e espacialidades ítalo-brasileiras: um comparativo em territórios no norte italiano e ao norte do rio Taquari/RS. (Tese). Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, RS, 2020.

TUAN, Yi-Fu. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista. **Geograficidade** v.1, n.1, p. 4-15, Inverno 2011.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB. Dossiê final. Processo de Instrução Técnica do Inventário de Reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins. UnB, 2018, p. 53-54.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA – UFDPAR. Lançamento do Projeto Quintais Agroecológicos. 19/02/2019. Disponível em: <https://ufpi.br/ultimas-noticias-parnaiba/26787-lancamento-do-projeto-quintais-agroecologicos>. Acesso em: 02/03/2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA - UFOPA. **Pajés, Benzedores, Puxadores e Parteiras: os imprescindíveis sacerdotes do povo na Amazônia.** UFOPA, 2016. Disponível em: [paginas.uepa.br/herbario/wp-content/uploads/2018/02/Pajés-Benzedores-miolo-17jun16.pdf](http://paginas.uepa.br/herbario/wp-content/uploads/2018/02/Pajés-Benzedores-miolo-17jun16.pdf). Acesso em: 27/01/2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. O que são tecnologias sociais?. Disponível em: <http://tecnologiasocial.sites.uff.br/o-que-sao-tecnologias-sociais/>. Acesso em: 02/03/2022.

VEIGA, Edison. Santo Antônio: há 790 anos, morria o frade português que se tornou o santo mais popular do Brasil. BBC News Brasil. Publicado em 12/06/2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57447342>. Acesso em 15/08/2021.

VEIGA, Marcello Mariz da; SILVA, Alberto Rogério B.; HINTON, Jennifer J. o garimpo de ouro na Amazônia: aspectos tecnológicos, ambientais e sociais. **CETEM**, 2002. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br:8080/bitstream/cetem/1233/1/extracao-ouro%20cap.11.pdf>. Acesso em: 20/06/2021.

VIANA, Virgílio. Futebol ribeirinho na copa. Envolvimento sustentável, 2014. disponível em: <https://blogdoenvolvimento.wordpress.com/2014/06/12/futebol-ribeirinho-na-copa/>. Acesso em 05/04/2022.

VIEIRA, Ivânia; FIGUEIREDO, Mônica Cybelle Ferreira de. **Folkcomunicação e turismo cultural na Festa do Guaraná de Maués (AM).** RIF, Ponta Grossa/ PR Volume 17, Número 38, p.47-64, Janeiro/Junho 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi- 2.ed.- Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAMBONIN, Devino João. O léxico do “ribeirinho” amazônico: um exemplo de sustentação e expansão de valores. **Alfa**, São Paulo, v. 35, p. 175-185, 1991.

ZILBERSZTANJ, D. **Conceitos Gerais, Evolução e Apresentação do Sistema Agroindustrial.** In: ZILBERSZTANJ, D.; NEVES, M.F. Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares: Ind. de Alimentos, Ind. de Insumos, Produção Agropecuária, Distribuição. São Paulo: Pioneira, 2000.

## **ANEXOS**

- A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
- B- ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA

## ANEXO A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Estamos lhe convidando a participar da pesquisa, cujo título proposto é “**A Comunidade ribeirinha Santo Antônio do Rio Morais/Amazônia: história, cultura e território**”. Recebi a informação que este trabalho faz parte da investigação para uma dissertação de mestrado desenvolvida no programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado/RS, e tem como orientador o Prof. Dr. Luís Fernando da Silva Laroque.

A investigação tem a finalidade de contextualizar a formação da comunidade enquanto construção social e cultural ribeirinha observando os processos migratórios, os aspectos étnicos e históricos envolvidos. Visamos demonstrar os elementos da paisagem e a organização do território considerando as modificações e usos e ao longo do tempo. E por fim relatar como as práticas culturais da comunidade envolvem os ribeirinhos na promoção da sustentabilidade através dos aspectos religioso, das tradições, das crenças e costumes.

Como metodologia de coleta de dados será utilizada a observação *in loco*, aplicação de entrevistas individuais ou coletivas, diários de campo e registros fílmicos e fotográficos. As entrevistas serão feitas com homens e mulheres anciões, adultos e jovens membros da Comunidade Ribeirinha Santo Antônio do Rio Morais. As entrevistas serão aplicadas aos membros da Comunidade Ribeirinha Santo Antônio do Rio Morais que vivenciam o processo histórico de construção, os impasses e as conquistas dessa comunidade.

As entrevistas serão gravadas e o nome dos entrevistados serão mantidos em sigilo na pesquisa e os resultados da pesquisa poderão ser divulgados na comunidade científica. Todos

os registros ficarão de posse do pesquisador por cinco anos e após esse período serão incinerados.

Esclarecemos que a sua participação não oferece risco algum, sendo o único desconforto o tempo que será gasto para responder a entrevista. Desse modo, informamos que terá resposta a qualquer dúvida ou questionamento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa, podendo retirar seu consentimento a qualquer momento, deixando de participar do estudo, sem que isso traga qualquer tipo de prejuízo. Informamos ainda, que não será identificado quando da divulgação dos resultados e que todas as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados à pesquisa e que, se existirem custos financeiros, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

Este termo documento deverá ser assinado em duas vias, sendo que uma delas será retida pelo sujeito da pesquisa e a outra pelo pesquisador. O responsável pela pesquisa é o professor **Messias Barbosa Ramos**, telefone: (92) 99410-6626.

Diante dos esclarecimentos no presente termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que autorizo minha participação nesta pesquisa concedendo informações através de entrevistas, dos diários de campo e imagens fílmicas e fotográficas, pois fui devidamente informado (a), de forma clara e detalhada, livre de qualquer constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa, dos instrumentos de coletas de informação que serão utilizados, dos riscos e benefícios, conforme já citados neste termo.

Data\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

**Assinatura do participante da pesquisa**

---

**Assinatura do pesquisador responsável**

## ANEXO B

### **Roteiro da entrevista semiestruturada com os membros da Comunidade**

#### **Santo Antônio do Rio Morais/Amazônia.**

#### DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) ENTREVISTADO (A)

##### BLOCO 1 – Identificação do entrevistado

1. Sexo:

( ) Feminino ( ) Masculino

2. Idade \_\_\_\_\_

3. Data de Nascimento \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

5. Onde nasceu: Cidade \_\_\_\_\_

6. Sua autoidentificação é: caboclo ( ), ribeirinho ( ), indígena ( ), negro ( ), branco ( ).

7. Nome da localidade em que vive \_\_\_\_\_

8. Profissão \_\_\_\_\_

9. Escolaridade \_\_\_\_\_

10. Estado civil \_\_\_\_\_

11. Ocupação \_\_\_\_\_

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

BLOCO II – A formação da comunidade e suas mudanças ao longo de sua história considerando os aspectos culturais e socioambientais

1. Desde quando vive na comunidade Santo Antônio dos Moraes?

2. Sempre residiu na mesma casa?

3. Como ocorre a formação das famílias na comunidade?

4. Como começou a comunidade Santo Antônio dos Moraes?

5. Quais foram os fundadores da comunidade Santo Antônio dos Moraes?
  6. Comentar sobre o reconhecimento da comunidade pela paróquia?
  7. Quais foram os comunitários que pleitearam o reconhecimento da comunidade junto a paróquia e ao poder público?
  8. Quais foram os presidentes ou coordenadores da comunidade desde sua fundação?
- BLOCO III – A formação da comunidade enquanto construção social e cultural ribeirinha
9. Comentar sobre a construção da igreja, da escola e do campo da comunidade? Qual a importância destas construções para a comunidade?
  10. Comentar sobre o contexto da abertura da estrada que liga Santo Antônio dos Moraes a São Francisco do Maués-Miri?
  11. O que é ser ribeirinho?
  12. Você pode contar alguma história que relate como os ribeirinhos viviam antes do reconhecimento da comunidade Santo Antônio do Rio Moraes, quais seus costumes, o que gostavam de fazer, como trabalhavam.
  13. O que vocês fazem no dia a dia?
  14. Qual é o transporte utilizado pelos ribeirinhos da comunidade Santo Antônio do Rio Moraes?
  15. Qual o tipo de trabalho realizado pelos moradores da comunidade?
  16. O que diferencia a vida do ribeirinho da vida na cidade?
- BLOCO IV - Demonstrar os elementos da paisagem, a organização do território, seu uso e as modificações ao longo do tempo.
17. O que você pensa quando falo na comunidade Santo Antônio do Rio Moraes?
  18. De onde vem os alimentos consumidos pela comunidade Santo Antônio do Rio Moraes? E a água que vocês bebem?
  19. Você sabe quantas pessoas que não fazem parte da comunidade Santo Antônio do Rio Moraes possuem lotes/terrenos na comunidade?
  20. Você sabe como eles adquiriram essas terras?
  21. Como é a relação da comunidade com esses proprietários de terras?
  22. O que mudou na paisagem da comunidade ao longo do tempo?
  23. Qual o critério para a disposição das casas no terreno da comunidade?
  24. Quais as culturas agrícolas são mais cultivadas na comunidade e nos lotes dos comunitários?
  25. Como era a igreja de Santo Antônio antes da reforma? Tem fotos, imagens?

26. Como era escola da comunidade e o que mudou desde sua fundação?
  27. Qual o tipo de transporte mais utilizado pelos moradores para o tráfego terrestre e fluvial?
- BLOCO V – As manifestações das práticas culturais da comunidade de ribeirinhos na promoção da sustentabilidade ambiental considerando aspectos religioso, elementos das tradições, das crenças e dos costumes.
28. Quais a plantas medicinais cultivadas pelos moradores da comunidade?
  29. Quais as plantas frutíferas mais comuns na comunidade e nos terrenos dos moradores?
  30. Quais receitas de chás, banhos, infusões lhe foram transmitidas por seus pais, avós e conhecidos da comunidade?
  31. Como a comunidade financia suas atividades religiosas, a manutenção das estruturas de uso comum como a balsa, a capela, o poço artesiano, a escola, a estrada para São Francisco dos Moraes, o campo de futebol?
  32. Como as mulheres se organizam na comunidade? Tem clube de mães, time de futebol feminino, pastorais, Apostoladas da Oração?
  33. Quais os animais são criados para alimentação na comunidade e por seus comunitários em seus terrenos?
  34. Qual animal é a caça mais comum entre os moradores?
  35. Quais árvores/plantas silvestres conhece e qual seu uso?
  36. Quais são as datas comemorativas (casamentos, festas religiosas, etc)? Quais são os santos que a comunidade venera e festeja?
  37. Quais são as crenças/lendas histórias contadas pelos antigos, tais como, sobre sereias/iaras, saci-pererê, curupira, lobisomem e outros?
  38. Quais são as músicas que mais gostavam de cantar e dançar? (Pode citar nomes de cantor, letras de músicas, etc).
  39. quais as brincadeiras que você gostava quando criança? E hoje como as crianças se divertem?
  40. Quais são as comidas que mais gostam? Quem ensinou a fazer?
  41. E hoje existe alguma dessas histórias, costumes, festas, comidas, músicas?
  42. Como vocês cuidam da saúde? Quando adoecem que serviços procuram? E os benzimentos, simpatias e conhecimentos sobre saúde repassados pelo mais velhos?